

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE ARTES, DESIGN E MODA - CEART
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODA – PPGMODA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESIGN DE VESTUÁRIO E MODA

JAILSON OLIVEIRA SOUSA

**GUIA PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTE VISUAL EM LOJA DE
VAREJO DE VESTUÁRIO**

FLORIANÓPOLIS-SC

2023

JAILSON OLIVEIRA SOUSA

**GUIA PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTE VISUAL EM LOJA DE
VAREJO DE VESTUÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Moda, da Universidade do estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Design de Vestuário e Moda (Modalidade Profissional), área de concentração em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. Dra. Icléia Silveira

FLORIANÓPOLIS - SC

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Central/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Sousa, Jailson Oliveira

Guia para a acessibilidade de deficiente visual em loja de varejo
de vestuário / Jailson Oliveira Sousa. -- 2023.

177 p.

Orientadora: Icléia Silveira

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Artes, Design e Moda, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Design de Vestuário e Moda,
Florianópolis, 2023.

1. Deficientes visuais. 2. Acessibilidade. 3. Tecnologias
assistivas. 4. Vestuário. I. Silveira, Icléia. II. Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Design e Moda,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Design de Vestuário e
Moda. III. Título.

JAILSON OLIVEIRA SOUSA

**GUIA PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTE VISUAL EM LOJA DE
VAREJO DE VESTUÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Moda, da Universidade do estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Design de Vestuário e Moda (Modalidade Profissional), área de concentração em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. Dra. Icléia Silveira

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Icléia Silveira

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membros:

Prof. Dr. Thiago Jabur Bittar

Universidade Federal de Catalão – UFC

Profa. Dra. Giselle Schmidt Alves Díaz Merino

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

FLORIANÓPOLIS - SC

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esse estudo aos meus irmãos ValdeWilson, Franciele, Francisco filho, Antônio Wilson e M^a do Socorro, que são deficientes visuais (baixa visão), ao meu cunhado Allan Viana, deficiente visual (cego), e a todos que fazem a parte da ACEP, que mais uma vez me apoiaram e me deram suporte para a realização da pesquisa. sei o quanto vocês representam essa causa e o quanto estão dispostos a lutar pela inclusão em todos os contextos.

AGRADECIMENTOS

Sei que esse é um dos momentos mais importantes da minha vida (o ato de AGRADECER!), mas entendo também que é um momento um tanto sensível, justo, pois sempre busquei fazer e reconhecer as coisas da maneira mais justa possível, e acredito que nesse momento eu possa estar sendo um pouco injusto, pois citarei alguns nomes e outros não, mas quero que entendam (os que aqui não forem citados) que a minha gratidão não será menor por isso. Sou grato, muito grato a tudo e a todos, especialmente nesse processo que foi percorrer para poder chegar até aqui, e que mesmo sendo uma pessoa de muita fé, em muitos momentos isso me pareceu um sonho muito distante, mas acreditei, confiei e busquei e aqui estou para celebrar e agradecer. Quero, nesse primeiro momento, agradecer ao grande mestre da humanidade, Deus, porque sem ele eu não teria chegado até aqui, nem se quer teria nascido, a ele eu sou só gratidão; a ti, meu Deus, agradeço por tudo, obrigado por toda honra e toda glória, e obrigado até mesmo pelos momentos mais difíceis, pois sei que eles me fortaleceram.

A minha vida se resume em gratidão, e quem lê esse agradecimento aqui, embora não tenha seu nome citado, vai saber que esse agradecimento se estende a você também, e vai entender que seria difícil citar o nome de todos, por isso sinta-se abraçado e agradecido. Eu sou o ser humano mais família que se possa imaginar, família para mim é a base de tudo, por isso agradeço a meus pais guerreiros, Francisco Wilson e Maria da Conceição, por suportarem todas as dores e dificuldades comigo, sempre dizendo-me para ter calma que tudo ia dar certo, sei do medo de vocês de eu ter que sair de casa para um lugar que não conhecia ninguém e sequer tinha condições financeiras para vir morar em Florianópolis, mas fizeram o máximo para que eu pudesse estar aqui. Agradeço a minha avó Antônia Romana por me ensinar a rezar e por estar sempre em orações pedindo a Deus que intercedesse por mim, agradeço a toda minha família, à minha irmã Daniela, aos meus sobrinhos(as) e a minha afilhada que amo de paixão, Thayslane. Agradeço aos meus tios, tias, primos e primas, que são muitos, que sempre se orgulharam de mim, da minha trajetória e da minha paixão pelos estudos.

Ah, a vida, e o que é a vida sem as surpresas? Quero agradecer imensamente a minha orientadora, Icléia Silveira, sei que já falei inúmeras vezes o quanto eu pedi a Deus que ela fosse a minha orientadora, durante o processo seletivo não tínhamos a opção de escolher ou indicar o orientador(a) que queríamos, mas, para minha surpresa, honra e privilégio, ela me escolheu, e podem ter certeza de que, nesse momento, zerei a vida. Quase infartei de tanta alegria quando saiu o resultado final da seleção e ela me ligou em chamada de vídeo. Obrigado por tudo professora Icléia, mais que um orientando, você me tratou como a um filho, me deu

abrigo, carinho e broncas, como toda pessoa que nos ama faz. Obrigado por me escolher, por toda dedicação empenhada nas orientações e sempre muito preocupada comigo, eu nunca em todas as vidas que eu viver serei capaz de agradecer a tudo que fez por mim durante todo o mestrado.

Agradeço a todos os professores que tive durante o mestrado, Célio, Dulce, Fernanda, a Silene Seibel, que me apoiou incondicionalmente desde que cheguei e por deixar-se escolher atuar enquanto bolsista no ModaPalavra e-Periódico, e agradeço ao professor Lucas da Rosa, por todo apoio com a submissão da minha pesquisa no comitê de ética, pelas horas extras me orientando em planos de ensino para participar de seleções de professor substituto, o que me rendeu a aprovação no IFC campus Ibirama. E agradeço a toda instituição UDESC, especialmente pelas bolsas fornecidas, foi o que me manteve em Floripa.

Não, eu jamais poderia esquecer dela, afinal, quero agradecer especialmente a ela, a que comumente costumo considerar como uma sereia, que nos encanta e nos hipnotiza com tanta beleza, sabedoria e elegância, foi assim que me senti quando a vi na banca de seleção; sim, tanto mistério e drama para falar dela, professora Daniela Novelli. Prof. Dani, não tenho palavras para agradecer por tanto, tanto apoio, ensinamentos, carinho e orientações de vida e tomadas de posicionamentos, amor à primeira vista foi o que aconteceu, lembro com muita clareza do dia em que a prof. Silene me perguntou o que eu achava de convidar você para assumir a chefia editorial da ModaPalavra e-Periódico; senhor, era tudo que eu mais queria, afinal, não ia desgrudar de você em um só momento. Gratidão, muita!!!

Agradeço a toda a turma do mestrado, em especial a Ana Carolina Prado pelo apoio e preocupação que eu morasse mais perto da UDESC, a minha irmã de alma que ganhei de presente, Mayná Quitana, a Suzana, por me fazer chorar ao presentear-me com a caneca da ModaPalavra, periódico pelo qual tenho muito apreço, ao Laude, pelas parcerias e preocupações comigo, a Aline pelo apelido que pegou (JJ), e a Miruna, por me abrir os olhos para deixar de ser “trouxa” com algumas coisas. Quero agradecer a Paula Martin, que me deu abrigo em sua casa sem ao menos me conhecer, e ao Babinski, que me levou um casaco e me pegou no aeroporto e já fez um tour por Floripa e me deu um apoio incondicional; vocês foram essenciais e importantes na minha vida. Obrigado aos meus amigos do curso de Jornalismo que me deram muito apoio para superar a saudade e a distância; Carlos, Glayciane e o Arnaldo, que me deu apoio e suporte na pesquisa de campo. Não posso deixar de agradecer a minha irmã de resistência que “chegou chegando” na minha vida e no ModaPalavra, Cristiany Soares. Gratidão!!! Agradeço ao meu namorado, Cristhian, que tanto me apoiou e compreendeu a

minha ausência. Aos meus alunos do ensino médio e superior e a todos que fazem o IFC *campus* Ibirama.

Enfim, a todos que leem esse agradecimento, minha eterna gratidão, com muito carinho e muito amor no coração.

Resumo

As pessoas com deficiências têm conquistado cada vez mais espaço e oportunidades na sociedade e, com isso, adquirido mais qualidade de vida. No entanto, essa é uma realidade do contexto contemporâneo, com o advento de novas tecnologias nos mais diversos ambientes, principalmente as digitais. Estes avanços vêm proporcionando e garantindo maior inclusão das pessoas com deficiência que, por muito tempo, foram excluídas do contexto social e vítimas de preconceitos, vistas como um peso para a sociedade e seus familiares. Nesse contexto, as pessoas com alguma deficiência visual conquistaram direitos com a criação de leis que promovem inclusão, acessibilidade e autonomia. No entanto, as pessoas com deficiência visual enfrentam barreiras para a aquisição de peças do vestuário enfrentam barreiras, seja em ambientes físicos ou virtuais, em um mercado que não considera este público como potencial consumidor. Objetivo dessa pesquisa é propor um Guia que auxilie na acessibilidade de deficientes visuais no ato compra de vestuário em loja física. A pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, de caráter descritivo e qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos para coleta de dados foi realizada pesquisa de campo, com aplicação da técnica grupo focal com deficientes visuais frequentadores da Associação de Cegos do Piauí – ACEPI. Com os representantes da associação e do Armazém Paraíba, entrevista semiestruturada. A abordagem teórica contempla os temas acerca dos Deficientes Visuais, abordados pelos autores Mazzilli (2012), Silva (2017), Oliveira *et al.*, (2015), Rocha *et al.*, (1987) e Reinaldi, Camargo Júnior e Calazans (20011), Design Universal Cambiaghi (2012), Baptista, Villarouco e Martins (2003), Diretrizes Básicas de Acessibilidade, NBR 9050, Tecnologias Assistivas Bersch (2013), Campana (2017), Brito e Melo (2021) e Scatolim (2009) e Galvão filho (2013). Com base na fundamentação teórica, na legislação vigente e nos resultados da pesquisa de campo, obteve-se, como resultado, um Guia que contém informações e orientações para a adaptação dos espaços físicos de lojas visando ao acesso dos deficientes visuais, com facilidades que orientem no ato compra do vestuário.

Palavras-chave: Deficientes visuais. Acessibilidade. Tecnologias assistivas. Vestuário.

ABSTRACT

The People with disabilities have been gaining more and more space and opportunities in society, and have acquired more quality of life. However, this is a reality of the contemporary context with the advent of the insertion of new technologies, especially the digital ones. These advances have been providing and ensuring a greater inclusion of people with disabilities who, for a long time, were excluded and victims of prejudice in the social context, by being seen as a burden to society and their families. In this context, people with some visual impairment have conquered rights with the creation of laws which promote inclusion, accessibility and autonomy. However, people with visual impairment face some barriers when it comes to acquiring clothing, whether in physical or virtual environments, since this is a market that does not consider such public as a potential consumer. The objective of this research is to propose a guide that helps the visually impaired accessibility when buying clothes in physical stores. The research is characterized as applied, descriptive and qualitative in nature. As for the technical procedures for data collection, a field research was carried out, with application of the focal group technique with visually impaired people who frequent the Associação de Cegos do Piauí - ACEPI. And with the representatives of the association and of Armazém Paraíba, a semi-structured interview. The theoretical approach contemplates the themes about the Visually Impaired, addressed by the authors Mazzilli (2012), Silva (2017), Oliveira *et al.*, (2015), Rocha *et al.*, (1987) and Reinaldi, Camargo Júnior and Calazans (20011), Universal Design Cambiaghi (2012), Baptista, Villarouco and Martins (2003), Basic Accessibility Guidelines, NBR 9050, Assistive Technologies Bersch (2013), Campana (2017), Brito and Melo (2021) and Scatolim (2009) and Galvão filho (2013). Based on the theoretical foundation, the current legislation and the results of the field research, we obtained as a result, a Guide that contains information and guidelines for the adaptation of the physical spaces of stores aiming the access of visually impaired people, with facilities that guide the act of buying clothes.

Key Words: Visually impaired. Application. Assistive Technologies. Clothing.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACEP	Associação de Cegos do Piauí
ADA	<i>American With Disabilities Act</i>
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CONEDE	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
ENAP	Escola de Administração Pública
EPD	Estatuto da Pessoa com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LBi	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
MEC	Ministério da Educação
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
NVDA	<i>Non-isual Desktop Access</i>
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
PDV	Ponto de Venda
SEID	Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TA	Tecnologias Assistivas
USP	Universidade de São Paulo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação da pesquisa.....	17
Figura 2 - Fundamentação Teórica.....	19
Figura 3 - Letra de música em <i>Braille</i>	24
Figura 4 - Alfabeto Braille.....	24
Figura 5 - Etiqueta em <i>braille</i>	25
Figura 6 - Peça desenvolvida em braille.....	26
Figura 7 - Recurso que auxilia no vestuário.....	31
Figura 8 - Prancha de comunicação impressa.....	32
Figura 9 - Teclado expandido e programável IntelliKeys.....	33
Figura 10 – Esquema de controle de ambiente.....	33
Figura 11 - Projeto de acessibilidade no banheiro.....	34
Figura 12 - Aplicativo para baixa visão.....	35
Figura 13 – DOSVOX.....	38
Figura 14 – <i>JAWS</i>	39
Figura 15 - Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.....	51
Figura 16 - Caminho metodológico da pesquisa quanto aos objetivos da Pesquisa de campo....	60
Figura 17 – Participantes do Grupo Focal.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de bengalas para deficientes visuais.....	30
Quadro 2 – Recursos de tecnologias assistivas para deficientes visuais.....	36
Quadro 3 - Funcionalidades do aplicativo DOSVOX.....	38
Quadro 4 - Principais recursos de inclusão digital.....	43
Quadro 5 - Funcionalidades dos recursos de inclusão digital.....	45
Quadro 6 – Princípios do design universal.....	48
Quadro 7 – Entraves e possibilidades no acesso de consumidores cegos em lojas físicas.....	55
Quadro 8 – Estratégias de buscas de Revisão Sistemática da Literatura.....	68
Quadro 9 – Buscas realizadas nas bases de dados.....	69
Quadro 10 - Categorias e subcategorias de análise -ACEPI.....	73
Quadro 11 - Categorias e subcategorias de análise - Deficientes Visuais.....	73
Quadro 12 - Categorias e subcategorias de análise – Empresa A.....	74
Quadro 13 – Critérios para definição de público-alvo amostragem da pesquisa.....	83
Quadro 14 – Perguntas para definição e seleção de amostra de população.....	84
Quadro 15 – Perfil dos deficientes visuais entrevistados.....	84
Quadro 16 – Etapas das análises do DSC.....	87
Quadro 17 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	87
Quadro 18 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	89
Quadro 19 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	91
Quadro 20 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	93
Quadro 21 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	94
Quadro 22 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	96
Quadro 23 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	98
Quadro 24 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	98
Quadro 25 - Instrumentos de análises de discurso 1.....	101
Quadro 26 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	103
Quadro 27 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	104
Quadro 28 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	105
Quadro 29 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	105
Quadro 30 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	106
Quadro 31 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	106

Quadro 32 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	107
Quadro 33 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	108
Quadro 34 - Instrumento de Análise de Discurso 2.....	109
Quadro 35 - Discurso do Sujeito Coletivo.....	111
Quadro 36 - Discurso do Sujeito Coletivo.....	112
Quadro 37 - Discurso do Sujeito Coletivo.....	113
Quadro 38 - Discurso do Sujeito Coletivo.....	115
Quadro 39 - Discurso do Sujeito Coletivo.....	116
Quadro 40 - Discurso do Sujeito Coletivo.....	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	9
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo geral	13
1.3.2 Objetivos específicos.....	13
1.3.2.1 Objetivos específicos correlacionados à fundamentação teórica.....	13
1.3.2.2 Objetivos específicos correlacionados ao caminho metodológico	13
1.4 JUSTIFICATIVA	14
1.4.1 Motivação pessoal	14
1.4.2 Contribuição para os deficientes visuais	15
1.4.3 Relevância perante a sociedade	15
1.4.4 Importância para a literatura acadêmica	16
1.5 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 DEFICIENTES VISUAIS	20
2.1.1 Deficiência Visual	20
2.1.1.1 Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	21
2.1.2 O Alfabeto Braille	23
2.1.3 Áudio-descrição.....	26
2.2 TECNOLOGIA ASSISTIVA: TEORIA E PRÁTICA.....	27
2.2.1 Categorias de tecnologias assistivas	30
2.2.2 Tecnologias assistivas (TA) na inclusão digital das pessoas com deficiência visual	37
2.2.3 Recursos para inclusão e acessibilidade digital	40
2.3 DESIGN UNIVERSAL	46
2.5 ASPECTOS DA TEORIA A SEREM APLICADOS NA PROPOSTA DA PESQUISA ..	56
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	61
3.1.1 Natureza da pesquisa	61
3.1.2 Abordagem do problema	62
3.1.3 Objetivo da pesquisa.....	63
3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	63
3.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	63
3.2.2 Pesquisa de campo.....	64
3.2.3 Método de pesquisa para coleta de dados: Grupo focal	64
3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	65

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	66
3.5 REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO	66
3.5.1 Amostra da pesquisa.....	66
3.6 DETALHAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA	67
3.6.1 Primeira etapa – Definição do tema	67
3.6.2.1 <i>Revisão Sistemática da Literatura</i>	68
3.6.3 Terceira etapa – Comitê de ética	71
3.6.4 Quarta etapa - Formação do grupo focal	72
3.6.5 Quinta etapa - Elaboração das perguntas.....	72
3.6.6 Sexta etapa – Aplicação do grupo focal	72
3.6.8 Oitava etapa – Aplicação do grupo focal com os deficientes visuais.....	73
4 PESQUISA DE CAMPO – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA.....	76
4.2 ESTRUTURA FUNCIONAL DA ACEP- ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO ESTADO DO PIUAÍ.....	78
4.3 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS DEFICIENTES VISUAIS	84
4.4 INTERAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS COM O VESTUÁRIO	87
4.4.1 GERAÇÃO DO CONHECIMENTO COM ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO.....	110
4.4.2 CONCLUSÕES.....	117
5 GUIA INFORMACIONAL PARA AUXILIAR NA ACESSIBILIDADE DOS DEFICIENTES VISUAIS NO ATO DE COMPRA DE VESTUÁRIO EM LOJA FÍSICA	120
6 CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS.....	146

1 INTRODUÇÃO

O momento de aquisição de peças do vestuário e/ou acessórios, por pessoas com deficiência visual (cegas), é cheio de barreiras e dificuldades que elas tendem a enfrentar. Observam-se essas dificuldades enfrentadas pelos consumidores cegos tanto no ato de compra em lojas físicas quanto em lojas virtuais. Em lojas físicas, essas dificuldades são maiores, pois, na maioria das vezes, percebe-se que as lojas físicas não disponibilizam recursos acessíveis, como, por exemplo, os pisos táteis, etiquetas em *Braille* que descrevam modelos, preços, valores, cores, dentre outras características, audiodescrição no interior na loja, e tampouco dispõe de colaboradores treinados ou capacitados para atenderem a esse público.

O capítulo introdutório apresenta o tema da dissertação, contextualiza o problema de pesquisa, apresenta o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa, indicando sua relevância, a metodologia utilizada e a estrutura do trabalho. O tema está vinculado à linha de pesquisa “Design e Tecnologia do Vestuário”, do Programa de Pós-Graduação em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGModa/UDESC).

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O ato de compra pode ser percebido como uma troca simbólica acabada, pois as visualidades estão presentes e são expressas materialmente. Já para pessoas com deficiência visual, o ato de compra torna-se complexo e dependente, pois não há autonomia na escolha do que se deseja comprar e consumir. Quando não há um assistente, isto é, alguém que auxilie a pessoa com deficiência visual no ato da compra, esse processo torna-se cada vez mais difícil e, muitas vezes, acaba não sendo concluído.

Nos ambientes das lojas físicas, as pessoas com deficiência visual sempre precisam listar os itens que desejam comprar e, com isso, dependem da interpretação do atendente da loja ou de um acompanhante, o que faz com que essa pessoa não tenha autonomia e liberdade para encontrar uma peça que esteja ao seu gosto, além das dificuldades de acessibilidades encontradas no interior das lojas, como a falta de pisos táteis, corrimãos, descrições em *braille*, dentre tantos outros fatores. Já nas lojas virtuais, alguns dos empecilhos percebidos está no fato do *web site* não ser acessível, pois, na maioria das vezes, não tem a audiodescrição do percurso a ser acessado pelo usuário, como também a falta da audiodescrição das imagens disponibilizadas pelo sistema. Segundo a Febraban (2006), as principais dificuldades das pessoas com deficiência visuais estão na orientação e no acesso às tecnologias.

Nesse contexto, faz-se necessário a compreensão e o entendimento das informações por parte das pessoas com deficiência visual, uma vez que existem outros sentidos e ferramentas, como, por exemplo, o tato, o olfato e o recurso da audiodescrição, dentre outros, que proporcionam diferentes experiências. Acredita-se que, com isso, essas pessoas possam ser integradas à sociedade e ao consumo, podendo ocorrer uma consequente diminuição na invisibilidade de suas necessidades perante o universo da moda. Faz-se necessário, também, compreender que a inclusão de pessoas com deficiência contribui para a democratização do vestir.

Para os deficientes visuais, é muito importante que eles sejam vistos como pessoas independentes, autônomas e capazes de realizar atividades, mesmo que necessitem de auxílio, querem ser vistos pela sociedade sem olhares de estranhamentos, ou com sentimento de impotência. Essa independência, de certa forma, pode ser possibilitada por meio dos recursos das tecnologias assistivas, oriundas da evolução das tecnologias, que vem acontecendo ao longo dos anos, trazendo meios que possibilitem essa independência. Desse modo, compreende-se como tecnologias assistivas “[...] os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, nas habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência [...]” (GALVÃO FILHO, 2013, p. 39).

Schneider *et al.* (2017) indicam que essas adaptações envolvem a mobilidade e o acesso a informações sobre peças de vestuário. Para os autores, a falta de acessibilidade e autonomia gera problemas no momento da realização das compras por parte dos consumidores cegos. Ademais, os autores sublinham que as lojas de departamentos não estão preparadas para atender essas pessoas e que sua movimentação no espaço físico vai depender da quantidade e da qualidade das informações sinalizadas apropriadamente. Schneider *et al.* (2017) concluem que as experiências de acessibilidade dos consumidores cegos estão vinculadas às atitudes dos prestadores de serviços durante o atendimento. Pesquisas realizadas pelos autores revelaram que determinadas lojas de departamento não dispõem de recursos assistivos que possibilitem o acesso e a inclusão de pessoas com alguma deficiência.

Nesse contexto, Souza (2016, p. 34) menciona que a moda democratiza e inclui pessoas com deficiência para o mercado de consumo, devolvendo autonomia ao vestir, autoconfiança, respeito à diversidade e principalmente participação social. Portanto, a democratização do vestuário perpassa o respeito aos direitos de inclusão das pessoas com deficiência, seja qual for a instância.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Para elucidar o problema de pesquisa apresentam-se dados estatísticos do contexto nacional e local, mostrando a quantidade de pessoas com deficiência visual no país. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, o Brasil (BR) possui, aproximadamente, 6,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual. Trata-se de um número considerável, pois representa cerca de um quinto da população brasileira, isto é, 18,7% (IBGE, 2010). Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que, por volta de 39 milhões de pessoas são totalmente cegas no mundo, sendo que 285 milhões possuem limitações severas, e que a cada ano surgem de 1 a 2 milhões de casos novos de cegueira (ONU, 2013).

Em relação aos dados referentes ao contexto local, especificamente no estado do Piauí, o censo supramencionado indica que existem 501.409 pessoas com deficiência, o que corresponde a 17,6% da população piauiense (IBGE, 2010). Esses dados colocam o estado na terceira posição no *ranking* brasileiro de pessoas com deficiência (MELO, 2009). Os dados apresentados são de 2010, o que deve mudar consideravelmente a partir do censo de 2022. A Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência – SEID/PI informou que os dados são atualizados a cada dez anos pelo IBGE, no entanto, em virtude da pandemia do COVID-19, estão sendo realizados em 2022.

Considerando os dados estatísticos, a existência de um número considerável de escolas e cursos de moda em Teresina, capital do estado de Piauí, de indústrias têxteis e de confecção, de um número elevado de lojas de departamento, além dos *shopping centers*, passaram a ser levantadas diversas questões referentes à inclusão das pessoas com deficiência visual, ao mercado de consumo de produtos de moda, considerando a liberdade de escolhas dos produtos, independência e acessibilidade aos espaços físicos de vendas.

Diante desse contexto estatístico, e dos fatores acerca dessa problematização, que consiste na inclusão da pessoa com deficiência visual, buscou-se identificar, no cenário Teresinense (PI), o que há de atendimentos e seguridades para as pessoas com deficiência visual, destacando-se as seguintes entidades: (I) Associação de Cegos do Piauí (ACEP); (II) Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID/PI) e (III) Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE/PI). Todas essas instituições têm como principal objetivo tornar transparente o acesso dessas pessoas e garantir seus direitos.

Dados das pesquisas realizadas Schneider *et al.* (2017) mostram que uma das principais causas das pessoas com deficiência visual serem excluídas do universo da moda é a falta de acessibilidade nas lojas físicas de ruas e de *shoppings centers*. Fato este que leva a entender que essa parcela da população não é considerada nicho de mercado, pois não há a preocupação com as questões da acessibilidade, mesmo existindo leis e o código do consumidor, que em 2015 estabeleceu direitos à pessoa com deficiência. A Lei nº 7.853 de 1989, por exemplo, dispõe, no Art. 1º - É obrigatória a colocação, de forma visível, do “Símbolo Internacional de Acesso”, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com algum tipo de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.

Em pesquisas de campo, realizadas por este pesquisador, em *shopping centers* e no ambiente de lojas fora desse espaço, constatou-se que as marcas não promovem o conceito da moda inclusiva e tampouco atentam-se aos diversos eventos de moda inclusiva espalhados pelo Brasil. Observou-se, ainda, a falta de peças do vestuário que tenham a etiqueta em *braille*, falta de placas com recursos em *braille* ou digital com preços, de modo que a pessoa com deficiência possa identificar. Outras questões mostram a falta de um atendimento mais especializado, pisos táteis que possam garantir a mobilidade para os deficientes visuais, dentre tantos outros fatores identificados.

Constatada a necessidade de inclusão, acessibilidade, autonomia e independência dentro do universo da moda, buscou-se por empresas que abraçassem a causa da inclusão, uma vez que, em Teresina, não foi possível identificar empresas com a produção de vestuário e conceitos de moda, sob a perspectiva da inclusão, atendendo aos recursos de acessibilidade. No entanto, constatou-se uma loja de departamento que demonstrou interesse nas causas pró-inclusão de pessoas com deficiência visual, com a qual firmou-se a parceria para esta pesquisa, facilitada pelo fato de que a empresa já contribuía com as causas da Associação de Cegos do Piauí – ACEPI.

No entanto, embora a empresa abrace as causas da inclusão das pessoas com deficiência, sua oferta de peças de vestuário e acessórios ainda se encontra, majoritariamente, destinada ao público que não apresenta tal barreira. Em geral, as unidades da loja de varejo, apresentam um *mix* de produtos que vai desde calçados e acessórios até o *underwear* (moda íntima, em livre tradução), o *beachwear* (moda praia, em livre tradução) e têxteis-lar (cama, mesa e banho). A empresa atende aos públicos feminino, masculino, infantil, infanto-juvenil e bebês.

Assim, diante das questões abordadas e do contexto da capital piauiense, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: **Como as pessoas com deficiência visual podem ter acesso ao espaço físico da loja e autonomia no ato de compra de vestuário?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Propor um Guia que auxilie na acessibilidade dos deficientes visuais no ato de compra de vestuário no interior da loja física.

1.3.2 Objetivos específicos

1.3.2.1 Objetivos específicos correlacionados à fundamentação teórica

1. Caracterizar o universo dos deficientes visuais e os recursos do sistema *braille* e da audiodescrição, com aplicabilidade no vestuário;
2. Apresentar os princípios do design universal contemplando os deficientes visuais;
3. Elucidar o papel das tecnologias assistivas na inclusão das pessoas com deficiência visual;
4. Abordar as diretrizes básicas de acessibilidade da lei federal nº 10.098 quanto à aplicação em lojas físicas de vestuário com vistas à autonomia e independência dos deficientes visuais.

1.3.2.2 Objetivos específicos correlacionados ao caminho metodológico

- a) Realizar entrevista semiestruturada, com agendamento prévio, com representantes da ACEP – Associação de cegos do Piauí e da loja parceira da pesquisa para conhecer a instituição, seus programas e projetos;
- b) Aplicar entrevista semiestruturada por meio da técnica do grupo focal com deficientes visuais para investigar suas experiências no ato da compra de vestuário;
- c) Buscar as características da estrutura e dos produtos da loja “A” de departamento da cidade de Teresina (PI).

1.4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se mediante quatro perspectivas: (I) motivação pessoal; (II) contribuição para os deficientes visuais; (III) relevância perante a sociedade; (IV) importância para a literatura acadêmica.

1.4.1 Motivação pessoal

A razão pessoal que motiva a realização desta pesquisa reside no fato de que o autor tem cinco irmãos com deficiência visual, classificados com baixa visão. Contribui também, para essa motivação, a vivência do autor ao longo dos anos com a comunidade de deficientes visuais da capital piauiense, além das vivências em alguns dos ambientes em que trabalhou, como, por exemplo, em lojas de departamento, onde o autor pôde observar e vivenciar na prática o quão grande são as dificuldades encontradas por pessoas com deficiências no momento de comprar itens do vestuário e o quanto essas pessoas ainda são invisibilizadas pela indústria da moda, pelos empresários, pelos atendentes e como não são vistas como potenciais consumidores.

Embora as lojas de departamento sejam contempladas pelos mais diversos estilos, não é possível identificar algum departamento que tenha peças adaptadas, pensadas ou planejadas para pessoas com algum tipo de deficiência, além da falta de acessibilidade, pois não possuem pisos táteis para cegos, etiquetas escritas em *braille* e a falta de espaço para mobilidade das pessoas, com algum outro tipo de deficiência a exemplo de pessoas cegas e cadeirantes.

O autor pesquisa sobre Moda Inclusiva desde 2016 e, desde então, vive a inquietação pela busca da inclusão da pessoa com deficiência no universo da moda, buscando propor soluções que atendam às dificuldades dessas pessoas, dando a elas o direito de serem inseridas nesse universo da moda. Dentre as pesquisas já realizadas pelo autor, destacam-se: “A moda sob a ótica da inclusão: Modelagem adaptadas para cadeirantes”, desenvolvida no ano de 2016, e “A moda como forma de expressão artística para pessoas com deficiência visual”, realizada em 2019, e cuja temática dá prosseguimento ao corpo de conhecimento desta pesquisa.

Por fim, ainda em relação à motivação pessoal do autor para esta pesquisa, encontra-se a busca incessante pela inclusão da pessoa com deficiência, pela possibilidade de conferir acesso a essas pessoas ao universo da moda, buscando compreender, analisar e solucionar dificuldades enfrentadas.

1.4.2 Contribuição para os deficientes visuais

As pessoas com deficiência ainda são muito invisibilizadas pela sociedade, passam despercebidas em muitas ocasiões e o ato de compra é uma dessas. De acordo com o IBGE (2010), no Brasil existem por volta de 39 milhões de pessoas que são totalmente cegas; no mundo, em torno de 285 milhões possuem limitações severas, e a cada ano surgem de 1 a 2 milhões de casos novos de cegueira. Estudos realizados por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) apontam que o número de pessoas com cegueira ou algum tipo de deficiência visual pode dobrar até 2050, podendo chegar a 535 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual.

A pesquisa citada anteriormente foi publicada na revista *The Lancet Global Health*, e as projeções encontradas nessa pesquisa mostram que, até 2050, a população de pessoas cegas ou com algum tipo de deficiência visual crescerá muito; 61 milhões de pessoas serão cegas, 474 milhões terão deficiência visual moderada a severa, 360 milhões de pessoas terão deficiência visual leve, 866 milhões terão presbiopia não corrigida, ou seja, condição associada ao envelhecimento em que o olho aos poucos perde a capacidade para focar objetos próximos.

Diante dos dados, a contribuição desta pesquisa para com as pessoas com algum tipo de deficiência visual é possibilitar maior inclusão destas no universo da moda, proporcionando independência e autonomia durante o ato de compra, tendo liberdade de escolha, pois é um nicho potencial de consumidores que merece ser atendido em suas necessidades. Para tanto, é preciso incluir-se, no espaço físico da loja, piso tátil, sinaleiras sonoras e, principalmente, uma mudança atitudinal por parte dos atendentes e responsáveis por esses ambientes comerciais.

1.4.3 Relevância perante a sociedade

A relevância desta pesquisa perante o contexto social justifica-se por buscar informar e conscientizar a sociedade das necessidades, limitações e exclusão das pessoas cegas, especialmente no contexto do ato de compra. Segundo Pinto e Freitas (2013), o ato de compra pode representar um estado de felicidade para os indivíduos que o exercem, todavia, acredita-se que, para as pessoas com deficiência visual, esta não é uma tarefa fácil. De modo empírico, observa-se que isso ocorre pela demanda de auxílio que as pessoas cegas possuem no ato de compra, desde a saída de casa até o acesso à loja física e às araras (expositores) das peças de vestuário. Esse conjunto de fatores mantém a pessoa com deficiência dependente da ajuda de outras pessoas, o que pode desestimulá-la ao consumo.

Diante desse contexto, e tendo em perspectiva o alto índice de pessoas com deficiência visual no estado do Piauí (PI), em especial na capital Teresina (PI), tem-se como intenção possibilitar o acesso amplo e democrático ao consumo de peças de vestuário e acessórios no contexto de um comércio local, conscientizando, desta forma, a sociedade sobre essas pessoas e, conseqüentemente, gerar possibilidades para as marcas locais que venham a identificá-las como público alvo e potenciais consumidores.

Ademais, o desenvolvimento do aplicativo a ser desenvolvido pode contribuir para uma sociedade mais inclusiva, além de poder servir de exemplo ou alternativas para outras empresas da capital piauiense e, assim, possibilitar o acesso ao consumo da perspectiva das pessoas com deficiência visual. Logo, essas organizações poderão atingir novos nichos de mercado e tornarem-se inclusivas.

1.4.4 Importância para a literatura acadêmica

Esta pesquisa possui uma justificativa mediante a comunidade científica: a investigação sobre a possibilidade de ampliação do discurso envolto no vestuário inclusivo. Acredita-se que, com essa ampliação, seja possível a criação de uma agenda de pesquisa para estudos futuros que abordem a problemática, o que contribui para a disseminação da produção científica na área.

A relevância do vestuário inclusivo reflete sobre a perspectiva de ampliar os discursos e pesquisas sobre o tema e identificar meios e possibilidades que venham contribuir para o acesso de pessoas com deficiência a esse universo, todavia, reitera-se que o desenvolvimento de um guia com diretrizes poderá contribuir com a inclusão das necessidades das pessoas com deficiência visual no que se refere ao ato de compra de peças de vestuário e acessórios. Ou seja, a contribuição mais expressiva deste projeto, está alocada na inserção da tecnologia perante o comportamento do consumidor — tema que, empiricamente, observa-se como fonte de interesse da comunidade científica da área da Moda e do vestuário.

Esta pesquisa justifica-se, também, pela abordagem acadêmica das questões sobre o universo do vestuário inclusivo, visto que ele se configura como pauta constante em eventos da área, a citar: (I) o evento de moda inclusiva, realizado pela secretaria de inclusão da pessoa com deficiência de São Paulo (o evento Moda Inclusiva é uma proposta de moda com foco na diversidade humana). É um conceito que tem como prioridade aspectos como a ergonomia, a mobilidade e a funcionalidade no projeto e criação do traje. É destinado ao mercado de moda, mas insere funcionalidades que facilitam a mobilidade e o cotidiano da pessoa com deficiência.

(II) o evento realizado pela UNIVATES, o evento realiza Desfile de Moda Inclusiva, promovido pelos cursos de Design de Moda, Fisioterapia, Estética e Cosmética e Psicologia da Universidade do Vale do Taquari – Univates, com apoio de outros cursos da instituição, o evento já chega a sua 4ª edição. Esses eventos podem representar a ascensão do assunto na comunidade científica, assim como o crescimento de seu interesse perante a literatura acadêmica.

1.5 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A classificação desta pesquisa está detalhada na Figura 1. Em relação a sua natureza, caracteriza-se como pesquisa aplicada. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como sendo qualitativa e, em relação aos objetivos, pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos, para a coleta de dados, utilizaram-se as pesquisas bibliográficas e documental; para a pesquisa de campo, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas.

Figura 1- Classificação da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os detalhes do caminho metodológico da pesquisa constam no capítulo 3 desta dissertação.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está organizada em 6 (seis) capítulos.

Primeiro Capítulo – Introdução – Apresenta o tema de pesquisa, contextualiza e faz a definição do problema, chegando ao objeto geral e aos específicos relacionados à teoria abordada e ao caminho metodológico da pesquisa. Destaca, também, a relevância da escolha do tema para os deficientes visuais, para o mercado, para a sociedade e academia, bem como a classificação da pesquisa e a estrutura da dissertação.

Segundo Capítulo – Fundamentação Teórica - Aborda os embasamentos teóricos que darão suporte à obtenção dos objetivos da dissertação. Conforme o estudo, faz o detalhamento das seções abordadas: Deficientes Visuais, Design Universal, Diretrizes Básicas de Acessibilidade e Tecnologias Assistivas.

Terceiro Capítulo – Procedimentos Metodológicos – Descreve a classificação da pesquisa e cada etapa dos procedimentos metodológicos realizada na pesquisa de campo, com foco na elaboração final da proposta da dissertação.

Quarto Capítulo – Resultados da Pesquisa - Apresentada os resultados da pesquisa de campo, faz a interpretação e a análise dos dados, confrontando com a fundamentação teórica.

Quinto Capítulo – Apresentação do GUIA para acessibilidade de deficientes visuais, para usar na compra de vestuário no interior de lojas de vestuário de departamento. Apresentam-se e descrevem-se as informações e sugestões de adaptação, que vão facilitar aos deficientes visuais comprar peças de vestuário no interior da loja parceira da pesquisa.

Sexto Capítulo – Conclusão - Apresenta as conclusões finais, respondendo aos objetivos da pesquisa e do caminho metodológico.

Referências – Relaciona as referências bibliográficas usadas na elaboração teórica da dissertação.

APÊNDICE A - Roteiro para a entrevista realizada com o presidente da Associação de cegos do Piauí - ACEPI.

APÊNDICE B – Roteiro para a entrevista realizada com as pessoas com deficiência visual da Associação de cegos do Piauí - ACEPI.

ANEXO A - Autorização da associação de cegos do Piauí – ACEPI.

ANEXO B - Parecer do comitê de ética da UDESC.

ANEXO C - Termo de consentimento livre e esclarecido – maiores de 18 anos.

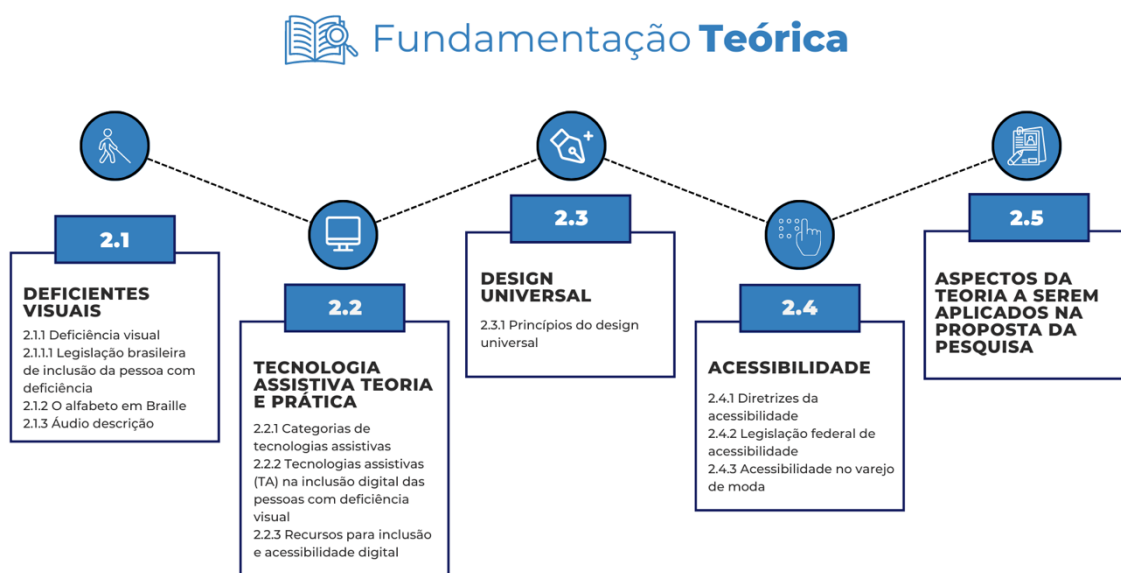
ANEXO D - Consentimento para fotografias, vídeos e gravações – maiores de 18 anos.

ANEXO E - Declaração de cuidador especializado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentam-se a abordagem teórica e seus aspectos, os quais deram base e foram aplicados na proposta da pesquisa. A Figura 2 apresenta os subcapítulos que serão abordados na pesquisa.

Figura 2 - Fundamentação Teórica



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

A Figura apresenta a sequência na qual será abordada a fundamentação teórica desta pesquisa, em que se buscou organizar de forma a compreender como as teorias se cruzam a partir dos tópicos abordados. Assim, identifica-se como a pessoa com deficiência visual está presente e se relaciona com todos os pontos teóricos abordado na pesquisa, caracterizou-se o universo do deficiente visual passando pelo design universal, buscando compreender e identificar os princípios, que por sua vez identificou as diretrizes estabelecidas por leis implementadas nas legislações que asseguram o direito da pessoa com deficiência visual.

Quanto às tecnologias assistivas, buscou-se aspectos de inclusão e acessibilidade, os recursos tecnologia que promovem a inclusão e meios de promovê-la e, assim, buscou-se o contexto do universo dos aplicativos o qual faz o fechamento deste capítulo. Portanto, no subitem 2.1, apresentam-se as discussões acerca das pessoas com deficiência visual.

2.1 DEFICIENTES VISUAIS

A princípio, a legislação brasileira e a de outros países adotaram a terminologia excepcional, impedidos, incapacitados, alterando a terminologia adotada. Posteriormente, a Constituição Brasileira de 1967 (BRASIL, 1967), com a Emenda Constitucional n. 1 de 17 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969), apresentou o uso do termo deficiente. A Constituição Brasileira de 1988 modificou a nomenclatura deficiente para a expressão “pessoa portadora de deficiência”, sendo alterada em seguida para PcD - Pessoa com Deficiência, expressão usada atualmente. A expressão “pessoa portadora de deficiência” foi utilizada por dar ênfase à condição de pessoa, em seguida, passou-se a utilizar a expressão pessoa com necessidades ou direitos especiais, a terminologia adotada pelo ordenamento jurídico, atualmente, é a expressão pessoa com deficiência (MAZZILLI, 2012).

2.1.1 Deficiência Visual

Segundo Rocha *et al.* (1987), 80% da responsabilidade do conhecimento dos seres humanos vem da visão, visto que utiliza o olho com a função de absorver luz, gerar impulsos nervosos e transmiti-los ao cérebro, este é o responsável por gerar a imagem, assim, a responsabilidade de enxergar é do cérebro e do olho. Diante disso, outros sentidos podem ser utilizados na percepção do ambiente como, por exemplo, o tato e o olfato.

Mueller *et al.* (1969) afirmam que a relação entre a visão e os sistemas sensoriais faz parte da vida. No terceiro mês de vida, o indivíduo já está aprendendo a olhar diretamente aos objetos que apresentam ruídos, em seguida, no quinto mês, reconhecem objetos visualmente por sua volta. O aparelho ocular é muito complexo, podendo, em algumas vezes, não funcionar de forma perfeita, causando os possíveis problemas de visão. Sendo assim,

Os problemas de visão podem ser desde miopia até a cegueira. Existem 66 diferentes tipos de cegueira, sendo que esta não é um fator absoluto pois reúne graus residuais distintos indo desde a parcial até a total, resumindo em níveis de incapacidade de realizar tarefas rotineiras. Cegueira parcial refere-se às pessoas cujas tem como corrigir a visão com óculos ou lente de contato, encaixa-se também neste grupo àqueles que não enxergam, mas tem a percepção de luz e vultos. Já a cegueira total, também denominada amaurose, detém-se de perda completa da visão, onde nem a percepção de luz está presente. 12 A cegueira de todos os níveis pode vir de nascença ou adquirir conforme o passar do tempo vindo de acidentes e doenças (SILVA, 2017, p. 11).

Dessa forma, os que não têm visão tendem a adaptar-se com os outros sentidos, visando a tornar as atividades do dia a dia menos complexas. Nesse aspecto, tato é um dos sentidos mais

utilizados pela maioria em diversas tarefas, mais especificamente na leitura, como o *braille*, por exemplo.

Oliveira *et al.* (2015) demonstram que uma adaptação vinda destes é ao se vestir, o que pode levar até duas horas, preferindo o auxílio de familiares para tais atividades. Sendo assim, o desenvolvimento dos vestuários adaptados para os invisuais apresenta funcionalidade como impressões em alto relevo, facilitando a vestimenta das peças. Para a aquisição de um vestuário, o deficiente visual também tem suas preferências, como modelos de roupa, cor e o quanto irá utilizar tal peça. Para atender às exigências, é necessário utilizar, geralmente, um acompanhante para pesquisar o vestuário ideal. Em relação ao manuseio caseiro, como lavar, passar e organizar suas peças, é preferível separar de forma fácil de localização pelo tato e características das roupas, sendo separadas por tempo de uso e frequência de uso (PINTO; FREITAS, 2013).

2.1.1.1 Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

No ano de 2016, em 3 de janeiro, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei 13.146/15), reconhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD). A LBI tem como parâmetro a Convenção da ONU, mas reconhece os serviços públicos existentes no Brasil e as demandas de sua população. Assim, cumpre destacar a definição de pessoa com deficiência, dentre suas principais disposições, já consolidada pela Convenção, abrangida pelo Plano Viver Sem Limite e reafirmada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Nessa lei, a pessoa com deficiência é aquela com impedimento de longa duração que, em razão de qualquer barreira que tenha sua interação social em condições de igualdade obstaculizada, afastando o caráter exclusivamente biológico e estático da deficiência.

Nesse âmbito, evidencia-se o respeito à diversidade e ao atendimento especializado às pessoas às quais a Constituição Federal garante o direito de serem tratadas de forma desigual em razão de suas especificidades. Assim, é notório o aspecto material do princípio da igualdade. Do ponto de vista jurídico-constitucional, a educação inclusiva é dividida em dois aspectos diferentes para o cumprimento das normas legais de educação especial. Primeiramente, a escola deve ser regular, isto é, a expressão escola regular corresponde ao ambiente físico em que se deve interagir, a educação deve ser apta à participação e aprendizagem de acordo com a natureza de cada deficiência. Além disso, quanto à educação inclusiva, é importante mencionar alguns incisos do art. 28 da LBI:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; [...] (BRASIL, 2015).

Ademais, acrescenta-se ao art. 28, é competência do poder público o aprimoramento dos sistemas educacionais, a fim de proporcionar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de serviços e recursos de acessibilidade que eliminam as barreiras e possibilidades da inclusão plena. Nesse cenário, faz-se necessário proporcionar, além da inclusão, condições para que estudantes deficientes também permaneçam e consigam concluir o seu curso, apenas dessa forma pode-se vislumbrar uma educação inclusiva. Ainda sobre o art. 28 da LBI, para a inclusão da pessoa com deficiência, faz-se necessário que as instituições públicas adotem medidas para criação e adaptações razoáveis de seus ambientes, para que todos possam ter livre acesso ao setor público.

Nesse âmbito, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu inciso VI, art. 3º traz a seguinte definição de adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais; Além disso, o Estatuto dispõe que todo o mobiliário urbano deverá estar disposto de forma a atender o princípio da acessibilidade e inclusão social. Conforme o art. 3º, inciso VIII,

Art. 3º. Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

VIII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação,

de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga (BRASIL, 2015).

Dessa forma, é imprescindível que o Estado implemente as ações de acessibilidade, para que as pessoas com alguma limitação possam exercer sua cidadania e atividades do cotidiano com maior facilidade. Tratar desses conceitos é importante para este estudo, pois é necessário entender todo o processo de aquisição de produtos por parte das pessoas com deficiência desde o momento em que saem de casa.

Assim, o poder público deverá promover mecanismos para tornar acessível a comunicação e sinalização às pessoas com deficiência, de modo a garantir o pleno exercício do direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2015). Além disso, outro importante aspecto diz respeito à estrutura física, adaptações devem ser para promover o amplo acesso para todas as pessoas; é comum, por exemplo, haver lojas somente com escadas, não havendo elevadores ou rampas de acesso, tornando-se inadequado o acesso por pessoas com deficiência física. Dessa forma, não basta o aparato legal, visto que na realidade os estabelecimentos devem estar preparados para o recebimento de pessoas com deficiência.

Portanto, com a existência de barreiras, o pleno acesso do usuário com deficiência torna-se comprometido. Para melhor qualidade na prestação do serviço ao público, impõe-se uma adaptação para eliminação dessas barreiras e atendimento das normas de acessibilidade.

2.1.2 O Alfabeto Braille

De acordo com Orsi *et al.* (2015), o sistema Braille, utilizado por pessoas com deficiência visual, foi inventado por Louis Braille, em 1825, com base em um código militar elaborado para facilitar a comunicação noturna. O Braille é um tipo de leitura e escrita em relevo, composto por 64 símbolos por meio de seis pontos posicionados em variadas posições ao longo de três colunas. Este método também possui 63 sinais e é utilizado na matemática e em partituras de música (Figura 3).

Figura 3 - Letra de música em *Braille*

Fonte: Orsi *et al.* (2015, p. 126).

Nesse sentido, a percepção dos deficientes visuais ocorre por meio dos sentidos (VYGOTSKY, 2007). Nesse âmbito, o universo vai além dos cinco sentidos; uma dessas percepções desenvolvidas pelos deficientes visuais pode chamar-se de percepção háptica, isto é, o tato dinâmico, reconhece as propriedades necessárias dos objetos para manuseio, tais como carregar uma caixa ou erguer um copo (ORSI *et al.*, 2015). Na Figura 4, apresenta-se o alfabeto *braille*:

Figura 4 - Alfabeto Braille

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
u	v	x	y	z	ç	é	á	è	ú
â	ê	ï	ô	ù	à	î	û	õ	w
í	ó	ä	sinal numérico	-	'	—	...	grifo	maiúscula
,	;	:	\$?	!	()	"	*	"
1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
celula braille completa	1 4	2 5	3 6	numeração convencional dos pontos					

Fonte: Otsuka (2010, p. 3).

Ainda segundo Orsi *et al.* (2015), quando o sujeito perde a visão na fase da adolescência, torna-se menos complexo lidar com a deficiência se comparado a um sujeito que nasce com

esta condição, visto que já tem os conceitos e abstrações formadas. Assim, o alfabeto Braille se tornou um modo de inserir a pessoa socialmente.

Para o Design de Moda Inclusiva, o uso do sistema Braille pode contribuir no sentido de fornecer informações relevantes que facilitem a pessoa com deficiência visual no processo de escolha, uso e manutenção da peça de vestuário. As percepções dos aspectos estéticos ou simbólicos de um produto podem ser identificadas por meio de certas propriedades. Além disso, no produto de moda, essas atribuições são perceptíveis por meio de propriedades físicas dos materiais utilizados, tais como formas, cores, sons, texturas, odores ou temperaturas, bem como dos elementos simbólicos empregados (ORSI *et al.*, 2015).

De acordo com Grave (2004), a roupa deve proporcionar conforto, além disso, deve ser facilitadora para pessoas com deficiência, seja em aspectos ergonômicos, desde o momento de colocar a roupa e tirá-la, como também de escolhê-la no processo de compra. Assim, deve ser considerada a mobilidade, a textura, a maleabilidade, as medidas, o caimento, e outros; todos esses detalhes são relevantes na usabilidade. Apesar de o mercado oferecer algumas soluções, como, por exemplo, o caso da etiqueta de roupa especial para deficientes visuais, ainda carece de inovações nos quesitos citados acima. Isso porque ainda não há lei que obrigue as empresas a desenvolverem as etiquetas ou mesmo desenvolver peças voltadas ou aprimoradas para este público (Figura 5). Este produto é feito de um material emborrachado em *braille*, descrevendo a cor do produto, o diferencial é que consegue proporcionar algumas informações necessárias sem ocupar muito espaço, já que o *braille* ocupa mais espaço que uma escrita comum (FRANÇA, 2011):

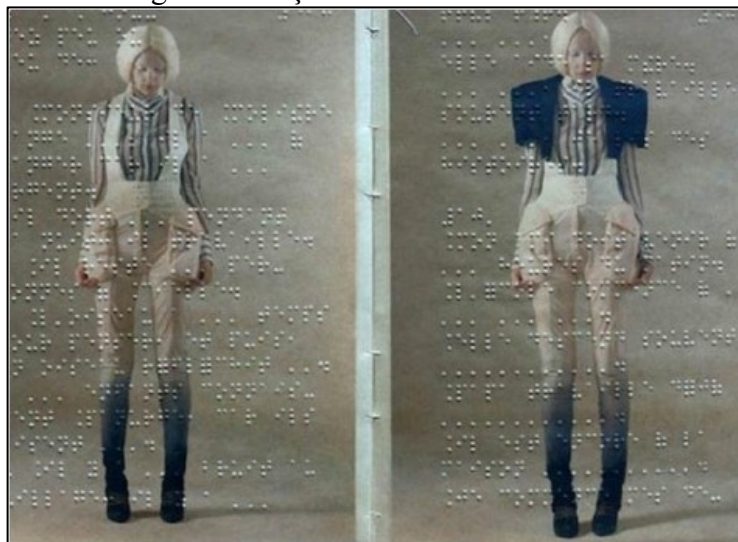
Figura 5 - Etiqueta em *braille*



Fonte: Orsi *et al.* (2015, p. 128).

Alguns designers de moda desenvolveram coleções voltadas para este público, pois observaram a carência desse segmento. De acordo com Orsi *et al.* (2015), um exemplo é a designer Charlotte Pringels, que se inspirou em um filme holandês denominado *Blind*, lançado no ano de 2007. O seu interesse foi tentar fazer com que o tato levasse o indivíduo a ver ou tentar desenvolver os demais sentidos (Figura 6).

Figura 6 - Peça desenvolvida em braille



Fonte: Orsi *et al.* (2015, p. 129).

A produtora considerou que foi um grande desafio, visto que não era apenas um conceito, mas um sentimento, e tentou lidar com os materiais para torná-los legíveis e identificáveis pelo uso de diferentes texturas, como lã, camurça, veludo, mas, também, os tornando literalmente legíveis com inscrições em *Braille* e o uso de impressões de socorro. No próximo tópico, destacaremos algumas inovações sobre as tecnologias assistivas.

2.1.3 Audiodescrição

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual, sobre o que está acontecendo em eventos culturais, programas de TV, filmes, palestras e outros, por meio de informação sonora, ou seja, uma pessoa capacitada para essa finalidade, vai traduzindo as imagens do evento visual em verbal, à informação e à cultura (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010). O Ministério das Comunicações (ENAP, 2020) define audiodescrição como:

A narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual.

Sendo assim, a audiodescrição leva em consideração que tudo o que pode ser visto pode ser descrito. Araújo, Carvalho e Praxedes Filho (2013) destacam vários aspectos da audiodescrição:

- a) A audiodescrição permite que o usuário receba a informação contida na imagem ao mesmo tempo em que esta aparece;
- b) A audiodescrição é uma modalidade de tradução audiovisual Inter semiótica, ou seja, ela traduz signos não-verbais (fundamentalmente imagens) em signos verbais para as pessoas com deficiência visual;
- c) As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras do filme ou espetáculo (nunca se sobrepondo ao conteúdo sonoro relevante), de forma que a informação áudio-descrita se harmoniza com os sons do filme;
- d) As descrições devem ser claras e objetivas;
- e) As descrições não devem conter inferências e interpretações que acrescentem informações ao produto audiovisual.

Araújo, Carvalho e Praxedes Filho (2013) ressaltam que um áudio-descritor deve evitar interpretações ou julgamentos, buscando traduzir a imagem de maneira objetiva, com fidelidade, transmitindo o conteúdo sem mudar nada, sem emitir juízo de valor, com descrição exata do evento visual. Diante do exposto, a audiodescrição é um serviço de apoio à comunicação, cujo objetivo é traduzir o evento visual de qualquer tipo de mensagem, podendo ser considerada um produto de acessibilidade e um recurso da tecnologia assistiva, dando acesso à informação.

2.2 TECNOLOGIA ASSISTIVA: TEORIA E PRÁTICA

As Tecnologias Assistivas (TA) são recursos, ferramentas ou serviços que contribuem para suprimir as limitações de uma pessoa com necessidade especial, possibilitando independência e autonomia ao deficiente. As TA devem ser entendidas como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou envelhecimento (BERSCH, 2013).

No Brasil (BR), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - (SEDH/PR), através da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas –

(CAT); este reuniu um grupo de especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais para a realização de uma agenda de trabalho.

Nesse contexto, o CAT foi instituído como objetivos principais de: apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de tecnologia assistiva; estruturar as diretrizes da área de conhecimento; realizar levantamento dos recursos humanos que atualmente trabalham com o tema; detectar os centros regionais de referência, objetivando a formação de rede nacional integrada; estimular nas esferas federal, estadual, municipal, a criação de centros de referência; propor a criação de cursos na área de tecnologia assistiva, bem como o desenvolvimento de outras ações com o objetivo de formar recursos humanos qualificados e propor a elaboração de estudos e pesquisas, relacionados com o tema da tecnologia assistiva (BRASIL – SDHPR, 2012).

Assim, para que o CAT pudesse elaborar um conceito próprio acerca da definição de tecnologias assistivas, os membros tiveram que fazer uma profunda revisão no referencial teórico internacional, encontrando desta forma diversos conceitos, e a partir destes conceitos encontrados após diversos estudos e pesquisas, em 2007 o CAT aprovou então o conceito de TA brasileiro, ficando assim a seguinte definição para Tecnologia Assistiva:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BERSCH, 2013, p. 1).

Portanto, o conceito foi desenvolvido a partir dos estudos da Comissão de Conceituação e Estudo de Normas da CAT. Ainda segundo o comitê, o objetivo das tecnologias assistivas está em: (I) promover incremento à funcionalidade dos bens de consumo e serviços; (II) estimular formas de participação dos indivíduos com alguma deficiência, limitação ou incapacidade; e (III) prover meios para assegurar a autonomia, a independência, a inclusão e a qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

Para o Comitê de Ajudas Técnicas-CAT (2007), as tecnologias assistivas também podem ser chamadas de tecnologias de apoio ou ajudas técnicas, e ambos são classificados de acordo com seus objetivos e funcionamento a que se destina. Para Sartoretto e Bersch (2013, p. 10), as tecnologias assistivas, [...] “contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.”

Por sua vez, Carvalho *et al.* (2016) acreditam que essas tecnologias podem influenciar significativamente na vida prática das pessoas com algum tipo de deficiência. Ainda segundo os autores, o avanço crescente dessas tecnologias, possibilitará o acesso amplo das pessoas com deficiência visual ao uso de recursos como os computadores, celulares, ampliadores de tamanho dentre outros meios já existentes e aos que possam vir a ser desenvolvidos. Além disso, também pode promover a independência dessas pessoas em diversos aspectos no contexto da sociedade contemporânea, como o acesso aos bens culturais, ao lazer, ao entretenimento e a outros.

As TA permitem à pessoa com deficiência realizar atividades que uma pessoa não deficiente pode fazer sem o uso da tecnologia. Os autores Damasceno e Galvão Filho (2002) elucidam que o objetivo da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho. Para o deficiente visual, o desenvolvimento das tecnologias assistivas possibilita que tenham uma vida mais independente e autônoma, proporcionando melhor qualidade de vida, desenvolvimento e inclusão social.

As Tecnologias Assistivas podem ainda ser consideradas como ferramentas, recursos e serviços que visam a facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência (BERSCH, 2013; GALVÃO FILHO, 2013; FRAZ *et al.*, 2019). Essas tecnologias procuram aumentar as capacidades funcionais dos produtos e, assim, promover a autonomia e a independência de quem as utiliza. Existem tecnologias assistivas para auxiliar na locomoção, no acesso à informação, na comunicação, no controle do ambiente e em diversas atividades do cotidiano como o estudo, o trabalho e o lazer (CORRÊA; RIBEIRO, 2016).

De acordo com Bersch (2013), o conceito de tecnologias assistivas originou-se nos Estados Unidos (EUA), no ano de 1988, por meio de uma lei pública promulgada no Congresso norte-americano. Tratava-se da Lei 100-407 que, juntamente com um conjunto de ordenamentos, compuseram o *American with Disabilities Act (ADA)*. O documento tinha por objetivo regulamentar o direito dos cidadãos com deficiência com base legal no fundo público. Observa-se, portanto, que por muito tempo as pessoas com algum tipo de deficiência foram tratadas como seres com total incapacidade, ou seja, eram vistas pela sociedade como pessoas que não conseguiam realizar suas atividades diárias se não tivessem a ajuda de terceiros. Mas, no atual cenário contemporâneo, esse modo de pensar e referir-se às pessoas com deficiência é totalmente ultrapassado, uma vez que as tecnologias assistivas estão cada vez mais evoluídas e a busca por inclusão está cada vez mais presente nas discussões.

Desta forma, compreende-se que as tecnologias assistivas são meios de garantir maior acessibilidade, autonomia e independência das pessoas com deficiência, e compreende-se ainda

que estas tecnologias estão inseridas desde uma bengala até os aparelhos auditivos. E ainda, identifica-se que para além disso, as TA também proporcionam uma maior qualidade de vida promovendo assim o desenvolvimento de habilidades para o aprendizado e com isso promover cada vez mais a inclusão social.

Quando se trata do uso de bengalas, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, existem três tipos de bengalas que podem ser utilizadas pelos deficientes visuais, para isso é preciso identificar os graus de dificuldades, para que assim possa se prestar o auxílio necessário e o mais indicado a cada situação. O Quadro 1 mostra a identificação das bengalas utilizadas para cada tipo de necessidade da pessoa com deficiência visual.

Quadro 1 – Tipos de bengalas para deficientes visuais

Bengala branca	É utilizada por pessoas cegas, ou seja, que apresentam ausência total da visão. Isso significa que elas não conseguem identificar obstáculos, movimentos ou luz. A cegueira pode ser adquirida ou congênita.
Bengala verde	É usada por quem possui baixa visão ou visão subnormal. Essas pessoas têm sua função visual comprometida, mas conseguem utilizá-la para a execução de tarefas. Podem identificar a luz, enxergar vultos e, em certos casos, reconhecer pessoas e objetos. O comprometimento visual pode variar entre os graus leve, moderado e profundo.
Bengala vermelha e branca	É utilizada por pessoas com surdocegueira que, em diferentes graus, têm a audição e a visão comprometidas.

Fonte: Tribunal Regional do Paraná (2021).

Assim, no tópico a seguir apresentam-se as categorias de TAs.

2.2.1 Categorias de tecnologias assistivas

De acordo com Bersch (2013) as categorias de tecnologias assistivas são organizadas e classificadas de acordo com os objetivos específicos e funcionais de cada um desses recursos. Portanto, a autora afirma que as tecnologias assistivas são definidas em diversas classificações e, assim, destacam diferentes categorias de recursos e materiais que compõem as tecnologias assistivas.

(I) Auxílios para a vida diária e prática;

De acordo com Bersch (2013, p. 5), o auxílio para a vida diária e prática consiste em “Materiais e produtos que favorecem desempenho autônomo e independente em tarefas

rotineiras ou facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades como se alimentar, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais.”.

A autora destaca que talheres modificados podem desempenhar um papel fundamental na hora da alimentação de uma pessoa com deficiência motora, a citar outros recursos que podem auxiliar a vida de uma pessoa com deficiência como, por exemplo, roupas desenhadas para facilitar o vestir e despir, abotoadores, dentre outros. Podem ser inseridos, ainda, nessa categoria, de acordo com a autora, equipamentos que promovam a independência de pessoas com deficiência visual, equipamentos que possam auxiliar a pessoa cega ao querer identificar a hora em um relógio, assim como equipamentos que possibilitem à pessoa cega identificar cores e peças do vestuário. A Figura 7 mostra um dos exemplos de recurso que podem auxiliar no vestuário.

Figura 7 - Recurso que auxilia no vestuário



Fonte: Bersch (2013, p. 5).

II) Comunicação aumentativa e alternativa;

Esse tipo de recurso está direcionado a pessoas que não falam, assim como também se direciona àqueles cuja escrita está em defasagem entre a sua necessidade de comunicação e sua habilidade de falar, de escrever ou compreender. As pranchas de comunicação, por exemplo, são recursos constituídos de símbolos gráficos, letras ou palavras escritas; esses são utilizados quando a pessoa quer expressar seus desejos, sentimentos e entendimentos (BERSH, 2007). Assim, esses recursos têm como principal função comunicar. Na Figura 8 é mostrado um dos recursos de prancha utilizada para comunicação.

Figura 8 - Prancha de comunicação impressa



Fonte: Bersch (2013, p. 5).

(II) Recursos de acessibilidade ao computador;

Segundo Bersch (2013), recursos de acessibilidade ao computador consiste em “Conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o computador acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras.” Esses recursos auxiliam as pessoas com deficiência visual, fazendo com que possam utilizar esses recursos por meio do reconhecimento de voz, assim como dispositivos apontadores que valorizam movimento de cabeça dentre outros.

Bersch (2013, p. 7) destaca que esse tipo de recurso “Inclui dispositivos de entrada (mouses, teclados e acionadores diferenciados) e dispositivos de saída (sons, imagens, informações táteis).” São exemplos de dispositivos de entrada os teclados modificados, os teclados virtuais com varredura, mouses especiais e acionadores diversos, Como dispositivos de saída podemos citar softwares leitores de tela, software para ajustes de cores e tamanhos das informações (efeito lupa), os softwares leitores de texto impresso (OCR), impressoras *braille* e linha *braille*, impressão em relevo, entre outros (BERSCH, 2013). A Figura 9 mostra um modelo de teclado expandido.

Figura 9 - Teclado expandido e programável IntelliKeys



Fonte: Bersch (2013, p. 5).

(III) Sistemas de controle de ambiente;

Através de um controle remoto, as pessoas com limitações motoras podem ligar, desligar e ajustar aparelhos eletroeletrônicos como a luz, o som, televisores, ventiladores, executar a abertura e fechamento de portas e janelas, receber e fazer chamadas telefônicas, acionar sistemas de segurança, entre outros, localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores (BERSCH, 2013). Nesse tipo de recurso de TA, a automação existente nesses ambientes consiste na promoção de maior independência no lar, assim como a proteção e em especial o cuidado com pessoas idosas que sofrem de demência ou que tenham deficiência intelectual. A Figura 10 apresenta um esquema de controle do ambiente.

Figura 10 – Esquema de controle de ambiente



F Fonte: Bersch (2013, p. 5).

(IV) Projetos arquitetônicos para acessibilidade;

Projetos de edificação e urbanismo que garantem acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independentemente de sua condição física e sensorial. Adaptações estruturais e reformas na casa e/ou ambiente de trabalho, através de rampas, elevadores, adequações em banheiros, mobiliário entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas. Esse recurso pode ser observado a partir dos conceitos do design universal, que este está pensado para o todo, e que não se pensa para as pessoas com algum tipo de deficiência visual, mas se pensa que determinado projeto todos com ou sem limitações possam ter acesso. A Figura 11 apresenta um ambiente projetado na acessibilidade.

Figura 11 - Projeto de acessibilidade no banheiro



Fonte: Bersch (2013, p. 5).

(V) Auxílio para cegos ou para pessoas com visão subnormal;

Auxílios ópticos, lentes, lupas manuais e lupas eletrônicas; os softwares ampliadores de tela. Material gráfico com texturas e relevos, mapas e gráficos táteis, software OCR em celulares para identificação de texto informativo, etc. (BERSCH, 2013). A Figura 12 apresenta um aplicativo para baixa visão, que é o recurso da Lupa, que transforma o dispositivo em uma lupa eletrônica.

Figura 12 - Aplicativo para baixa visão



Fonte: RETINA BRASIL (2020).

Cada uma dessas classificações tem finalidades específicas, cada uma considera a finalidade de cada recurso existente e ambas atendem a um objetivo específico a que se destina sua funcionalidade, como determina a CAT. Diante da teoria abordada, acredita-se que as tecnologias assistivas são um dos principais avanços tecnológicos, sendo estes importantes aliados para as pessoas cegas e com deficiência visual (objeto desta pesquisa), afim de que, com esses recursos de tecnologias assistivas, possam ser promovidas, cada vez mais, inclusão, autonomia e desenvolvimento dessas pessoas.

No mesmo caminho, os autores Nunes, Dandoline e Souza (2014) discutem as tecnologias assistivas que fazem parte da rotina diária das pessoas com deficiência visual e que permitem a realização das mais diversas atividades executadas pelo deficiente visual. Os autores acrescentam ainda que muitas das tecnologias assistivas existentes ainda são desconhecidas pelas pessoas com deficiência visual, e que muitos desses usuários poderiam se beneficiar delas e, assim, teriam uma participação mais ativa junto à sociedade.

Dessa forma, em uma pesquisa aplicada por Nunes, Dandoline e Souza (2014) foi possível identificar alguns recursos de tecnologias assistivas elencadas por seus usuários, pessoas com deficiência visual que afirmaram fazer a utilização destes meios, sendo estes recursos assistivos utilizados na vida diária. Quadro 2 apresenta mais alguns recursos de tecnologias assistivas apontadas por Nunes, Dandoline e Souza (2014):

Quadro 2 – Recursos de tecnologias assistivas para deficientes visuais

Leitor de tela	Software que captura toda e qualquer informação apresentada na tela do computador, celular ou tablet em forma de texto e a transforma em áudio através de um sintetizador de voz, que permite ao usuário cego ouvir todas as informações da tela.
Computador	O computador com leitor de tela permite aos usuários cegos a leitura de textos através de sintetizadores de voz, escrever anotações realizar provas escolares e trabalhos, sem necessidade de domínio da escrita braille.
Celular	O celular (incluído neste grupo os smartphones) com leitor de tela oferece diversas ferramentas como relógio com áudio, caderno de notas a partir da voz, agenda de endereços e compromissos, identificador de dinheiro, de cor, de objetos e de linhas de ônibus.
Bengala	A chamada bengala branca é a utilizada para a mobilidade da pessoa cega e reconhecimento de objetos e identificação de sua posição.
Reglete	Dispositivo confeccionado em metal ou plástico, composto por uma placa com frisos ou cavidades circulares e uma régua com retângulos vazados, usada juntamente com a punção, que possui uma ponta metálica com um cabo de madeira, plástico ou metal, que serve para escrita manual em braille, através de pontos produzidos pela pressão da punção na reglete em papel próprio para este tipo de registro gráfico. Na reglete, os pontos são registrados da direita para a esquerda.
Audiodescrição	Tecnologia que permite às pessoas cegas o acesso a conteúdo visuais, veiculados por qualquer tipo de mídia através da tradução em palavras de toda informação visual relevante para a compreensão de uma determinada mensagem.
Escâner comum	Equipamento de uso comum que, junto com um software de reconhecimento de caracteres, transforma textos impressos em textos digitais.
Audiolivro	Gravação em áudio da leitura de um livro feita por uma pessoa designada “ledor”; “leitor” é aquele que acessa a obra para conhecer seu conteúdo.
Relógio tátil	Relógio com a identificação dos números através de marcas em alto relevo.
Identificador de cores	Aparelho capaz de identificar as cores de objetos colocados próximos ao aparelho. Existe maior precisão para cores intensas. Algumas versões são capazes de identificar diferentes tonalidades das cores.
Identificador de etiquetas de roupas	Sistema que possibilita a identificação de objetos por meio de um leitor de etiquetas com códigos numéricos inscritos, colocadas em roupas. As etiquetas são fixadas e o usuário grava uma mensagem de voz que permite identificá-la.
Caneta para desenho em relevo	Caneta capaz de produzir alto-relevo em papéis e acetato. A caneta para desenho em alto-relevo permite a produção de desenho ao pressioná-la em superfície adequada.
Impressora braille	Equipamento eletrônico que permitem a impressão de textos em formato digital no sistema <i>braille</i> em folhas de papel próprio para esse fim.

Fonte: Nunes, Dandoline e Souza (2014).

Sobre essas tecnologias apresentadas, os autores apontam que se destacam o leitor de tela, o computador e o celular e que estão relacionados à área da comunicação e informação, as TICs. Assim, esses recursos proporcionam e permitem a interação dos usuários cegos com o universo e, dessa forma, possibilitam que esses usuários executem suas atividades diárias, além de proporcionar maior interação social (NUNES; DANDOLINE; SOUZA 2014). No tópico a seguir, apresentam-se outros meios e recursos de tecnologias assistivas que promovem a inclusão digital de pessoas com deficiência visual.

2.2.2 Tecnologias assistivas (TA) na inclusão digital das pessoas com deficiência visual

As inovações tecnológicas têm apresentado contribuições significativas no desenvolvimento de recursos assistivos para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência, proporcionando melhor comunicação e desempenho nas ações de pessoas com algum tipo de deficiência, o que tem permitido e facilitado cada vez mais o acesso dessas pessoas aos produtos e serviços, além de promover sua independência.

Assim, tratando-se de algumas inovações tecnológicas voltadas para as pessoas com deficiência visual, destaca-se que as tecnologias assistivas visam a minimizar as barreiras de acesso à informação, e contribuem para a aprendizagem, gerando, consequentemente, a inclusão social. Nesse cenário de avanço dessas inovações, quando se refere às tecnologias assistivas voltadas para a assistência de pessoas com deficiência visual, Cunha (2021, p. 44) destaca que:

Há leitores de telas, como o JAWS e o DOSVOX, que emitem em áudio o que está sendo digitado ou o que aparece na tela do micro. Sobre esses programas, trata-se de uma importante inovação, pois é comum que cegos só escrevam para outro cego ler, já que são poucas pessoas que enxergam e que sabem ler o Braille.

De acordo com Cunha (2021), os deficientes visuais encontram dificuldades ao interagir com *mouses*, teclados e *sites* da *internet*, podendo esses softwares ajudar como importantes ferramentas para a inclusão digital, permitindo o acesso à informação e a construção coletiva do conhecimento. Dessa forma, Bersch (2013) aponta que, para minimizar as dificuldades e barreiras quanto à interação dos deficientes visuais com os *mouses* e teclados, sendo estes especificados como dispositivos de entrada pela autora, existem os recursos de acessibilidade ao computador, ou seja, desenvolve-se a partir dos *hardwares e softwares* meios assistivos que possibilite a interação sem ruídos por parte das pessoas com deficiência visual.

Cunha (2021) aponta alguns dos principais recursos de tecnologias assistivas que promove a inclusão da pessoa com deficiência visual, assim, para melhor compreensão apresenta-se como funciona esses aplicativos. De acordo com Souza (2014, p. 87) “O DOSVOX é uma aplicação para computadores disponível para os sistemas operacionais MS-DOS, *Windows e Linux*.” De acordo com o autor, para que o aplicativo DOSVOX tenha um bom desempenho e execute todas as suas ações com eficiência, faz-se necessário que se tenha um computador 486 com placa de som. Souza (2014, p. 87) destaca ainda que o DOSVOX “possui um sintetizador de voz em português para se comunicar com os usuários e pode ser configurado em outros idiomas”.

O DOSVOX começou a ser desenvolvido em 1993 pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, faz-se importante destacar que o aplicativo surgiu a partir de um trabalho de um aluno com deficiência visual. O aplicativo apresenta funcionalidades básicas que consiste em “vocalizar comandos, textos, telas e imagens de computador, permitindo ao cego executar comandos, entender imagens, realizar leituras e navegar na internet de forma independente” (SOUZA, 2014, p. 87). O aplicativo está sempre em atualização desde a implementação da sua primeira versão. Atualmente, conta com mais de 80 subprogramas e está composto da seguinte forma, no quadro 3:

Quadro 3 - Funcionalidades do aplicativo DOSVOX

Sistema de síntese de fala
Editor, leitor e impressor/formatador de texto
Impressor/formatador para Braille
Diversos programas para cegos
Jogos de caráter didático e lúdico
Ampliador de tela para pessoas com visão reduzida
Programas para ajudar a educação de crianças com deficiência visual

Fonte: Adaptado de Souza (2014, p. 11).

Dessa forma, Cunha (2021, p. 44) destaca que embora o aplicativo esteja sempre sendo aperfeiçoado e compreendamos a sua importante função para com as pessoas com deficiência visual, o DOSVOS apresenta algumas limitações.

Dentre as limitações do DOSVOX pode-se citar o acesso à internet, que tem algumas restrições já que a maioria das páginas apresenta 48 figuras, gráficos e frames tornando difícil para o deficiente visual compreender o que está sendo mostrado na tela. O sistema vem sendo aperfeiçoado a cada nova versão, o que indica que tal problema poderá ser minimizado (CUNHA, 2021, p. 44).

A Figura 13 apresenta uma interface do DOSVOX e suas funcionalidades.

Figura 13 – DOSVOX.



Fonte: Cunha (2021, p. 44).

O JAWS (Figura 14), de acordo com o autor, foi desenvolvido pela empresa Norte Americana Henter-Joyce. O fato de Ted Henter, ex-corredor de moto, ter perdido a visão em

um acidente de automóvel foi a motivação da criação do produto. Atualmente, o *Jaws* é distribuído pela *Freedom Scientific*, uma empresa americana que o disponibiliza para venda por mais de mil dólares. Apesar desse sistema também se dedicar aos deficientes visuais, é mais oneroso em relação ao DOSVOX, mas, segundo relatos de usuários, trata-se do melhor leitor de telas para a maioria das aplicações no computador, conforme artigo publicado no *site* Profala por Ventavoli (2010).

Figura 14 – *JAWS*



Fonte: Cunha (2021, p. 49).

Além desses, há o Mecdaisy, que adota o padrão internacional Daisy – *Digital Accessible Information System*, apesar de ser uma ferramenta brasileira e gratuita financiada pelo Ministério da Educação (MEC) e desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Segundo SOUZA (2020, p. 39):

Convém esclarecer que bibliotecas destinadas a PDV e outras organizações mantenedoras formaram o Consórcio DAISY para desenvolver um padrão internacional e software para produzir livros falados digitalmente. A “navegação” é um termo utilizado em conexão com os livros DAISY, permite que os leitores possam facilmente localizar capítulos e páginas, colocar um *bookmark* (marcador de texto) e usar o índice. Os livros nesse formato têm narração com voz humana, podem conter o texto completo do livro e as imagens ou conteúdo multimídia de modo sincrônico.

O NVDA (*Non Visual Desktop Access*), usado em algumas universidades brasileiras como tecnologia assistiva para acessibilidade do *Moodle* e materiais didáticos. Esse *software* tem tradução em cerca de 20 idiomas, inclusive para o português brasileiro, sendo capaz de descrever as telas do computador através de audiodescrição.

Além desses leitores de tela para os deficientes visuais, há, também, os tradutores Braille, que permitem a tradução de um texto para a linguagem *Braille*, e ainda as impressoras *Braille*. Sobre essas tecnologias para pessoas com deficiência visual existe, por exemplo, um dispositivo chamado “*Linha Braille*” ou “*Display Braille*”, conectado ao computador este

transforma qualquer texto digitado em um editor de textos, em escrita *Braille* por meio de pinos móveis que alteram seu posicionamento, levantando-se ou baixando automaticamente. Assim, formam os caracteres *Braille* de acordo com a linha do texto em que estiver posicionado o cursor do computador.

Além disso, existem as impressoras que imprimem em *Braille*, ou equipamentos especiais como o *Braille Lite*, portátil, que funciona como uma agenda eletrônica para digitação em *Braille*, com uma Linha *Braille* para a leitura e que pode ser conectado ao computador para transferência de dados ou impressão. Outro equipamento é o “*Braille Falado*”, também portátil, para escrita em Braille e saída de leitura por meio de síntese de voz (GALVÃO FILHO, 2009).

A implementação e o desenvolvimento das tecnologias assistivas como recursos de inclusão das pessoas com deficiência visual faz-se necessária cada dia mais com a evolução das tecnologias, pois observa-se que, além de auxiliar a vida diária dessas pessoas, isso também faz com que o uso destas tecnologias promova não somente a inclusão, mas que também facilita o acesso à informação, ao aprendizado, ao lazer e à interação pessoal e social com outras pessoas e com a sociedade como um todo.

No caso da deficiência visual, a função principal da tecnologia assistiva é transmitir informações sobre o mundo que a deficiência tornou inacessível, como os audiolivros, os quais possibilitam o contato com a leitura aos deficientes visuais que não dominam o *braille*. Segundo a associação Lara Mara, os demais sentidos, principalmente o tato e a audição, se tornam alvos da tecnologia assistiva, a fim de proporcionar aos deficientes visuais, da maneira mais eficaz possível, as impressões sobre a realidade em que vivem.

A visão residual, no caso das pessoas com baixa visão, é aproveitada a partir de recursos que ampliam, aproximam imagens ou as adaptam de outras formas para melhorar contrastes ou alterar a intensidade da luz. É importante ressaltar que o uso dos recursos de acessibilidade deve partir de um estudo pormenorizado e individual a respeito das limitações de cada pessoa.

2.2.3 Recursos para inclusão e acessibilidade digital

As pessoas com deficiência visual têm estado cada vez mais presentes e visibilizadas no contexto da sociedade e, dessa forma, têm buscado cada vez mais conquistar o seu espaço, que é de direito e está assegurado por leis. Quando se trata das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, estão sempre presentes e, com isso, se faz necessário que as TIC apresentem os requisitos de acessibilidade em ambiente virtual, evitando a segregação. Para

Morcelli e Seabra (2014, p. 204) “A acessibilidade virtual refere-se ao acesso a qualquer recurso da Tecnologia da Informação e Comunicação”.

A era digital e as evoluções tecnológicas têm facilitado o acesso à informação e a inserção de pessoas com deficiência na sociedade, porém, observa-se também que esse processo ainda está a passos lentos (COSTA, 2021). Os recursos tecnológicos são exemplos de que tem se buscado desenvolver e ampliar cada vez mais o acesso das pessoas com deficiência visual e com isso esses recursos vêm contribuindo para promover a inclusão digital desses indivíduos.

Segundo Reinaldi, Camargo Júnior e Calazans (2011, p. 36) destacam, quando se fala de pessoas com deficiência visual e quando estas estão relacionadas ao contexto dos recursos que abrangem as tecnologias, um fator importante a ser destacado é a inclusão digital destes indivíduos. Para os autores, “o conceito de inclusão digital envolve o acesso de todas as pessoas, deficientes ou não, ao mundo virtual. Os autores afirmam que ainda é muito complexo quando se aborda o contexto da inclusão das pessoas com deficiência visual no contexto geral da sociedade, e ressaltam que essa complexidade se torna ainda maior quando se aborda a inclusão digital e que estas apresentam uma série de dificuldades e obstáculos que acabam por muitas vezes sendo empecilhos para que a inclusão se concretize de fato.

De acordo com Silva, Cordeiro e Silva (2013), os recursos tecnológicos que promovem a inclusão digital de pessoas com deficiência visual comumente referem-se ao uso e ao fácil acesso desses recursos no âmbito das tecnologias, como exemplo os recursos computacionais, e que estes precisam estar relacionados com a acessibilidade. Portanto, uma vez que estes promovam a acessibilidade e a inclusão digital, pode-se, então, ampliar cada vez mais o acesso desses recursos para essas pessoas. Para as autoras, os recursos computacionais podem estar relacionados a diversos dispositivos tecnológicos, como por exemplo os computadores, *notebooks*, *tablets*, celulares dentre outros. Corrobora para o exposto quanto aos dispositivos tecnológicos Campana (2017) ao afirmar que há uma grande expansão desses dispositivos. Para o autor, é perceptível o aumento diário desses recursos tecnológicos, destaca que os *smartphones* e os *tablets* são os recursos digitais mais populares.

Segundo Campana (2017, p. 48), o conceito de inclusão digital pode ser compreendido como “[...] a busca para garantir a todas as pessoas o acesso às tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ou seja, a oportunidade de acesso ao conjunto de recursos tecnológicos disponíveis. Com isso, o autor destaca que deve se pensar a inclusão digital como um todo, uma vez observada os diversos contextos da sociedade contemporânea, na qual estão inseridos esses indivíduos e ressalta que embora havendo grandes avanços quanto à inclusão digital aos recursos tecnológicos, conseqüentemente tem se tornado cada vez mais desafiador promover

essa inclusão, e afirma que a inclusão deve atender e ser pensada de forma ampla a todos os cidadãos sendo estas pessoas com ou sem deficiência.

Na perspectiva da inclusão digital para pessoas com deficiência visual Campana (2017) destaca ainda que as condições de acesso aos recursos tecnológicos por pessoas com deficiência visual são ainda muito mais desfavoráveis, considerando os fatores que estão para além da deficiência visual, e que existem outros fatores que também contribuem para que esse desfavorecimento ocorra, como por exemplo os fatores socioeconômicos dos indivíduos, localização espacial, distribuição de renda e o acesso a equipamentos de tecnologias e sistemas operacionais. Contudo, para o autor os discursos acerca desse tema têm sido cada vez mais abordados por diversas perspectivas, e que os discursões teóricos estão cada vez mais amplas.

Para Brito e Melo (2021, p. 254), conceituar a inclusão digital é ainda um tanto desafiador, haja vista que são amplas as definições e suas respectivas nomenclaturas são diversas, os autores citam que essas nomenclaturas são “diferença digital, exclusão digital, *apartheid* digital, divisão digital, transformação digital e, a mais utilizada no Brasil, inclusão digital.” Os autores destacam que a ideia de inclusão digital já foi construída e desconstruída histórica e socialmente por várias vezes. Ainda para os autores, o conceito de inclusão digital deve ser feito sob duas perspectivas de grupos distintos: “o primeiro pode ser classificado como falta ou ausência do meio tecnológico para acesso à *Internet*. O segundo grupo corresponde à falta de condições sociais, culturais, históricas e econômicas [...]” (BRITO; MELO, 2021, p. 254).

Scatolim (2009) contribui para o conceito de inclusão digital ao afirmar que esta deve evidenciar e relacionar-se com a acessibilidade e a usabilidade, aplicando-se, dessa forma, em vários contextos da sociedade, possibilitando às pessoas com deficiência visual o uso e o acesso facilitado aos mais diversos tipos de ambientes e recursos. Para este autor, no que se refere à acessibilidade e inclusão digital, “a acessibilidade na internet se caracteriza pela praticidade na disseminação da informação e a interação do usuário [...]” (SCATOLIM, 2009. p. 4).

Nesse sentido, o autor propõe, ainda, pensar a acessibilidade sob a perspectiva da acessibilidade universal, para que, assim, seja possibilitado e facilitado o acesso dos usuários independentemente dos recursos e dispositivos utilizados. Scatolim (2009), Schenckel e Soares (2018) dizem que um dos principais objetivos da acessibilidade na *internet* é romper com as barreiras existentes quanto ao acesso para que todos possam fazer uso dos recursos digitais e dos sistemas operacionais. Nesse contexto, os autores concluem que “a acessibilidade ajuda pessoas portadoras de necessidades especiais a terem um papel mais participativo na sociedade,

oferecendo ainda a interação e o acesso à informação.” (SCHENCKEL; SOARES, 2018, p. 149).

Os novos meios a que se referem a inclusão das pessoas com deficiência visual, eles necessitam ser compreendidos em todas as particularidades da vida desses indivíduos (COSTA, 2021). Observa-se que um dos fatores que vem possibilitando a inclusão no meio digital foi a modernização da sociedade contemporânea, e isso se dá devido aos grandes avanços das tecnologias e o desenvolvimento dos recursos digitais.

Para Santos e Ribeiro (2021, p. 36), referente às tecnologias voltadas as pessoas com deficiência visual:

O uso recente da tecnologia para o auxílio de pessoas com deficiência visual, tornou possível a estas uma forma mais cômoda de viver, mais precisamente a introdução de deficientes visuais ao espaço digital que é bastante recente, desta forma as ferramentas digitais que possam gerir ações relacionadas com o uso da tecnologia como forma assistiva vem crescendo gradativamente.

Segundo Sonza e Santarosa (2003, p. 3), “Os *softwares* de acessibilidade aos ambientes digitais para deficientes visuais utilizam basicamente ampliadores de tela para aqueles que possuem perda parcial da visão e recursos de áudio, teclado e impressora em *Braille* para os sujeitos cegos. Sonza e Santarosa (2003) reafirma o exposto por Souza (2014) quando apresentam o DOSVOX, o *Jaws* e o NVDA como recursos de inclusão digitais para pessoas com deficiência visual, e acrescentam um outro recurso conhecido como Virtual Vision, como mostra o quadro 4.

Quadro 4 - Principais recursos de inclusão digital

I	Dosvox	É um sistema operacional para microcomputadores da linha PC (Personal Computer, - Computador Pessoal) que se comunica com o usuário através de síntese de voz viabilizando deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais. O sistema "conversa" com o deficiente visual em português. O DOSVOX vem sendo desenvolvido desde 1993 pelo NCE - Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) sob a coordenação do professor José Antônio dos Santos Borges. De acordo com as autoras, o DOSVOX está disponibilizado em duas versões: uma para DOS e outra para WINVOX. as autoras destacam ainda que o DOSVOX é composto por diversos programas dos quais citam-se alguns como: Sistema operacional que contém os elementos de interface com o usuário; ampliador de telas para pessoas com visão reduzida; impressor/formatador para braille; Programas sonoros para acesso à Internet, correio eletrônico e bate-papo, dentre outros.
II	Virtual Vision	Desenvolvido pela MicroPower A primeira versão foi lançada em janeiro de 1998 e em setembro de 1999 a versão 2.0. Sua última versão é a 4.0. Pode ser adaptado em qualquer programa do <i>Windows</i> . É uma aplicação da tecnologia de síntese de voz, um "leitor de telas" capaz de informar aos usuários quais os controles (botão, lista, <i>menu</i>

		etc.) estão ativos em determinado momento. Pode ser utilizado inclusive para navegar na <i>Internet</i> . Dentre as várias características desse recurso, cita-se alguns segundo as autoras: Maior facilidade de navegação na <i>Web</i> ; Permite a fácil localização do cursor na tela através de teclas de atalho; Pronuncia detalhes sobre a fonte de texto (nome, tamanho, cor, estilo, etc.), bem como as mensagens emitidas pelos aplicativos; Através de uma impressora <i>Braille</i> e um <i>software</i> como o <i>Braille Creator</i> o usuário pode imprimir qualquer página da internet, de documentos, de e-mail, etc.; Através do <i>Virtual Vision</i> , é possível digitalizar um texto para posterior impressão em <i>braille</i> , desde que o scanner utilizado possua o programa OCR; Permite a configuração de diferentes variações de voz para a identificação da formatação e capitalização de textos.
III	Jaws	Programa desenvolvido pela empresa norte-americana Henter-Joyce, pertencente ao grupo Freedom Scientific. O <i>Jaws</i> para <i>Windows</i> é um leitor de telas que permite facilmente o acesso ao computador a pessoas cegas ou amblíopes. Com o <i>Jaws</i> , qualquer usuário deficiente visual pode trabalhar tão ou mais rapidamente do que uma pessoa que veja normalmente, utilizando teclas de atalho. É um software de fácil utilização, eficiente e a velocidade pode ser ajustável conforme o nível de cada usuário. O <i>Jaws</i> trabalha em ambiente <i>Windows</i> , nas versões 95, 98, ME, NT, XP e 2000. Após sua instalação, que também é digitalizada, possibilita o uso da grande maioria dos aplicativos existentes para o ambiente <i>Windows</i> , como <i>Office</i> , <i>Internet Explorer</i> , <i>E-mail</i> , <i>Chat</i> , <i>Instant Messaging</i> , entre outros sem qualquer dificuldade. Adaptar-se é uma característica muito importante do <i>Jaws</i> para <i>Windows</i> .

Fonte: Adaptado Sonza e Santarosa, (2003).

Assim como os outros recursos, o *Jaws* destaca-se, segundo as autoras, principalmente devido a algumas de suas características, como: facilidade na instalação e apoio por voz durante o processo; processa a leitura integral dos menus, com indicação da existência de *submenus*; digitaliza as letras e palavras digitadas, estando adaptado ao teclado em português; possibilita a etiquetagem de gráficos; possui dicionários, geral ou específico, que permitem controlar a maneira como as palavras, ou expressões, são pronunciadas; cursor *Jaws*: movimenta o cursor (mouse) através das setas de direção do teclado. Para ativá-lo, utiliza-se a tecla "-" (menos) do teclado numérico; as teclas de navegação possuem um desempenho mais rápido em páginas da *Web*, formulários e tabelas.

No que se refere aos recursos citados, as autoras afirmam que “mesmo com algumas limitações, facilitam muito o acesso dos deficientes visuais ao computador, garantindo-lhes um ótimo nível de independência e autonomia, motivando-os e oportunizando sua inclusão aos ambientes digitais no mundo da comunidade dos cibernautas (SONZA; SANTAROSA, 2003, p. 9).

Inocência (2021, p. 23) destaca como recurso de tecnologia assistiva o Non-visual Desktop Access (NVDA) que “é um recurso que permite a acessibilidade de computadores para pessoas com deficiência visual. O NVDA pertence à *Microsoft Windows*, foi criado por Michael Curran e programado na linguagem de programação *Python*, em 2006. O sistema permite que seja possível interagir com navegadores e aplicativos em computadores com S.O. *Windows*, e possui tradução para mais de 50 idiomas.”

Fonseca (2012) aponta outros recursos existentes que contribuem para a inclusão digital e acesso das pessoas com deficiência visual, a citar: o Virtual Magnifying Glass, Open Book, Magic, Conect, Braille Falado, Linha Braille, Software GRAPHIT, Programa TGD (Tactile Graphics Designer) e *Software GRAPHIT*. De acordo com o autor, destacam-se as funcionalidades dos respectivos recursos apresentados no Quadro 5:

Quadro 5 - Funcionalidades dos recursos de inclusão digital

I	Virtual Magnifying Glass	É uma lupa virtual que permite a ampliação da tela do computador, conforme a localização do cursor e o movimento do <i>mouse</i> .
II	Open Book	Permite que as pessoas com deficiência visual acessem e editem materiais impressos mediante um processo de escaneamento e digitalização. O software com voz sintetizada faz a leitura de todos os textos, fornecendo informações ao usuário sobre imagens e legendas, estrutura de colunas, cabeçalhos e outras informações de layout.
III	Magic	É um ampliador de tela (de 2 a 16x) para ambiente <i>Windows</i> e todos os aplicativos compatíveis. Possui uma série de ferramentas que permitem alterar cores e contraste, rastrear o cursor ou o <i>mouse</i> , localizar o foco dentro do documento, e personalizar a área da tela antes ou depois da ampliação. O software também pode fazer a leitura da tela através de voz sintetizada.
IV	Conect	É um conjunto de aplicativos contendo navegador de Internet, gerenciador de e-mail e um editor de textos.
V	Braille Falado	Nesse software, os dados entrados em Braille são eletronicamente guardados e permite escrever, revisar e editar, manter um caderno de endereços de acesso instantâneo, armazenar até 800 páginas Braille e enviar textos para impressora. Não é necessária a experiência em computadores, no entanto, é imprescindível o domínio do Sistema Braille.
VI	Linhas Braille	São dispositivos utilizados com leitores de telas, que servem para os usuários cegos e com baixa-visão acessarem de forma tátil a informação contida no monitor.
VII	Programa TGD (Tactile Graphics Designer)	É um <i>software</i> pedagógico criado para a geração de figuras e/ou gráficos em <i>Braille</i> , é possível “ <i>scanear</i> ” imagens, desenhar e imprimir os seus desenhos. Permite a conversão de imagens dos mais variados formatos para o sistema <i>Braille</i> .
VIII	Software GRAPHIT	É um programa para produção de gráficos a partir de equações matemáticas. Possui função de calculadora gráfica para produção em <i>Braille</i> . Trabalha com

		equações nos tipos: Algébrica, trigonométrica, exponencial e logarítmica.
--	--	---

Fonte: Adaptado Fonseca (2012).

Foram apresentados alguns recursos de tecnologias assistivas que promovem a inclusão da pessoa com deficiência visual no ambiente virtual, fazendo com que tenham mais autonomia e liberdade de exercer suas ações de forma mais independente, e isso faz com que as pessoas com deficiência visual tenham acesso à informação, o que coloca em prática a inserção desses indivíduos perante a sociedade. Ademais, o acesso às tecnologias faz com que a pessoa com deficiência visual possa explorar todos esses recursos em sua vida diária.

Assim, para que se possa pensar o acesso a esses recursos de tecnologias assistivas faz-se necessário que se desenvolvam a partir dos conceitos do design universal, uma vez que um de seus princípios relacionados às tecnologias é que todas as tecnologias e informações devam estar disponíveis de forma fácil para serem percebidas em quaisquer condições ambientais ou capacidades sensoriais do indivíduo, como contextualiza-se no subitem 2.3.

2.3 DESIGN UNIVERSAL

Geralmente, as questões que dizem respeito à acessibilidade, ocasionam diferentes entendimentos e interpretações, pois é comum compreender esse contexto da acessibilidade como uma forma de melhorar e/ou adaptar aspectos relacionados à qualidade de vida de pessoas com algum tipo de deficiência, sejam elas cognitiva, motora ou múltipla, uma vez que se entende que são esses que vivenciam e enfrentam barreiras na vida cotidiana diária nos mais diversos ambientes de sua vida prática.

Diante desse contexto, Melo (2006, p.17) afirma que “acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas”. A autora destaca que, embora havendo interesses e necessidades diversas, todas as pessoas podem e devem ser beneficiadas com as propostas de ambientes, produtos e serviços, independentemente dessas pessoas serem ou não pessoas com deficiência, e isso faz com que pessoas não sofram com a discriminação. A autora destaca, ainda, que uma vez que se pensa dessa forma, isso faz com que haja um delineamento para uma sociedade cada vez mais inclusiva em que as pessoas passam a reconhecer e a valorizar as diferenças presentes na sociedade e, assim, promove-se a qualidade de vida para todos de modo geral.

A acessibilidade está relacionada à noção de Desenho Universal. De acordo com Sacramento (2019), a terminologia Desenho Universal foi criada pelo arquiteto norte-americano Ronald Mace, em 1987. Assim, parte-se do entendimento de que é possível projetar produtos ou ambientes para atender a uma ampla gama de pessoas, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiências, pessoas de tamanho ou forma incomum, pessoas doentes ou temporariamente debilitadas e pessoas com dificuldades causadas por alguma circunstância.

Nessa perspectiva, a NBR 9050 (p. 75) conceitua Desenho Universal como uma “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”. Desse modo, seu objetivo é atender a todas as pessoas, sem necessidade de adaptação. É essa ideia que se aplicaria a projetos arquitetados e construídos, como bibliotecas e restaurantes, como também ao ambiente virtual da *Web*. A partir disso, qualquer ambiente ou produto poderia ser alcançado por praticamente qualquer indivíduo.

Segundo Gabrilli, Carleto e Cambiaghi (2015, p. 10), a ideia do Desenho Universal é evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos. As autoras ainda destacam sete princípios do Desenho Universal, segundo Ronald Mace (2015, p. 10):

- (1) igualitário, que é para ser usado por pessoas com diferentes capacidades, tornando todos os ambientes iguais;
- (2) adaptável, que atende a pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis a qualquer uso;
- (3) óbvio, que é o princípio de um produto de fácil entendimento para que qualquer pessoa possa compreender;
- (4) conhecido, para que seja de informação de fácil percepção para o receptor, seja ele uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição;
- (5) seguro, pois minimiza os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais;
- (6) sem esforço, para ser usado eficientemente, com conforto e o mínimo de fadiga;
- (7) abrangente, para estabelecer dimensões e espaços apropriados para o acesso, alcance, manipulação e uso (anões, pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.).

Por fim, o conceito de Desenho Acessível está relacionado ao conceito de Desenho Universal, mas com a diferença de que o primeiro visa a concepção de acessibilidade apenas às pessoas com deficiência, enquanto o segundo busca uma concepção que seja útil a todos os usuários, independentemente de qualquer diferença. O tópico 2.2.1 apresenta-se os princípios do design universal e como estes são utilizados e aplicados.

2.3.1 Os princípios do design universal

Para Melo (2006, p.17) “O Design Universal (*Universal Design*), ou Design para Todos (*Design for All*), diz respeito ao desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado.” Dessa forma, compreender o design universal relacionando aos aspectos interligados à acessibilidade, pode-se assim construir uma sociedade para todos, de modo que nada interfira no convívio e na participação desses indivíduos diante da sociedade.

De acordo com Baptista, Villarouco e Martins (2003), para os pesquisadores da linha anglo-saxônica conduzidos pelo Centro para o Design Universal da Escola de Design da Universidade Estadual da Carolina do Norte (USA), o Design Universal pode ser compreendido por meio de sete princípios (Quadro 6):

Quadro 6 – Princípios do design universal

IGUALITÁRIO – Uso equitativo	Os produtos, espaços e serviços devem ser desenhados de tal forma que permitam sua utilização por qualquer pessoa, sem nenhum tipo de exclusão relacionada às características pessoais ou limitações físicas, intelectuais ou sensoriais
ADAPTÁVEL – Flexibilidade de uso	Os produtos devem ser desenhados de tal forma que atendam às diferenças individuais relativas a gostos, preferências e habilidades de cada usuário.
ÓBVIO – Uso intuitivo	Os autores indicam que o projeto de um novo produto deve prever usos simples e intuitivos por qualquer pessoa, independentemente de sua experiência, capacidade intelectual, habilidade, domínio de linguagem ou mesmo do nível de concentração do usuário.
CONHECÍVEL – Informações perceptíveis	Todas as informações devem estar disponíveis de forma fácil para serem percebidas em quaisquer condições ambientais ou capacidades sensoriais do indivíduo.
SEGURO – Tolerância ao erro	Os produtos devem ser desenhados de tal forma que sejam tolerantes com o erro, para minimizar riscos e consequências devido a ações acidentais ou involuntárias.
SEM ESFORÇO FÍSICO – baixo esforço físico	O desenho deve prever um esforço físico mínimo por parte do usuário para utilizar um produto eficaz e de forma confortável, com o mínimo de fadiga.
ABRANGENTE – Dimensões razoáveis de USO	As dimensões de um produto ou espaço devem ser adequadas, de maneira que permitam aproximação, acesso, manipulação e uso, independentemente da estatura do usuário, bem como outras características físicas, assim como os equipamentos de apoio utilizados pelos usuários.

Fonte: Baptista, Villarouco e Martins (2003).

Melo (2006) aponta que isso ainda pode ser observado pelo ângulo do ceticismo por algumas pessoas, considerando que existem algumas situações em que não será possível chegar a resultados e soluções em que estas possam atender de fato a todos sem essa discriminação. Assim, a autora conclui que promover soluções de acessibilidade numa perspectiva de Design

Universal pode potencializar a convivência e a participação na sociedade na igualdade de direitos e deveres, na maior extensão possível, sem discriminação.

Todos os princípios do design universal reconhecem a igualdade entre as pessoas, indicando a necessidade dos conhecimentos sobre a acessibilidade, que serão abordados na sequência.

2.4 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade ainda é um assunto pouco discutido, seja no que diz respeito ao atendimento ao cliente ou até as adequações de estrutura do ambiente físico. Ainda que haja leis estabelecidas para incentivar, de certo modo a acessibilidade, são poucas as empresas que se adaptam para receber toda população dentro do seu estabelecimento de forma que todos possam exercer de maneira independente suas ações, embora com limitações.

Para Bittar (2013, p. 14), “Acessibilidade pode ser interpretada como a possibilidade de utilização de recursos de maneira universal, sem barreiras ou utilizando vias alternativas para seu acesso e utilização.” No entanto, quando se trata das questões de acessibilidade voltadas para a *web*, é possível identificar muitas barreiras enfrentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência, em se tratando específico por exemplo das pessoas com deficiência visual, assim para que haja uma diminuição dessas limitações. Bittar (2013, p.14) afirma que “Várias ações devem ser consideradas para a adoção de boas práticas de desenvolvimento de aplicações *Web* acessíveis, dentre as quais é necessário que as pessoas envolvidas tenham consciência dos benefícios alcançáveis com essa adoção.” Desta forma, compreende-se que uma vez adotadas e observadas, essas boas práticas no desenvolvimento de uma *web* mais acessível, é possível promover cada vez mais a inclusão.

Portanto, no tópico a seguir são apresentadas as diretrizes no que diz respeito à acessibilidade e o que deve ser aplicado quando do desenvolvido de ferramentas a serem utilizadas para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência.

2.4.1 Diretrizes da acessibilidade

Para um ambiente ser considerado acessível, é preciso atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que estabelece as principais normas para acessibilidade de deficientes no país. Em se tratando de um ambiente comercial, as normas (NBR 9050/2020) determinam que haja desde entrada com rampa até balcão de atendimento, de tal forma que o

estabelecimento se adapte a todos seus clientes e, principalmente, aos que possuem algum tipo de deficiência ou dificuldade de locomoção.

De acordo com NBR 9050/2020, a norma visa a “proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (2020, p. 1). Para que a norma aconteça, é necessário colocá-la em prática, para que assim os ambientes sejam mais acessíveis e, com isso, promover a inclusão da pessoa com deficiência, considerando que, por muito tempo as pessoas com deficiência lutam na busca por inclusão, para que assim possam ser independentes, autônomas ao acessar os ambientes, mas, para isso, faz-se necessário o conhecimento das normas, a compreensão e a implementação das diretrizes de acessibilidades, tornando os espaços cada vez mais acessíveis de modo responsável e conforme estabelece a norma.

Mas, para que de fato haja a acessibilidade a NBR9050 (p. 1) destaca que:

Para serem considerados acessíveis, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, atendem ao disposto nesta Norma.

Outro ponto importante que aborda a NBR 9050/2020, a qual representa e reconhece esses ambientes como sendo acessíveis são a presença do Símbolo internacional de acesso (SAI), ou seja, estes devem estar indicados nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos. De acordo com a NBR 9050 (2020, p. 40):

Símbolos são representações gráficas que, através de uma figura ou forma convencionada, estabelecem a analogia entre o objeto e a informação de sua representação e expressam alguma mensagem. Devem ser legíveis e de fácil compreensão, atendendo a pessoas estrangeiras, analfabetas e com baixa visão, ou cegas, quando em relevo.

Os símbolos, segundo a norma, podem ser representados em preto e branco opcionalmente, ele sempre deve estar voltado para o lado direito e nunca deve sofrer qualquer tipo de alteração, seja ela modificação, estilização ou adição. Os símbolos de acesso têm por finalidade “indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (NBR 9050, 2020, p. 41). Os símbolos de acesso devem estar fixados em locais em que estejam sempre visíveis ao público.

Quanto ao símbolo internacional de pessoas com deficiência visual, a NBR 9050 destaca que deve indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual. A Figura 15 apresenta o símbolo que representa a pessoa com deficiência visual.

Figura 15 - Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual



Fonte: ABNT NBR 9050 (2020).

Entretanto, mesmo existindo a norma NBR 9050, na qual é reconhecido o direito à acessibilidade nos espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos, ainda há falta de conhecimento sobre tal assunto por parte do mercado, dos proprietários e funcionários das lojas bem como de desenvolvedores de sistemas e ferramentas nos ambientes, tanto físico como em ambientes de *web*, fazendo desta forma o cliente passar por diversas barreiras seja em ambientes físicos ou ambientes virtuais na hora de comprar alguma mercadoria (CUNHA, 2021). Corroborar com o exposto Marchi (2019, p. 38) “capturar este mercado, através de melhores concepções de produtos e serviços pode levar a consideráveis vantagens para o mercado.” Nesse sentido as empresas precisam despertar para propiciar melhores condições as pessoas com deficiência, de modo a enxergar estes como potenciais consumidores.

2.4.2 Legislação federal de acessibilidade

As pessoas têm suas singularidades e características que a diferem umas das outras. Quase 24% da população brasileira é composta por pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. De acordo com o último censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 45 milhões de pessoas com deficiência (PCD). Segundo Cunha (2021), no atual contexto contemporâneo, uma grande parte da sociedade ainda vê as pessoas com deficiência com olhares de piedade e julgamentos incorretos, nesse sentido faz-se

saber que nem toda pessoa com deficiência necessita de uma acompanhante, pois, se o ambiente for propício para sua locomoção, este não precisará de auxílio.

As pessoas com deficiência são cidadãos que lutam diariamente para se tornarem independentes e ultrapassar os limites que a deficiência e a própria sociedade impõem. Nesse âmbito, a preocupação com a discriminação foi motivo para o Brasil lidar com a questão da acessibilidade na implementação da lei 10.098/2000 e da NBR 9050/2005, que exigem e especificam a garantia de acessos em locais públicos e privados, estabelecimentos comerciais, conferindo-lhes, assim, maior participação social.

Em relação às normas brasileiras, a significação de acessibilidade está grafada na Lei nº 10.098/2000, de 19.12.2000, cujo artigo 2º, I, a enuncia nos seguintes termos: [...] “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.” (BRASIL, 2000).

Tal lei também inovou no ordenamento jurídico brasileiro ao introduzir o conceito de mobilidade reduzida, ampliando a abrangência do público para o qual se destinam as políticas públicas de acessibilidade, envolvendo idosos, gestantes, crianças de colo, dentre outros. Além disso, foi eleita a adoção das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que, através da edição das normas brasileiras – NBR, configuram-se como parâmetros a serem utilizados na promoção da acessibilidade nos espaços e edifícios de uso público e privado e no mobiliário e equipamento urbano, uniformizando as regras (MORAIS, 2011).

De acordo com Moraes (2011), a lei não só se encaixa estritamente às pessoas com deficiência, mas também à pessoa que, de alguma forma, necessita de peculiaridades em relação ao meio social em que se encontra para qualidade de vida e segurança. A inclusão precisa de mais divulgação e especialmente de conscientização; as mídias sociais têm grande repercussão, principalmente quando se trata de um diferencial que afeta o sentimental de milhares de pessoas, além de estar levando a comunicação e as questões de responsabilidade social.

Embora a lei já esteja em vigor há algum tempo, a ação por meio do comércio ainda se encontra com uma grande falta de conhecimento por parte dos proprietários e funcionários dos estabelecimentos comerciais, seja por falta de atendimento especializado ou pela falta de preocupação em deixar o ambiente de trabalho com público de forma acessível para com todos (CUNHA, 2021). Embora havendo essa falta de preocupação por parte das empresas, observa-se uma crescente no número de normas que vêm sendo implementadas e aprimoradas para regulamentar e garantir cada vez mais os direitos dessas pessoas que, por muito tempo, lutam

por uma sociedade mais justa e igualitária. Freitas e Melo (2015, p. 3) citam, sobre acessibilidade na visão moderna:

A moderna visão de acessibilidade vai além das descrições pessoais da Lei. Hoje se projeta uma sociedade com o objetivo de utilidade para toda a população, não importando as características ou limitações das pessoas. O problema atual é colocar em prática as determinações da Lei, visto que o tema é considerado relativamente novo no Ordenamento Jurídico Brasileiro, e, para haver uma efetivação da acessibilidade proposta na norma, é preciso, além de mudanças estruturais em prédios e ruas do país, uma mudança cultural, onde a população veja a limitação do outro e respeite as diferenças, ajudando a colocar efetivamente em prática uma utilização universal da sociedade e retirar o modelo abstrato que está na Legislação.

Diante desse cenário, as pessoas com deficiência sempre terão dificuldades para exercerem plenamente sua cidadania, continuarão excluídas socialmente, com acesso precário às lojas, ao comércio, à economia brasileira, caso não seja implementada as normas de forma efetiva, incluindo-se ainda nesse contexto o acesso a comunicação. Corrobora com o exposto Freitas e Melo (2015), quando afirma que as pessoas com deficiência sempre estarão impossibilitadas de autonomia perante a sociedade caso não aconteça uma evolução e uma mudança cultural da população em relação a essas pessoas. Mas, para que isso ocorra, o passo principal e mais importante é a implementação das normas de modo efetivo, além ainda de conscientização por parte da sociedade bem como uma cobrança de atitude por parte dos governamentais e social em relação aos deficientes. Mas, para Freitas e Melo (2015, p. 3), “[...] infelizmente, apesar de um grande avanço, a ideia de respeito e isonomia aos deficientes, ainda é algo um pouco vago em nossa sociedade.”

Para tanto, buscou-se compreender a acessibilidade referente aos ambientes físicos, com isso o tópico a seguir aborda teoria referente a acessibilidade em lojas de varejo de moda para pessoas com deficiência visual.

2.4.3 Acessibilidade no varejo de moda

De acordo com os dados do IBGE (2010) 45,6 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, ou seja, essa estatística representa uma grande parcela da população, no entanto, observa-se que, mesmo com esse alto índice, ainda assim as pessoas com deficiência não são vistas como potencial consumidores pelas lojas de varejo de vestuário e até mesmo pelo mercado de modo geral. De acordo com Freitas e Melo (2015, p. 2) isso se dar pois “Há a crença de que a deficiência limita a capacidade de sair para ir às compras e, por isso, observa-se que alguns empresários não vejam esses consumidores como uma oportunidade”. Faria, Siqueira e

Carvalho (2013) corroboram com exposto ao afirmar que isso se dá devido à forma truncada na maneira de pensar por parte da administração das organizações de varejo, e com isso são incapazes de perceber as pessoas com deficiência visual como clientes capazes e aptos a gerar lucro para as organizações.

As pessoas com deficiência visual, ao acessarem as lojas de varejo para efetivar suas compras, geralmente dependem da ajuda de terceiros. Para Sousa *et al.* (2022), a dependência da ajuda de terceiros no ato da compra de vestuário por pessoas cega fica condicionada à vontade e disponibilidade desses terceiros e, com isso, o processo de consumo fica atravessado por esses indivíduos e ficam condicionadas as escolhas e tomadas de decisões. Faria, Siqueira e Carvalho (2013) apontam que uma pessoa com deficiência, ao adentrar em uma loja de varejo, quer ser percebida e vista como um potencial consumidor, e não somente como mais um problema a ser resolvido. Faria e Silva (2011) acreditam que olhar a acessibilidade em lojas de varejo do ponto de vista do marketing, para as pessoas com deficiência é um ponto positivo, pois elas a tendem a ser mais leais a essas marcas e a seus produtos.

No que se refere a pesquisas sobre a relevância dos estudos em relação ao consumo de pessoas com deficiência visual, Coelho e Abreu (2017, p. 233) cita que:

[...] o estudo do consumo de deficientes visuais é relevante não somente para que as empresas compreendam as necessidades de consumo desses indivíduos e obtenham lucros com tais informações, mas, principalmente, para que os deficientes visuais sejam incluídos na sociedade, uma vez que, por meio do consumo, uma melhor qualidade de vida pode ser proporcionada a esse segmento da sociedade desprovido da integralidade de seus sentidos físicos.

Com isso, observa-se que a verdadeira inclusão da pessoa com deficiência nesse contexto, só acontecerá mediante algumas perspectivas, a citar a implementação de leis mais rígidas precedidas de fiscalização, quando forem proporcionadas vez e voz às pessoas com deficiências visuais, para que possam mencionar, relatar e apontar suas reais necessidades e meios pelos quais estas possam ser atendidas. Faria e Silva (2015, p. 239) afirmam que “Apenas os deficientes visuais possuem o entendimento de quais mudanças devem ser feitas pelos gestores para aprimorar as ações gerenciais.” Mas, para isso, faz-se necessário uma mudança urgente por parte dos varejistas, pois, mediante tantas falhas que ainda ocorrem, as pessoas com deficiência visual ficam cada vez mais dependentes de terceiros.

No entanto, muito ainda precisa ser feito para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência visual no varejo de moda, pois, as impressões negativas quanto à falta de

acessibilidade no varejo são percebidas pelas pessoas com deficiência visual, e ainda são muito presentes. Em relação a isso, Sousa *et al.* (2022, p. 65) cita que:

os consumidores cegos apontam como causa da inacessibilidade ao varejo de moda estão relacionadas com o desrespeito à premissa de que todas as pessoas precisam ter acesso a espaços públicos e/ou de convivência, de modo que não sejam implicados nesse processo quaisquer constrangimentos.

Esse contexto se dá devido a uma série de entraves existentes quando se trata das questões de acessibilidade no varejo de moda, com base em uma pesquisa com um grupo de deficientes visuais. Sousa *et al.* (2022) elencaram uma série de entraves precedidos e algumas possibilidades possíveis que promova uma melhor inclusão da pessoa com deficiência no varejo de moda (Quadro 7).

Quadro 7 – Entraves e possibilidades no acesso de consumidores cegos em lojas físicas

Entraves percebidos	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de placas de sinalização escritas em braille; - Presença de escadas sem identificação; - Disposição de corredores com obstáculos não sinalizados; - Dificuldade de acesso à loja física; - Ausência de atendentes para auxiliar na leitura das etiquetas de vestuário; - Descumprimento às normas vigentes.
Possibilidades identificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Etiquetas táteis; - Desenvolvimento de aplicativos móveis; - Adequações de espaços físicos para humanizar o deslocamento e o acesso de pessoas com deficiência; - Capacitação e sensibilização de atendentes, vendedores e profissionais que lidam com o público em geral.

Fonte: Sousa *et al.* (2022, p. 67).

Contudo, para os autores há muito o que se fazer quando se trata da inclusão da pessoa com deficiência visual no varejo de moda, especialmente nos ambientes físicos, bem como acredita-se que os desafios são ainda maiores quando se trata do reconhecimento da pessoa com deficiência visual como reais e potenciais consumidores na indústria da moda.

Por fim, apresenta-se o tópico a seguir em que estão os aspectos da teoria a serem aplicados na proposta da presente pesquisa.

2.5 ASPECTOS DA TEORIA A SEREM APLICADOS NA PROPOSTA DA PESQUISA

Ressaltam-se, diante da construção narrativa, as discussões acerca do referencial teórico abordado nesta pesquisa. Quanto aos aspectos tecnológicos, observa-se que este têm causado grandes impactos positivos para a sociedade, e quando nos referimos às pessoas com algum tipo de deficiência, pois percebe-se que, quando se trata das tecnologias estas têm promovido cada vez mais a inclusão dessas pessoas em meio à sociedade e, com isso, tem promovido, para além da inclusão, mais qualidade de vida, autonomia e independência em algumas atividades que geralmente dependem de terceiros. Como mostra os dados estatísticos apresentados pelo IBGE (2010), há um grande número de pessoas com alguma deficiência no Brasil, país com mais de 46,6 milhões de pessoas com algum grau de deficiência. Aqui, faz-se necessário destacar que esses dados são do ano de 2010 e que são atualizados a cada dez anos, e não houve uma atualização destes dados no ano de 2020, o que nos faz acreditar que os dados estatísticos podem ter se agravado ainda mais.

A base teórica apresentada nesta pesquisa apresenta-se desde a compreensão do contexto das pessoas com deficiência visual até a concepção do guia com diretrizes para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência no contexto da moda. Dessa forma, retoma-se o objetivo geral da pesquisa para melhor compreender de que forma a teoria apresentada será aplicada na proposta de pesquisa: propor um guia para acessibilidade de pessoas com deficiência visual em lojas de varejo de vestuário.

Assim, a fundamentação teórica inicial busca identificar o universo das pessoas com deficiência visual, tentando compreender suas principais necessidades, dificuldades e limitações diárias, bem como identificar os níveis ou graus de deficiência visual. Essa teoria pauta-se em aspectos nos quais buscou-se compreender as informações básicas e necessárias que se tornam informações essenciais para que possamos propor o guia com as diretrizes considerando o contexto em que a pessoa com deficiência visual está inserida, e que estas estejam centradas nesse usuário. Para compreender o universo da pessoa com deficiência visual, voltou-se a atenção também para as teorias referentes à legislação que assegura os direitos das pessoas com deficiências visual, pois entende-se como necessário e importante possibilitar esse meio e/ou alternativa de inclusão e, para compreender essas leis, apresenta-se o decreto de lei (LBI – Lei 13.146/15).

A teoria que aborda o alfabeto em *braille* foi utilizada para compreender de que forma as pessoas com deficiência visual se comunicam por meio dele, identificou-se que este meio de comunicar é uma escrita em algo relevo conforme apresenta (FULANO, ANO) e que essa

leitura é feita por meio do sentido tátil, assim, esta teoria aplica-se a essa pesquisa quanto aos fatos necessários de descrição da proposta de guia com diretrizes inclusivas, para aqueles que tenham o domínio da leitura em *braille*, pois de acordo com algumas pessoas entrevistadas nessa pesquisa, nem toda pessoa com deficiência visual têm domínio da leitura *em braille*, e para a aplicação dessa pesquisa fez-se necessário buscar reconhecer outros recursos táteis que venham compor o guia a ser desenvolvido, de forma que possa se promover a inclusão dos que não têm o domínio da leitura em *Braille*.

Assim, desenvolveu-se as teorias acerca da audiodescrição, um recurso tecnológico que têm facilitado e contribuído com a vida diária de pessoas com deficiência visual. Para tanto, faz-se necessário entender que essa é uma importante teoria para a presente pesquisa, pois a áudio descrição é uma outra diretriz importante para a aplicação da pesquisa, uma vez que o sentido audição é muito utilizado pelos deficientes visuais, para a compreensão e entendimento dos espaços e ambientes que frequentam, sendo assim, a áudio descrição é uma importante diretriz ser aplicada na proposta de pesquisa. Compreender as abordagens de Cunha (2021) que se faz necessário pois a teoria aponta que as tecnologias contribuem e minimizam muitas barreiras enfrentadas por essas pessoas, e nessas perspectivas a audiodescrição apresenta-se como um dos principais recursos de tecnologias assistivas existentes para auxiliar essas pessoas.

Compreendendo-se os recursos de tecnologias assistivas existentes, e como essas podem serem aplicadas na proposta de pesquisa, visando a promoção da inclusão, estas são pautadas nas teorias de Galvão Filho (2019), Schneider (2017), Bersch (2013) e CAT (2007) em que se faz necessário compreender os princípios básicos dessas tecnologias, e como estas podem vir a serem aplicadas no desenvolvimento do guia para a inclusão das pessoas com deficiência visual. Quanto aos aspectos da inclusão digital, estes estão assegurados mediante as teorias de Reinaldi, Camargo Júnior e Calazans (2011) aplica-se essa teoria dentro dos aspectos inclusão digital quando esta busca envolver o acesso de todas as pessoas, deficientes ou não, ao mundo virtual, ou seja, essa teoria faz-se necessário por considerar os recursos tecnológicos como computadores e celulares, pois essas tecnologias fazem se presentes na vida diária da pessoa com deficiência, e estas por sua vez aplica-se a pesquisa, pois com base na pesquisa realizada com o grupo focal o celular pode vir a ser uma diretriz a ser aplicada e desenvolvida no guia.

A teoria que aborda o design universal contribuiu para a compreensão da acessibilidade como forma de melhorar ou adaptar os aspectos com vistas à melhoria na qualidade de vida de pessoas com deficiência. No entanto, com base na teoria de Melo (2006), o design universal não se limita às pessoas com deficiência, sendo assim, com base na teoria apresentada, compreendeu-se que o design universal deve beneficiar e contemplar a todos de maneira geral

independentemente de suas limitações ou não. Portanto, embora o guia apresente diretrizes específicas voltadas à pessoa com deficiência visual, estas não impossibilitam que outras pessoas acessem ao ambiente de lojas de varejo de moda por não serem pessoas com alguma deficiência. Para a aplicação prática na presente pesquisa, utilizaram-se os princípios do design universal, pois visam ao reconhecimento de igualdade entre as pessoas; dessa forma, aplica-se a teoria do design universal na pesquisa.

Com vistas à acessibilidade da pessoa com deficiência visual em lojas de varejo de vestuário e moda, a teoria a respeito da acessibilidade apresenta-se sobre os seguintes aspectos: quanto às diretrizes da acessibilidade NBR 9050/2020; a legislação federal de acessibilidade e a acessibilidade no varejo de moda. A teoria de Bittar (2013) aponta que, quando se refere às questões de acessibilidade, estas devem ser promovidas de forma que sejam pensadas dentro do contexto universal, e que a acessibilidade deve ser promovida de modo a eliminar as barreiras existentes, bem como realizar-se a geração de alternativas que promovam o acesso e sua utilização de maneira eficiente. Nesse sentido, essa teoria se aplica à pesquisa de forma que o guia seja produzido para de fato apresentar alternativas traduzidas como diretrizes que possibilitem o acesso das pessoas com deficiência visual em lojas de varejo de vestuário, além de proporcionar autonomia no ato da compra no interior da loja, fazendo com que as barreiras sejam eliminadas.

Dessa forma, com vistas a proporcionar a utilização e o acesso de ambientes dessas lojas de varejo de vestuário e moda, apoiou-se na teoria referente às normas da NBR 9050/2020, pois, com base nesta, quando se pauta a acessibilidade, define-se que, para um espaço ser acessível, deve considerar e implementar o que diz o design universal. Ainda com base nessa teoria, faz-se importante destacar os aspectos relacionados à simbologia gráfica que identifica a pessoa com deficiência visual. Conforme a NBR 9050/2020, essa simbologia pode ser representada na cor preta e branco. A simbologia gráfica tem como finalidade indicar que determinado ambiente é acessível, bem como identificar os espaços, edificações e outros. Portanto, a simbologia é um importante aspecto a ser aplicado no guia.

Com base na teoria de legislação federal de acessibilidade, aplica a pesquisa com base na lei 10.098/2000, pois mais que o direito das pessoas com deficiência, é obrigação dos locais públicos e privados e principalmente de estabelecimentos comerciais, especificar e garantir o acesso das pessoas com deficiência. Para tanto, a lei citada aplica-se no guia conforme o artigo 2º da lei 10.098/2000

Por fim, quanto à teoria voltada para a acessibilidade no varejo de moda, apresentam-se as ideias abordadas por Sousa *et al.* (2022) em que apresenta os entraves e possibilidades de

acesso da pessoa com deficiência visual nas lojas de varejo de moda. Para os autores, a falta de acessibilidade nas lojas de varejo parte do princípio de que as empresas não reconhecem a pessoa com deficiência visual como potenciais consumidores além do que, na grande maioria dessas lojas, as mesmas não apresentam produtos com as características do design universal pautados nos sete princípios do design universal. A teoria de Faria e Silva (2011) acreditam que a acessibilidade deve ser abordada do ponto de vista do *marketing*. Para tanto essa teoria se aplica na presente pesquisa conforme a teoria de Sousa *et al.* (2022), quando apresenta a possibilidades de possíveis diretrizes que contribuem no desenvolvimento do guia a ser apresentado.

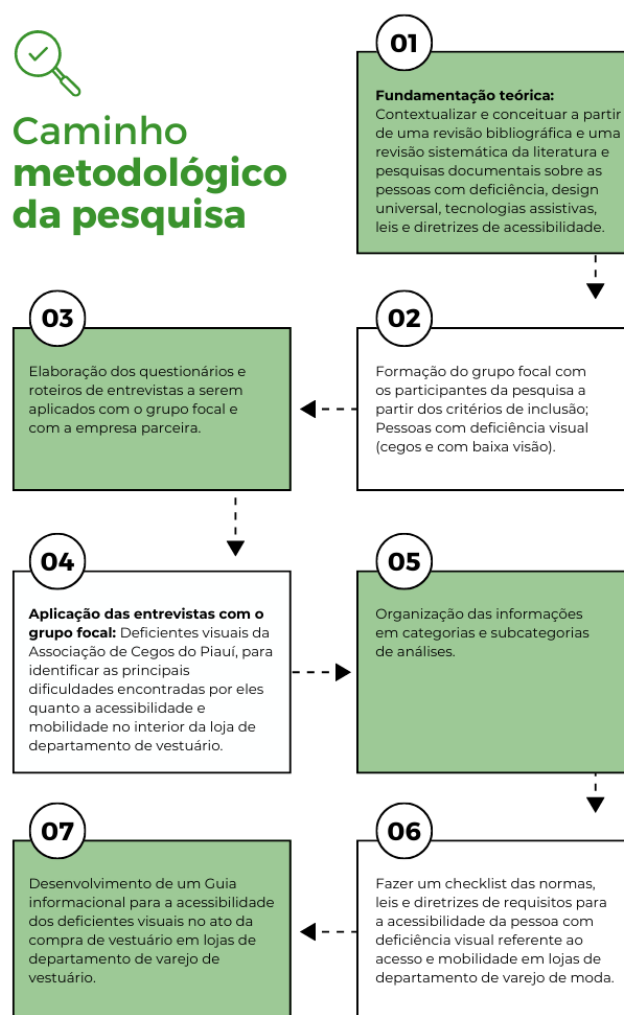
Portanto, as informações para o desenvolvimento da proposta de pesquisa obtidas a partir da teoria apresentada, aponta que este capítulo cumpriu com sua pertinência teórica a respeito dos conceitos de maior relevância para esta pesquisa que tem como objetivo propor um guia para acessibilidade de pessoas com deficiência visual que auxilie na acessibilidade e no ato da compra em lojas de varejo de vestuário.

No próximo capítulo descreve-se a metodologia da pesquisa bem como os procedimentos da pesquisa de campo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo visa a descrever os métodos empregados na pesquisa. Na Figura 16, destacam-se os caminhos metodológicos utilizados para alcançar o objetivo geral: “Propor um Guia para pessoas com deficiência visual, que auxilie na acessibilidade e no ato da compra em lojas de varejo de vestuário.”. Assim, elencaram-se os objetivos específicos que, por sua vez, foram definidos quanto aos objetivos específicos correlacionados à fundamentação teórica e os objetivos específicos correlacionados ao caminho metodológico, ou seja, objetivos relacionados à pesquisa de campo, como mostra a Figura 16.

Figura 16 - Caminho metodológico da pesquisa quanto aos objetivos da Pesquisa de campo



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

O caminho metodológico é detalhado no presente capítulo, e este inicia-se pela classificação da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Uma pesquisa sempre parte do princípio de que existe um problema real e quer quer soluções. Marconi e Lakatos (2018, p. 01) corrobora com o exposto ao afirmar que “[...] o ponto de partida da pesquisa encontra-se no problema que se deverá definir, examinar, avaliar, analisar criticamente, para depois ser tentada uma solução”. Assim, uma vez que as hipóteses e questionamentos são levantados e confrontados a pesquisa por sua vez pode então invalidar ou confirmar os dados encontrados. Observa-se que os conceitos a cerca de uma pesquisa ainda são muito amplo, e com isso existem inúmeros conceitos bem como as finalidades de uma pesquisa. Para Ander-egg (1978, p. 28) a pesquisa é “um procedimento reflexivo e sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. Marconi e Lakatos (2018) valida a importância de uma pesquisa especialmente no campo da ciências sociais, especialmente quando se tem como objetivo a obtenção de soluções para problemas reais em prol de problemas que geralmente são coletivo.

Quanto à finalidade de uma pesquisa Trujillo Ferrari (1974, p. 171), afirma que uma pesquisa têm com bjetivo “tentar conhecer e explicar fenômenos que ocorrem no mundo existêncial”. Para Selltiz *et al.* (1965, p.5) a finalidade de uma pesquisa consistem em “descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos”. Embora em muitos casos não sejam encontrados resultados fidedignos para os problemas encontrados, ressalta-se que o método científico é o meio mais confiável e possível de validação, assim como a forma de se obter resultados mais satisfatório Marconi e Lakatos (2018). Posto isso, nos tópicos seguintes realiza-se-á um aprofundamento quanto à categorização da presente pesquisa.

3.1.1 Natureza da pesquisa

Para a definição e classificação quanto ao tipo de pesquisa, está especialmente pode variar de acordo com o enfoque em que o autor da pesquisa vai dar. Marconi e Lakatos (2018, p. 6) aponta que, para que haja a definição e classificação da pesquisa, esta divisão por sua vez “[...] obedece a interesses, condições, campos, metodologias, situações, objetivos, objetos de estudo etc.”. Assim, quanto à natureza da presente pesquisa, classifica-se como de natureza aplicada. Para Ander-Egg (1978, p. 33), uma pesquisa aplicada “caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade.”. Dessa forma, observado o conceito de pesquisa aplicada, de Ander-Egg (1978), estes serão utilizados na resolução do problema desta pesquisa.

3.1.2 Abordagem do problema

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa em relação à abordagem do problema. Observou-se que alguns autores se utilizam de expressões diferentes em relação ao tópico em discussão, como metodologias qualitativa e quantitativa, abordagem qualitativa e quantitativa (SEVERINO, 2007) e enfoque qualitativo e quantitativo (COLLADO; LUCIO, 2013). Aqui, para o presente tópico, utilizar-se-á a expressão abordagem qualitativa, pois, de acordo com Severino (2007) é o mais adequado.

Chizzotti (2014a, p. 79) destaca que a abordagem qualitativa “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Marconi e Lakatos (2016, p. 296) afirmam que a formulação do problema se difere em relação às abordagens qualitativas e quantitativas, assim, em relação à formulação do problema referente à abordagem qualitativa, as autoras destacam que:

o problema não sai da cabeça do pesquisador, mas é resultado da imersão do pesquisador na vida e no contexto da população da pesquisa; o problema é estabelecido pelos sujeitos da pesquisa; não é constituído aprioristicamente, mas apenas depois do reconhecimento das informações das pessoas e dos grupos envolvidos. Ele é formado dinamicamente.

Portanto, Gil (2016) mostra que classificar a pesquisa quanto à abordagem do problema é fundamental e relevante, pois, uma vez definida esta classificação, permite ao pesquisador o reconhecimento das semelhanças e as diferentes modalidades de pesquisa existentes, fazendo, ainda, com que o pesquisador consiga identificar qual destas é a mais adequada, o que possibilitará melhores resultados para a solução do problema em questão. Gil (2016 a, p. 25) destaca que “quando o pesquisador consegue rotular seu projeto de pesquisa de acordo com um sistema de classificação, torna-se capaz de conferir maior racionalidade às etapas requeridas para sua execução”. Assim, por meio da abordagem qualitativa em relação ao problema de pesquisa, consegue-se classificar, explicar e interpretar os fatos ocorridos por meio da coleta de dados.

3.1.3 Objetivo da pesquisa

Quanto ao objetivo desta pesquisa, trata-se de descrever as informações qualitativamente sobre o tema trabalhado na coleta de dados, visto que é uma pesquisa descritiva.

Entende-se por pesquisa descritiva, segundo Best (1972, p. 12-13), “delineia o que é e aborda quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”. Para Marconi e Lakatos (2017, p. 298) “As pesquisas descritivas, objetivam descrever as características de uma população, ou identificar relações entre variáveis”. Portanto, são comuns as investigações das características de determinados grupos, e para isso, existem fatores a serem levados em consideração como idade, sexo, nível de escolaridade, nível socioeconômico dentre outros aspectos (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Diante do exposto, esta dissertação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, qualitativa quanto a abordagem do problema e descritiva quanto aos objetivos. No tópico a seguir (3.2) apresenta-se as técnicas para a coleta dos dados da presente pesquisa.

3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 149) é nessa etapa da pesquisa “[...] que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. Severino (2007) aponta que para a realização de trabalhos científicos as técnicas para a coleta de dados a serem utilizadas, são procedimentos operacionais imprescindível e indispensável para a coleta de dados. Portanto, em relação ao problema desta pesquisa, a coleta de dados busca alcançar os objetivos propostos, assim, as técnicas utilizadas para a coleta de dados dessa pesquisa subdividem mediante quatro técnicas, a citar (I) Pesquisa bibliográfica; (II) Pesquisa de campo (III) Técnica do Grupo focal:

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Utilizou-se esta técnica com o objetivo de responder o problema de pesquisa em questão para, assim, atingir o objetivo proposto. Nesta etapa da pesquisa, foram utilizados livros, artigos científicos publicados em periódicos e anais, teses e dissertações. De acordo com Marconi e

Lakatos (2007, p. 166), “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]”.

3.2.2 Pesquisa de campo

Conforme pontua Marconi e Lakatos (2018, p. 76), “a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.”. Dessa forma, para a realização da pesquisa de campo, é necessária a realização de algumas etapas antes de chegar de fato à pesquisa de campo.

Marconi e Lakatos (2018) citam que as etapas são: a realização de pesquisas bibliográficas acerca do tema de pesquisa, estabelecer as técnicas a serem utilizadas para a coleta de dados e, por fim, de posse dos instrumentos realizar a coleta.

Portanto, a pesquisa de campo busca identificar os fatos e fenômenos exatamente como ocorrem na realidade, sendo a coleta de dados realizada por meio de instrumento, como a entrevista. A entrevista é um instrumento utilizado na coleta de dados primários. Para que a entrevista se efetive com sucesso, é necessário ter um plano, de forma que as informações necessárias não deixem de ser colhidas. A coleta de informações é altamente estruturada, seguindo um roteiro de perguntas previamente estabelecido. As questões são apresentadas por escrito às pessoas, com a intenção de identificar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas e outros. Os dados coletados são codificados, interpretados e, finalmente, analisados com base na fundamentação teórica (GIL, 2008).

Nesta pesquisa, utilizaram-se, como instrumento, entrevista semiestruturada com questões abertas. Para a entrevista, foi previamente organizado um roteiro, com base na fundamentação teórica e nas categorias e subcategorias de análise, que foi aplicado com o presidente da associação e com os integrantes da Associação de cegos do Piauí - ACEPI.

O roteiro de perguntas semiestruturados foram aplicados durante o método grupo focal, vide apêndice B.

3.2.3 Método de pesquisa para coleta de dados: Grupo focal

Visando à junção de pessoas com características em comum nesse caso de pessoas com deficiência visual, optou-se pela utilização dessa técnica e instrumento de coleta de dados. Justifica-se a escolha desse instrumento, por que permite ao pesquisador obter informações

sobre os participantes, por meio dos relatos de suas experiências e seus problemas reais. De acordo com May (2004, p.15) “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”.

Silva (2011, p. 142) aponta que uma das principais características a técnica do grupo focal grupo focal “reside no fato de que ela trabalha com a reflexão expressa através da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema”. Em razão do exposto foi que se deu a escolha dessa técnica. Para tanto, o grupo focal composto de onze participantes todos membros “associados” da ACEP foram reunidos e organizados em formato de U dentro da biblioteca da associação, foi realizado um roteiro de perguntas da qual o pesquisador foi perguntando para cada participante, e um assistente com um gravador de áudio foi aproximando o gravador a cada participante para captação da resposta.

No tópico a seguir apresenta-se a delimitação desta pesquisa.

3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A delimitação da pesquisa subdivide-se a partir de três, sendo delimitação espacial, temporal e da população.

Delimitação espacial - A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Teresina, Estado de Piauí, junto à Associação de Cegos do Piauí com os membros da associação e com presidente.

Delimitação temporal - O período de realização da pesquisa de campo foi de janeiro a fevereiro de 2023. Ressalta-se que, por tratar-se de pesquisas com seres humanos, a mesma só deu prosseguimento com a aplicação das entrevistas após o parecer favorável do comitê de ética que está datado de 16/12/2022 com Número do Parecer: 5.822.307 vide anexo B.

Delimitação da população – Foram selecionados onze membros frequentadores da ACEP e o presidente da associação. Ambos os selecionados são pessoas com deficiência visual, categoria de sujeitos inserida como objeto de estudo desta pesquisa. Como critérios de inclusão dos participantes foi que todos fossem deficiente visual com cegueira total e com baixa visão e que fossem “associados” da ACEP.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, empregou-se o Método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), o qual Lefèvre e Lefèvre (2003) conceituam como uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas e outros (SILVA, 2011).

Assim, para a elaboração dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs), utilizaram-se as figuras metodológicas, conforme Lefèvre e Lefèvre (2003), Expressão Chave (ECH), Ideia Central (IC) e Ancoragem (AC). Estes estarão detalhados no item quatro desta pesquisa, na qual apresentam-se as análises e os resultados da pesquisa de campo. Para Silva (2011, p. 148), “o Discurso do Sujeito Coletivo consiste basicamente em analisar o material verbal coletado, extraindo-se as ideias centrais e suas correspondentes expressões chave.”.

3.5 REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Após o construto da fundamentação teórica, deu-se início a pesquisa de campo, a qual foi orientada por um roteiro de entrevista aplicado com um grupo focal, realizado na ACEPI, juntamente com o presidente da associação e com os membros deficientes visuais frequentadores da associação. No tópico seguinte, apresentam-se a amostra da pesquisa e a justificativa da seleção.

3.5.1 Amostra da pesquisa

A seleção da amostra dos participantes foi intencional:

- 1º grupo – Empresa parceira - loja de departamento localizada em Teresina-PI;
- 2º grupo – Representantes da ACEPI (Associação de Cegos do Piauí) localizada na zona sul de Teresina, capital do estado do Piauí.
- 3º grupo - Pessoas cegas ou com baixa visão.

A- Justificação da seleção da amostra:

Como o objetivo era atender as necessidades de pessoas cegas e com baixa visão, selecionou-se, para participar da pesquisa, a ACEPI. Esta instituição tem como missão promover a inclusão da pessoa cega, com baixa visão e outras deficiências associadas, contribuindo para sua efetiva participação na sociedade.

Justifica-se a seleção dos deficientes visuais por conta do anseio em ajudar na acessibilidade dessa população, já que este autor tem cinco irmãos deficientes visuais, classificados com baixa visão e por um amigo classificado como pessoa cega, que é o coordenador de esporte da ACEPI. Além das vivências em alguns dos ambientes em que trabalhou, como exemplo, em lojas de departamento Riachuelo, onde o autor pôde observar e vivenciar na prática quão grande são as dificuldades encontradas por pessoas com deficiências no momento de comprar itens do vestuário e o quanto essas pessoas ainda são invisibilizadas pela indústria da moda, pelos empresários, pelos atendentes e tampouco são vistas como potenciais consumidores.

A seleção da empresa A ocorreu porque esta empresa abraça as causas da inclusão das pessoas com deficiência, todavia, sua oferta de peças de vestuário e acessórios ainda se encontra, majoritariamente, destinada ao público que não apresenta tal barreira. O proprietário interessado a utilizar a proposta da pesquisa para tornar o espaço físico e os produtos da loja fáceis de serem acessados pelos deficientes visuais.

3.6 DETALHAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA

A seguir, apresenta-se o detalhamento de cada etapa no processo de desenvolvimento desta pesquisa. Os subitens a seguir apresentam-se na ordem segundo a qual foram executados.

3.6.1 Primeira etapa – Definição do tema

A primeira etapa da pesquisa foi a busca pela definição do tema. Essa trajetória já vinha sendo desenhada desde 2016 por este autor, uma vez que as inquietações a respeito da moda inclusiva sempre estavam presentes em suas pesquisas. Assim, o tema de pesquisa dessa dissertação começou a ser definido logo depois da conclusão do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em artes e tecnologias da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife, em 2019, período em que já se pretendia fazer a seleção para o programa de Mestrado em Design do vestuário e moda da UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina. O tema apresentado na monografia foi “A moda como forma de expressão artísticas para pessoas com deficiência visual”, cujo objetivo foi o desenvolvimento de uma coleção conceitual inspirada nas obras de artes da artista plástica Sônia Delaunay como forma de expressão da pessoa com deficiência visual.

A partir de relatos por partes dos deficientes visuais e das dificuldades apresentadas por estes, foi que chegou ao problema de pesquisa dessa dissertação. Um dos relatos por parte das pessoas com deficiência visual foi - “Bom, na hora da compra, a dificuldade que eu sinto, é que às vezes você chega em uma loja para comprar e o vendedor, por achar que você é deficiente, quer te empurrar qualquer coisa, às vezes coisas que não têm nada a ver com meu padrão e estilo.”. A partir dessas questões, chegou-se à formulação do tema para esta pesquisa.

3.6.2 Segunda etapa – Fundamentação teórica

Nesta etapa, constitui-se uma parte fundamental e essencial da presente pesquisa, que é o levantamento da base teórica acerca do tema definido na primeira etapa. Aqui, buscou-se aprofundar as buscas por trabalhos científicos relacionado ao tema, em teses, dissertações e artigos publicados em periódico. Foram realizadas buscas nas bases de dados como: Portal de Periódicos da CAPES; *Google Acadêmico*; *ScienceDirect*; dentre outros. Também foram utilizadas buscas em *sites* e *blogs* relevantes, assim como documentos de normatizações, leis e diretrizes sobre a acessibilidade, necessárias para a construção da estrutura teórica da dissertação.

3.6.3 Revisão Sistemática da Literatura

A Revisão Sistemática da Literatura teve como objetivo sistematizar ainda mais as buscas por produção científica referentes à temática da pesquisa, visando a ampliar o acervo bibliográfico utilizado nesta pesquisa, bem como identificar o que as bases de dados apresentavam de teoria em relação ao tema. Foram formuladas diversas combinações de palavras chaves e, em algumas dessas combinações, não foi encontrada nenhum documento.

A revisão sistemática da literatura foi desenvolvida a partir da elaboração de ficha de estratégia de busca, na qual ficaram registradas todas as buscas realizadas durante a pesquisa. A ficha foi desenvolvida durante a disciplina de RSL, do programa de mestrado em moda. O Quadro 8 mostra como as equações realizadas:

Quadro 8 – Estratégias de buscas de Revisão Sistemática da Literatura

Estratégia TQO	T Tema: Assunto principal da pesquisa;	Q Qualificador: Adjetiva o tema ou objeto; quais detalhes específicos, características, fatores, localização, questões, procedimentos etc., estão relacionados ao objeto?	O Objeto: Representado por um indivíduo, população, instituição (Organização), dispositivo, procedimento etc., (Artefato/Aplicabilidade do Conhecimento);
Extração Termos mais importantes que compõem a pergunta de pesquisa e objetivos; eixos temáticos da busca, (conceitos-chave).	Tecnologia inclusiva; tecnologia assistiva; Deficiência visual; digital; usabilidade; acessibilidade;	Consumo de moda; Ambiente loja;	Acesso web; Aplicativo móvel; audiodescrição; celular/smartphone; tablete;
Conversão Substituir por vocabulários controlados e Descritores; (Glossários/Ortografia Inglês publicada).	<i>Inclusive technology; assistive technology; Visual impairment; digital/print; usability; accessibility.</i>	<i>Fashion consumption; Store environment.</i>	<i>Web access; mobile application; audio description; mobile/cell/cell phone; tablete</i>
Combinação sinônimos, grafias alternativas, singular/plural, hierarquias conceituais, sentidos conceituais; (Siglas).		<i>Digital/print</i>	<i>Mobile/cell/cell phone;</i>
Construção Blocos temáticos separados por AND; termos de mesmo bloco temático separados por OR e inseridos entre parênteses; uso de NOT não é recomendado	<i>(“Inclusive technology” OR “assistive technology” OR “Visual impairment” OR digital OR print OR usability OR accessibility)</i>	<i>(“fashion consumption” OR “store environment”)</i>	<i>(“Web access” AND “mobile application” AND audiodescription AND mobile AND cell AND “cell phone” AND tablete)</i>

Fonte: Desenvolvida pelo autor (2023).

Sendo definidas as estratégias de buscas, como mostra o Quadro 8, no Quadro a seguir apresentam-se as buscas realizadas nas bases de dados.

Quadro 9 – Buscas realizadas nas bases de dados

Uso Equação de Busca: Fórmula conceitual com as palavras-chave e operadores booleanos, AND, OR ou NOT	<i>(“Inclusive technology” OR “assistive technology” OR “Visual impairment” OR digital OR print OR usability OR accessibility) AND (“fashion consumption” OR “store environment”) AND (“Web access” AND “mobile application” AND audiodescription AND mobile AND cell AND “cell phone” AND tablete)</i> Pesquisa em 06/06/2022 Scopus 0 Web of Science 0
---	--

	<p>Ebsco 0</p> <p><i>("purchase of clothing" OR audiodescription OR mobile devices) AND (visually impaired OR accessibility OR application)</i></p> <p>Pesquisa em 06/06/2022</p> <p>Scopus 7</p> <p>Web of Science 10, 171</p> <p>Ebsco 14,088</p> <p><i>"purchase of clothing" AND (audiodescription OR "mobile devices" OR application) AND ("visually impaired" OR accessibility)</i></p> <p>Pesquisa em 06/06/2022</p> <p>Scopus 0</p> <p>Web of Science 0</p> <p>Ebsco 0</p> <p><i>"purchase of clothing" AND (visually impaired OR accessibility OR application)</i></p> <p>Pesquisa em 06/06/2022</p> <p>Scopus 1</p> <p>Web of Science 0</p> <p>Ebsco 1</p> <p><i>"universal design" AND "user experience" AND usability AND accessibility</i></p> <p>Pesquisa em 06/06/2022</p> <p>Scopus 1</p> <p>Web of Science 0</p> <p>Ebsco 1</p> <p><i>"user experience" AND usability AND accessibility AND (fashion OR "fashion design")</i></p> <p>Scopus 04 04/07/22</p> <p><i>("user experience" AND usability AND (fashion OR "fashion design"))</i></p> <p>Scopus 32 – Mantendo no filtro lateral apenas Artigos</p> <p>Scopus 04/07/22</p> <p><i>usability AND (fashion OR "fashion design")</i></p> <p>Scopus 04/07/22</p> <p>Scopus 32 – 416 (depois aplicando os filtros na base – 116)</p> <p>Scopus - Nova busca em 11/07/2022 total de 419 (depois aplicando os filtros na base – 86)</p> <p>Scopus - Nova busca em 16/07/2022 total de 422 (depois aplicando os filtros na base – 75)</p> <p>Scopus - Nova busca em 18/07/2022 total de 422 (depois aplicando os filtros na base – 75)</p> <p>307 resultados de Coleção principal da Web of Science para: <i>ALL= (usability AND (fashion OR "fashion design"))</i></p> <p>308 resultados de Coleção principal da Web of Science para: <i>ALL= (usability AND (fashion OR "fashion design"))</i> 16/07/2022 depois dos filtros 58 resultados de Coleção principal da Web of Science</p>
--	--

Fonte: Desenvolvida pelo autor (2023).

As buscas realizadas por meio da RSL mostraram-se muito eficazes no processo de levantamento bibliográfico, embora, em algumas equações, não se obteve resultados positivos, mostrando que essas temáticas são pouco exploradas. A equação de busca (*"Inclusive*

technology” OR “assistive technology” OR “Visual impairment” OR digital OR print OR usability OR accessibility) AND (“fashion consumption” OR “store environment”) AND (“Web access” AND “mobile application” AND audiodescription AND mobile AND cell AND “cell phone” AND tablete) foi realizada no dia 06/06/2022 nas bases de dados Scopus, Web of Science e Ebsco obtendo-se assim um total de zero resultado.

A equação *“purchase of clothing” AND (audiodescription OR “mobile devices” OR application) AND (“visually impaired” OR accessibility)* foi realizada em 06/06/2022, nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Ebsco* e se obteve zero resultados. Observa-se que a primeira equação contém bem mais palavras-chave e a segunda com menos palavras-chave todas relacionadas ao tema de pesquisa e ambas com zero resultado nas buscas, ou seja, não se tiveram resultados positivos com essas equações.

Ao passo que se observou temáticas poucas exploradas, por exemplo, equação de busca *“purchase of clothing” AND (visually impaired OR accessibility OR application)* realizada em 06/06/2022 encontrou apenas um resultado na base de dados *Scopus*, um resultado na base de dados *Ebsco* e zero resultado *Web of Science*. Do mesmo modo a equação de busca *“universal design” AND “user experience” AND usability AND accessibility* apresentou mesmo resultado que a equação anterior.

As demais equações apresentadas no quadro 9 apresenta-se bons resultados, no entanto, compreende-se assim que há muito ainda a ser explorado acerca da temática.

3.6.4 Terceira etapa – Comitê de ética

Buscando garantir a segurança dos entrevistados, a idoneidade e a ética diante dos dados coletados, por tratar-se de uma pesquisa com seres humanos, esta pesquisa foi submetida junto ao comitê de ética, Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UDESC. Foi desenvolvido a elaboração do projeto, contendo os objetivos da proposta, as justificativas, a metodologia a ser adotada na pesquisa e as referências utilizadas, tudo de maneira mais resumida.

Finalizado o desenvolvimento do projeto, recolhem-se as assinaturas das instituições participantes, que deverão constar nos documentos a serem anexados junto ao texto da pesquisa na Plataforma Brasil. O endereço digital armazena todas as informações a serem analisadas pelo Comitê através do *login* do pesquisador. Assim foram incluídos: o projeto detalhado, o projeto resumido, o cronograma de desenvolvimento da pesquisa; roteiro para entrevista e prévia das perguntas; o termo de consentimento para fotografias, vídeos e gravações; o termo de

consentimento livre e esclarecido – TCLE e o termo de ciência assinado pelo presidente da ACEPI.

O primeiro parecer com situação pendente foi publicado no dia 22 de novembro de 2022, sendo solicitados poucos ajustes. Foram realizados os ajustes solicitados e estes foram atendidos, sendo assim publicado o segundo parecer com *status* de aprovado, publicado no dia 16 de dezembro de 2022, pela CAAE 64800322.2.0000.0118, com o Número do Parecer: 5.822.307, assinado por Renan Thiago Campestrini – Coordenador do (CEPSH). Com a aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – CEPSH/UDESC (ANEXO C), dá-se segmento as etapas subsequentes da pesquisa.

3.6.5 Quarta etapa - Formação do grupo focal

Solicitou-se ao representante da ACEPI (Associação de Cegos do Piauí), localizada na zona sul de Teresina, capital do Estado do Piauí, convidar para participar do grupo focal, aproximadamente 20 pessoas como voluntários, respeitando as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A solicitação dessa quantidade de participantes foi considerando a ausência de alguns deles no dia da realização da entrevista.

O grupo foi formado por 11 participantes, entre 18 e 62 anos de idade, sendo 8 homens e 3 mulheres. Desses, 3 possuem baixa visão, os demais têm ausência total de visão. A escolaridade dos participantes variou entre ensino médio completo até superior completo. Nem todos os integrantes do grupo focal leem *braille*, porém todos têm acesso a *internet* por meio de dispositivos móveis ou computadores disponibilizados pela ACEPI.

3.6.6 Quinta etapa - Elaboração do roteiro de perguntas

Com base na teoria abordada na presente pesquisa, na vivência observada dos deficientes visuais no cenário da cidade de Teresina e no objetivo desta pesquisa, elencou-se previamente um roteiro de entrevista (APÊNDICES B) com perguntas para, assim, promover as discussões durante o grupo focal, promovendo a interação e a participação de todos.

3.6.7 Sexta etapa – Aplicação do grupo focal

Com objetivo principal de fornecer uma compreensão mais detalhada dos aspectos principais do tema em foco. May (2004, p.151), define grupo focal como:

[...] uma modalidade de entrevista, estabelecida de acordo com um roteiro que tem propósito de atingir objetivos pretendidos pelo pesquisador. Recomenda, que tenha uma estrutura mínima de seis e não superior a doze pessoas que tenham interesses comuns e que ficarão reunidas por período máximo de duas horas. Durante esse tempo, o moderador irá conduzir a entrevista. Os observadores serão responsáveis pelas anotações que auxiliarão no momento da análise da gravação e/ ou filmagem.

Com isso, o ambiente escolhido para o desenvolvimento do grupo focal foi a ACEPI (Associação Cegos do Piauí), está localizada na Rua Beneditinos, 537 - São Pedro, Teresina - PI, 64019-580. Para a reunião do grupo, foi disponibilizado pela associação o espaço da biblioteca, local adequado para esse tipo de trabalho, sem ruídos, afastado da interferência de terceiros e de fácil acesso para todos, além de ser um ambiente climatizado.

Esta etapa ocorreu no dia 12 de janeiro de 2023 (quinta-feira), das 10h às 16h. A equipe de trabalho chegou ao local antes do horário previsto com a intenção de preparar o espaço. Todos os equipamentos foram checados com antecedência e se encontravam prontos para o uso (gravador, celular e blocos de anotações), e material a ser utilizado e ficha com numeração e ordem de fala dos entrevistados. As cadeiras foram organizadas em forma de U, facilitando a observação e a gravação das falas durante as discussões.

Acompanhou a aplicação do grupo focal, um profissional de Enfermagem, habilitado a prestar serviço de assistência aos deficientes visuais, para o caso de eventual mal-estar dos participantes. Um assistente de posse de um gravador para coletar as respostas dos participantes e do pesquisador como mediador que fez a pergunta para cada participante.

3.6.8 Sétima etapa – Contato reafirmado com a instituição parceira

Na associação ACEPI, apoiadora da pesquisa, os termos de aceite foram reafirmados por meio das documentações, como os termos de consentimento livre esclarecido, autorização para gravação, filmagens e fotografias, assinados pelo presidente da associação, autorizando assim, a utilização do nome da associação na respectiva pesquisa.

3.6.9 Oitava etapa – Aplicação do roteiro de perguntas com os deficientes visuais

Nessa etapa realizada aos 12 de janeiro de 2023 (quinta-feira), quando todos os participantes do grupo focal já estavam na biblioteca, o autor e seu auxiliar já estavam apostos para iniciar a entrevista, tudo confirmado deu-se o *start*. Assim, realizou-se primeiramente a leitura do termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) em seguida deu-se início aos

questionamentos, ou seja, as perguntas realizadas individualmente a cada participante. As respostas foram armazenadas e coletadas em um gravador, essa função foi exercida pelo auxiliar que estava presente. Em um primeiro momento, na hora da gravação, foi solicitado que eles falassem o nome, idade, sexo e grau de deficiência. Após a gravação das entrevistas, as informações correspondentes a cada interrogação e a cada participante foram transcritas para posterior análise e descrição dos dados.

3.6.10 Nona etapa– Organização das informações

Os resultados da pesquisa de campo foram organizados em categorias e subcategorias de análise que facilitaram a interpretação e análise das informações obtidas. As categorias selecionadas para a análise dos dados coletados foram baseadas nos autores da fundamentação teórica, em consonância com os objetivos propostos. Nos Quadros 10, 11 e 12 são mostradas as categorias de análise e as subcategorias.

Quadro 10: Categorias e subcategorias de análise -ACEPI

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
ESTRUTURA FUNCIONAL DA ACEPI-ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO ESTADO DO PIUAI	1.1 Número de deficientes visuais atendidos em média na ACEPI; 1.2 Escolaridade: ensino fundamental, médio ou curso superior; 1.3 Domínio da leitura em Braille; 1.4 Programas para a mobilidade da vida diária dos deficientes visuais; 1.5. Principais veículos de informações acessados pelos deficientes visuais; 1.6 A acessibilidade e as necessidades dos deficientes visuais.

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2022).

Quadro 11: Categorias e subcategorias de análise - Deficientes Visuais

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS DEFICIENTES VISUAIS	1.1 Sexo e Idade dos participantes; 1.2 Grau de deficiência dos participantes; 1.3 Nível de escolaridade; 1.4 Atividade profissional; 1.5 A Relação da democratização da moda com os direitos de inclusão das pessoas com deficiência; 1.6 Experiências que ocorreram na loja, no atendimento as pessoas cegas ou com baixa visão;

	1.7 Preocupação com a acessibilidade e adaptações na loja envolvendo o acesso a informações sobre peças de vestuário.
INTERAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS COM O VESTUÁRIO	1. Dificuldades no ato da compra de vestuário; 2. Dificuldade ao vestir uma peça do vestuário; 3. A moda e a inserção da pessoa com deficiência visual; 4. Escolha das próprias roupas por parte dos deficientes visuais; 5. Uso das roupas pelos deficientes visuais alinhadas com as tendências de moda; 6. Identificação dos deficientes visuais das peças de vestuário no guarda-roupa; 7. Organização dos deficientes visuais de itens de vestuário no guarda-roupas; 8. Realização por parte dos deficientes visuais das tarefas de manutenção e conservação do vestuário; 9. Informações que os deficientes precisam no interior das lojas de vestuário.

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2022).

Quadro 12: Categorias e subcategorias de análise – Empresa A

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE
CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	1.1 Localização e perfil da empresa A; 1.2 Características do espaço físico da loja; 1.3 Conhecimento sobre Leis de Acessibilidade para os deficientes visuais; 1.4. Condições da loja física para a acessibilidade e autonomia dos deficientes visuais na realização das compras; 1.6 Preparação dos funcionários para atendimento dos deficientes visuais.

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2022).

A partir das categorias e as subcategorias de análise, foram construídas as perguntas para a realização das entrevistas (APÊNDICES A, B e C), com base também na fundamentação teórica. Aplicadas as entrevistas, os resultados da pesquisa foram organizados, para serem interpretados e analisados no 4º capítulo.

4 PESQUISA DE CAMPO – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se os dados coletados durante a pesquisa de campo. Para tanto, retoma-se o problema de pesquisa: como as pessoas com deficiência visual podem ter acesso ao espaço físico de lojas de departamento e tenham autonomia no ato de compra de vestuário? Desta forma, os dados coletados e apresentados neste capítulo objetivam propor um guia com diretrizes de acessibilidade que auxilie os deficientes visuais no ato de compra de vestuário em lojas de varejo de moda. Para atingir este objetivo foi aplicado uma entrevista com um grupo focal composto por pessoas com deficiência visual (cegas e com baixa visão) da ACEPI para compreender as principais barreiras enfrentadas por eles, bem como aplicou-se uma entrevista com o representante da associação.

As categorias a serem analisadas neste capítulo estão fundamentadas nos autores apresentados na teoria, visando a sustentação teórica presente na pesquisa. Portanto, para a análise dos resultados, apresentam-se dividido em quatro categorias de análise: (I) características da empresa; (II) estrutura funcional da ACEPI – Associação de cegos do Piauí; (III) identificação do perfil dos deficientes visuais; (IV) interação dos deficientes visuais com o vestuário. Dentro das categorias apresenta-se as subcategorias, em que são analisadas as respostas dadas pelo grupo focal, e pelo representante da associação ACEPI. Para tanto, faz-se saber que a análise dos resultados do item (III) interação dos deficientes visuais com o vestuário, para este aplicou-se a análise do discurso do sujeito coletivo segundo Lefevre (2003).

4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A marca A é uma loja de departamento que, por ser administrada de forma independente por 3 grupos, possui sede em 3 cidades, sendo elas: em Teresina-PI fica a sede das lojas que é administrada por um Grupo X; na cidade de João Pessoa-PB, fica a sede das lojas administradas pelo grupo Y; em Belém-PA, fica a sede administrada pelo grupo Z. O nome da marca surgiu como uma homenagem ao local de origem da família de seus fundadores. A marca A, surge mediante uma narrativa familiar, que teve início nos anos de 1929, quando o fundador da marca

decide iniciar as atividades de vendas de seus produtos, sendo eles tecidos, chapéus, sombrinhas, dentre outras variedades de produtos, e essas vendas se davam de porta em porta.

A primeira loja física surge em 1958, em uma cidade do Estado do Maranhão. A marca iniciou com uma linha de produtos de móveis e eletrodomésticos. Em 1983, iniciou o sistema de vendas “porta em porta”, assim como foi no início da história da marca, que é uma venda domiciliar, utilizando como ferramenta de venda um catálogo de produtos e o slogan “Uma loja em sua casa”. A marca “A” destaca-se entre as maiores redes de lojas de varejo do país, empregando mais de 15.000 colaboradores diretos.

No que tange à marca “A”, o grupo é uma rede de lojas de departamentos que começou com vendas de móveis e eletrodomésticos, mas que, atualmente, pela dimensão e expansão, hoje oferta todos os seguimentos dentro da indústria de vestuário e moda, masculino, feminino, infantil, infantojuvenil, cama, mesa e banho, entre outros. Faz-se saber que a marca dentro do seguimento de moda conta com marcas exclusivas, realizando todo o processo produtivo, que vai desde as criações da coleção até a confecção das peças, desenvolvendo também até as campanhas de lançamentos.

Um fato importante a ser destacado é que ultimamente, após anos de atuação no mercado e já consolidada como marca de varejo de moda, tem voltado as atenções para as ações de marketing, com o objetivo de consolidar o engajamento do seu público consumidor. Essas ações, que poderiam ser enxergadas como fatos isolados, fazem parte da cultura organizacional e de uma estratégia voltada a colocar o cliente como o centro de todas as ações da empresa.

A marca “A” conta com 56 lojas físicas distribuídas nos estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Bahia, além das lojas online (AA). A empresa já ganhou vários prêmios, como o de Qualidade da Gestão e já ocupou a lista das instituições privadas que mais arrecadam ICMS no estado da Paraíba.

A empresa é muito grande e complexa, pois abarca vários estados na região nordeste do país. Considerando que a empresa apresenta condições para inserção e promoção da inclusão da pessoa com deficiência, foi que se deu sua escolha, assim como, por tratar-se de uma empresa que contribui com a manutenção da ACEP, mas observa-se que a empresa “A” não oferta produtos pensando os aspectos inclusivos dentro do seguimento de moda e vestuário ofertado e que, com a presente pesquisa, poderia haver as possibilidades futuras de começar a pensar essa causa.

As marcas “A” apresenta em suas estruturas físicas, diferentes estruturas arquitetônicas, uma vez que essas lojas estão presentes nas ruas, em galerias e especificamente dentro de *shippings centers*, pois este é um ponto forte da marca a presença nesses *shoppings*. Classificada

como uma marca de grande porte, dentro do seguimento de vestuário e moda, a marca oferta todos os seguimentos, que vai desde o bebê até o adulto, e sua estrutura estão separadas por departamento dentro da loja. A marca conta com grandes números de colaboradores em suas lojas.

Desta forma, a empresa tem como missão a realização de sonhos, com isso, o grupo reafirma-se no mercado como uma empresa que se dedica na realização dos sonhos de seus consumidores, no entanto, observa-se que a pessoa com deficiência não está diretamente estabelecida como um público direto da marca, mas acredita-se que a marca tem capacidades suficientes para promover a inclusão dessa pessoa com deficiência que sonha em ser autônoma, independente e inclusa na sociedade. E compreende-se que pela estrutura física e pessoal da empresa e pelo porte, esta apresenta condições para implementação das diretrizes proposta na pesquisa.

4.2 ESTRUTURA FUNCIONAL DA ACEP- ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO ESTADO DO PIAUÍ

A associação de cegos do Piauí (ACEP), foi fundada em 21 de junho de 1967, é uma organização não governamental, e há 55 anos a ACEP trabalha em prol das pessoas com deficiência visual do Piauí. Dentre os fundadores da ACEP, destaca-se Abdon Martins Nunes, nascido em Valença do Piauí, que se tornou Deputado Estadual e um grande comerciante da Região Valenciana. Perdeu a visão aos 7 anos de idade e viveu até os 80 anos com dignidade e sabedoria ao lado de sua família. Deixou um grande legado material, mas um legado imaterial muito maior, cujo valor é incalculável. Como o exemplo de inclusão social das pessoas cegas do estado do Piauí, criando políticas públicas e luta constante para promover a inclusão das pessoas com deficiência visual. Desta forma, com base no artigo 1º do estatuto, do capítulo primeiro da sociedade e suas finalidades (p. 1):

Art. 1º A Associação dos Cegos do Piauí, terá como sigla a palavra ACEP-, fundada em 21 de junho de 1967. É uma sociedade civil, de direito privado, prestadora de serviços, de interesse público, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter de assistência social, educacional e saúde, com sede própria em Teresina, capital do Estado do Piauí, na Rua Beneditinos, 537 – Bairro São Pedro. Destinada a dar atendimento às pessoas cegas e de visão subnormal, sem distinção de nacionalidade, sexo, cor, crença religiosa e condição social.

Observa-se que, ao longo dos anos, tem sido uma luta diária, uma vez que a associação ainda depende de incentivos e apoio da sociedade, das repartições públicas e até governamentais

para que consiga ficar de portas abertas para atendimento dessa população tão excluída desse contexto social e promover políticas públicas de qualidade para essas pessoas.

Com vistas à compreensão da estrutura funcional da ACEPI, empreendeu-se uma entrevista semiestruturada com o atual presidente da associação de cegos do Piauí, triênio 2022-2024. O tópico apresenta como categoria de análise a estrutura funcional da associação, em seguida apresentam-se as subcategorias de análise. A compreensão estrutural da associação faz-se necessária, pois, a associação é o ambiente e espaço no qual a pessoa com deficiência visual passa parte do tempo e, com isso, é importante conhecer a forma com a qual o deficiente visual lida com esse espaço e como este está estruturado.

Na entrevista com o presidente da associação, no primeiro momento, foi pedido que ele se apresentasse, a pessoa que no triênio 2022-2023 está à frente da associação. Fala-se em triênio por compreender que é o período em que está o mandato do presidente atual, pois, pelas diretrizes e normas da associação, a cada três anos são realizadas novas eleições. O atual presidente, segundo informações dadas no momento da entrevista, tem 51 anos de idade, é formado em geografia pela Universidade Federal do Piauí, formado em pedagogia pela Universidade Estadual do estado do Piauí (UESPI), tem especialização em gestão de pessoa pela UESPI, e está cursando o quinto período de direito pela Universidade Federal Piauí. É professor na ACEP, bem como na associação de cegos da cidade de Timon, cidade do estado do Maranhão. O presidente da associação afirma classificar-se como pessoa cega.

Posterior à apresentação do presidente da ACEP, a primeira pergunta foi saber como é formada a estrutura para o funcionamento da associação. De acordo com o presidente, a associação de cegos do Piauí é regida por um estatuto em que consta todas as normas que determinam como deve ser feita toda e qualquer ação dentro da instituição. A estrutura física da associação tem em média quatro mil metros quadrados, compostos de 37 salas de aulas, uma biblioteca, uma quadra esportivas, uma secretaria educacional, um refeitório, uma sala de música, uma academia, um auditório, um posto médico, uma sala de telemarketing, uma rádio *web* e quanto a estrutura de pessoal, a associação é composta por pessoal do administrativo, o presidente, os professores, que dentre eles na sua maioria são professores cegos ou com baixa visão, assistente social e os frequentadores da associação, ou seja, as pessoas com deficiência visual, que buscam atendimento na associação.

Quanto às pessoas com deficiência visual integrantes e frequentadores, o presidente fala entre aspas chamando-os de “associados”, no entanto ele ressalta que esse não seria o termo mais adequado, pois segundo a sua compreensão associados são aqueles que pagam, e todos os que fazem parte da associação não pagam pelos serviços e atendimentos prestado, e com isso

recebem todo atendimento necessário desde a hora que fazem os procedimentos necessários e estabelecido conforme o estatuto da associação para ingressar na associação.

O ingresso do deficiente visual na associação, de acordo com o presidente a porta principal de entrada é pelo serviço social, é a primeira fase de acesso para a pessoa com deficiência venha a ser frequentador em busca da integração social, é nesse momento que faz-se o levantamento da vida da pessoa, para buscar saber sobre todos os aspectos socioeconômicos, busca-se saber de onde vêm esses deficientes e como é toda a estrutura família e com isso identificar qual a classificação do problema de visão, e depois disso a assistente social encaminha essa pessoa para o oftalmologista.

Na fase do oftalmologista o médico realiza todos os exames, com base no parecer/laudo que o médico apresenta é feita a análise para identificar se a classificação de deficiência visual coincide com o que diz o decreto 3298/99, citado pelo presidente da associação. Conforme esse decreto, ele determina que tipo de pessoas são consideradas pessoas com deficiência, assim sendo o decreto cita que “Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências”.

Desta forma, como cita o presidente da associação, após as avaliações realizadas pelo médico oftalmologista que em concordância com o decreto citado anteriormente, uma vez que essa pessoa com deficiência visual se enquadra nessa classificação, a pessoa é encaminhada a associação e onde o pessoal do administrativo realiza todo o cadastramento, faz-se importante saber que essas pessoas que fazem o cadastro nos computadores não são pessoas com deficiência visual.

Por fim, o presidente da associação destaca que, depois de toda essa triagem da pessoa com deficiência visual, após a fase do cadastramento o mesmo leva o nome de todos eles e ainda passa por uma reunião de diretoria, para assim a diretoria aprovar de fato e direito para que eles possam tornarem-se “sócios” da associação e usufruírem dos atendimentos e serviços prestados. E, assim, apresenta-se a estrutura que forma a associação, composta por estruturas físicas e de pessoal, com vistas ao atendimento da população com deficiência visual. A fim de compreender o cenário da associação, perguntou-se ao presidente quantas pessoas com deficiência visual são atendidas pela associação.

O quadro de “associados” hoje, na ACEP, está composto em média por 1.600 pessoas, segundo o presidente. Ele destaca que diariamente estão sendo atendidas, em média, 100 pessoas e que, em alguns casos específicos, a média de deficientes visuais atendidos pode chegar até 200 pessoas por dia. Para o presidente, a causa do baixo índice de atendimento deve-

se à pandemia do covid-19 e que, por tratar-se de pessoas do grupo de risco, esse índice caiu muito, e que muitos ainda não se sentem seguros para frequentar o espaço, embora todos já estejam vacinados.

Perguntou-se ao presidente qual o nível de escolaridade das pessoas com deficiência visual que frequentam a associação. Com base em sua resposta, entendeu-se que o nível de escolaridade vai desde a pré-escola até o nível superior. O presidente detalhou que dentro da estrutura física da ACEP existe uma creche cedida para a prefeitura; o espaço é composto de dois blocos medindo um total de 500 metros quadrados. A creche “Tia Graça Neri” existe com duas finalidades: como meio de angariar recursos financeiros, mas para o presidente o principal objetivo da creche dentro da associação é para que haja a integração das crianças cegas com as crianças ditas “normais”, na fala do presidente, ou seja, para que a criança com deficiência visual comece a ser inserida no contexto social, de modo que a inclusão seja promovida desde cedo na vida dessas crianças. Ingressam em média de 3 a 5 crianças cegas ou com baixa visão por ano na creche.

No ensino fundamental, o presidente destacou que o ano de 2022 encerrou com 30 matrículas de alunos com deficiência visual (entre cegos e baixa visão), do primeiro até o nono ano do ensino fundamental. De acordo com o presidente, esse índice também caiu muito, e o motivo ainda é a COVID-19. Segundo o presidente, esse medo ainda existe porque “o cego a família prende muito por causa da questão que o cego não sabe quem tá por perto dele, ele não sabe onde que é que vai colocar a mão, aí fica com aquele receio, a família fica com aquele receio de sair de casa ainda por causa do vírus da covid 19”.

No ensino médio, o presidente afirma que existe uma média de 40 alunos “associados” na ACEP e, no nível superior, há uma média de 90 pessoas com deficiência visual. O presidente destaca que, dentre eles, existem deficientes visuais com até três formações a nível superior; outros têm duas ou uma formação a nível superior e há os que ainda estão em fase de conclusão, como o caso do presidente que está cursando o quinto período da sua terceira graduação. Dentre os níveis de formação superior têm deficientes visuais com grau de mestres e mestradas e atualmente existem uma professora cega total que está cursando um doutorado pela Universidade Federal do Piauí.

Assim, com base no Art. 2º do estatuto da ACEP, quanto as finalidade da associação, o parágrafo V cita que; são finalidades da ACEP “promover a educação sob todas as formas, níveis, graus, modalidades, podendo criar e manter escolas especiais [...]”, com base nisso, o presidente aponta que as crianças da pré-escola frequentam normalmente as dependências da associação para a formação básica escolar dessas crianças, quanto aos alunos do ensino

fundamental e médio, estes frequentam as escolas regulares e que no contra turno vão para a associação para o que chamam de reforço, ou seja, alunos que frequentam as escolas regulares no período da manhã no período da tarde pegam reforço na associação e os que frequentam as escolas regulares no período da tarde, pegam o reforço na associação pela manhã, esse é um dos serviços prestado pela associação, e as pessoas com nível superior são os professores, diretores, funcionários e outros.

Para tanto, ressalta-se que o número de pessoas citados nessa questão são apenas de pessoas com deficiência visual dentre cegos e baixa visão, não foram contabilizadas as pessoas sem deficiência, uma vez que estão não são o foco da presente pesquisa, mas ressalta-se que o quadro de pessoas da associação também tem pessoas sem deficiência.

Para Orsi *et al.* (2015) o sistema Braille é utilizado por pessoas com deficiência visual. Assim sendo, compreende-se que o Braille é um tipo de leitura e escrita em relevo, e esse é o meio de alfabetização da pessoa com deficiência visual. Para tanto, quando se fala de educação inclusiva, esta deve ser adaptada de acordo com a necessidade e natureza de cada deficiência, de acordo com a LBI art. 28 parágrafo XII cita que: a “oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação”. Desta forma, ainda dentro das questões de estrutura funcional da ACEP, perguntou-se quanto ao domínio de leitura e escrita em Braille dos frequentadores da associação, se todos de maneira geral têm o domínio da leitura e escrita, o presidente afirma que nem todos têm o domínio da leitura e da escrita em *Braille*, isso se dar segundo ele, pois, em alguns casos, além da pessoa ter a deficiência visual, ela também tem outra deficiência, o que ele classifica de deficiência dupla. No entanto, quando perguntado em números, quantos têm esse domínio de leitura e escrita em Braille, o número é bem expressivo, pois a grande maioria dos “associados” da ACEP têm o domínio de leitura e escrita. De acordo com o presidente, os que têm esse domínio está entre 80% e 90%. Ele afirma que esse dado se deve ao fato do ensino do *Braille* começar já na alfabetização, uma vez que a creche dentro da associação já possibilita esse ensino.

Para o presidente, foi importante apontar que, quando as pessoas com deficiência visual não desenvolvem o domínio de escrita e leitura em Braille, desenvolvem outras habilidades, artes como a música, futebol de quadra e de sino, etc. Ainda de acordo com ele, a associação conta com um time e todo ano disputa campeonatos no Nordeste, sendo que já levaram grandes prêmios para a associação. Sobre o domínio de leitura e escrita em *Braille*, o presidente frisou que não só o cego total utiliza desses recursos, mas que, dependendo do grau de deficiência, os de baixa visão também podem fazer uso desse recurso, especialmente aqueles em que há uma

probabilidade de perda da visão total. Ele ressalta, ainda, que esses deficientes com baixa visão também podem ler o tipo ampliado, outro recurso de tecnologia existente para promoção da inclusão da pessoa com deficiência visual na educação.

Os programas de mobilidades da ACEP, segundo o presidente da associação, são desenvolvidos por meio de parcerias com empresas privadas, em que essas apoiam com recursos financeiros para que se possam criar projetos e programas que venham a contribuir de forma efetiva para com os deficientes visuais. De acordo com o presidente, para o ano de 2023 serão desenvolvidas disciplinas de estudos voltadas para questões de mobilidade, especialmente para os deficientes visuais da terceira idade. Essas propostas serão desenvolvidas por meio de atividades artísticas como dança, música e esporte. De acordo com o presidente, um grupo de mulheres da associação trabalham os aspectos relacionados à mobilidade por meio do balé, esse projeto já acontece há alguns anos dentro da associação e, por meio do balé, elas desenvolvem técnicas que podem ser aplicadas no seu cotidiano.

Conhecidos alguns dos aspectos referentes à mobilidade dentro da associação, questionou-se sobre as questões pautadas na acessibilidade. Conforme o art. 28, é competência do poder público o aprimoramento dos sistemas educacionais, a fim de proporcionar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de serviços e recursos de acessibilidade que eliminam as barreiras e possibilidades da inclusão plena. Dessa forma, o presidente da associação destaca que, quando o assunto é acessibilidade, a associação está sempre em busca de promovê-la, de tal modo que seja bom para todos; dentre os recursos, estão as rampas, os corrimãos, as etiquetas em Braille, dentre outros.

No entanto, segundo o presidente, atualmente a associação não dispõe de um dos principais recursos de acessibilidade dentro da associação que são os pisos táteis. O presidente cita, que esse empecilho se dá por esse recurso é muito caro, e a associação não dispõe de recurso para a sua implementação, mas que há uma possibilidade de reforma da associação para o ano de 2024 cedida pelo governo do estado do Piauí, e que dentro do plano orçamentário os pisos táteis já estão incluídos, assim como novas rampas de acessos e outros recursos que vierem a serem necessários visando assim, quaisquer outros tipos de barreira e com isso promover o bem estar e a inclusão de todos dentro da associação.

Assim, questionou-se ao presidente da associação quanto aos veículos de comunicação as pessoas com deficiência visual dentro da ACEP mais usam, o presidente cita que como todas as outras pessoas, os deficientes visuais utilizam-se como meio de comunicação as redes sociais, como o *WhatsApp* o *facebook* o *instagram*, e que na sua grande maioria tem páginas na *internet*

e nessas redes e que consomem essas informações por meio dos seu próprios celular e recursos tecnológicos como computadores adaptados da associação.

Por fim, dentre todos os meios comunicacionais citados, o presidente destaca ainda que a ACEP disponibiliza de uma rádio *web* e que os próprios deficientes visuais apresentam seus programas, nessa entrevista ele citou três pessoas com deficiência visual integrantes da associação em que cada um apresenta seus programas e que levam informação e entretenimento para dentro da associação. Ademais o presidente cita ainda como recursos comunicacionais a TV, a web, o rádio, mas finaliza afirmando que não conhece nenhum deficiente visual que não goste de um rádio, sendo este o principal veículo de informação buscado por eles.

Portanto, compreendido e analisado as categorias e subcategorias quanto a estrutura funcional da ACEP, o tópico a seguir apresenta-se as análises das categorias quanto a identificação do perfil dos deficientes visuais bem como as análises das subcategorias.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS DEFICIENTES VISUAIS

Para ilustração da aplicação do grupo focal, a figura X mostra os participantes envolvidos na pesquisa.

Figura 17: Participantes da pesquisa Grupo Focal



Fonte: Acervo do Autor (2023).

Um dos principais pontos quando se fala de pessoas com deficiência visual está no termo, ou seja, na nomenclatura a qual se refere as pessoas com algum tipo de deficiência. Por isso, faz-se saber que desde 1988 a constituição brasileira modificou a nomenclatura de “Pessoas portadoras de deficiência” para “Pessoas com deficiência”. Assim, faz-se entender que a pessoa não porta a deficiência, pois não se trata de um objeto ou algo que ela decida levar consigo ou não. Ela tem a deficiência, ou seja, a pessoa com deficiência não tem a opção de escolher portar ou não a deficiência consigo. É importante ressaltar esse fato, pois, embora havendo toda uma mudança na nomenclatura ainda é muito comum ver a utilização do termo “portadora de deficiência”.

Para a análise do presente tópico, a amostra da pesquisa realizou-se por meio de entrevista semiestruturada, com a técnica do grupo focal, na qual foram entrevistadas as pessoas com deficiência visual classificadas com cegueira, cego e com baixa visão, todos maiores de 18 anos, entre homens e mulheres, membros participantes integrantes da ACEPI. Dessa forma, elencaram-se dois critérios para a definição de público-alvo de amostragem da pesquisa, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 13 – Critérios para definição de público-alvo amostragem da pesquisa

Critério de Inclusão	Pessoas com deficiência visual, integrantes e frequentadores da ACEPI, classificados com cegueira, cego, baixa visão com limitações severas. Maiores de 18 anos, entre homens e mulheres que frequentem lojas físicas de varejo e vestuário de moda.
Critério de Exclusão	Pessoas que não são ou que não apresentem nenhum grau de deficiência visual; que não fazem parte da associação ACEPI; que não necessitem de auxílio de terceiros; menores de 18 anos; pessoas que não frequentam lojas físicas de varejo de vestuário; pessoas que, mesmo com algum grau de deficiência visual, não desejam ou desistam de participar da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A definição dos critérios deu-se como forma de delimitar o público-alvo o mais específico possível, de modo que não existisse margem para interpretações que não fossem utilizados e/ou aplicados na presente pesquisa. Como cita Lefevre e Lefevre (2012), uma escolha bem-feita da população a qual pretende-se pesquisar, faz com que se consiga dar conta de responder o problema pesquisado, de modo que é possível fazer emergir todas as possíveis ideias presentes no campo a ser estudado. Ainda de acordo com os autores, para definição e seleção da amostra de uma determinada população a ser pesquisada, é importante que se leve em conta três questionamentos, apresentados no Quadro 14.

Quadro 14 – Perguntas para definição e seleção de amostra de população

1 – Os atores escolhidos poderiam ter ideias distintas uns dos outros?
2 – A idade ou a escolaridade levaria a diferentes ideias?
3 – Outros fatores, que possibilitariam o surgimento de ideias diferentes, deveriam ser levados em consideração? (Profissão, experiências, exposição a riscos, etc.)

Fonte: Adaptado de Lefevre e Lefevre (2012).

Com vistas à análise das subcategorias do presente tópico, ao que se refere a identificação dos entrevistados constituintes do grupo focal da pesquisa, e com base nos apontamentos de Lefevre e Lefevre (2012), o Quadro 15 apresenta a identificação do perfil dos deficientes visuais selecionados e entrevistados na presente pesquisa. Destaca-se que embora a pesquisa esteja aprovada pelo comitê de ética, optou-se por não usar o nome dos participantes e assim sendo, estão identificados por letras.

Quadro 15 – Perfil dos deficientes visuais entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Grau de deficiência	Escolaridade	Atividade profissional
ENTREVISTADO A	M	57	Cego total	Ensino fundamental incompleto	Não tem
ENTREVISTADO B	F	46	Baixa visão	Superior completo	Professora e auxiliar de secretaria
ENTREVISTADO C	F	62	Miopia degenerativa	Ensino médio completo	Não tem
ENTREVISTADO D	F	60	Cego total	Ensino médio completo	Estudante
ENTREVISTADO E	M	34	Cego total	Ensino médio completo	Radialista
ENTREVISTADO F	M	26	Cego total	Ensino médio completo	Jovem aprendiz
ENTREVISTADO G	M	24	Cego total	Ensino médio completo	Músico
ENTREVISTADO H	M	61	Baixa visão	Ensino fundamental completo	Estudante
ENTREVISTADO I	M	38	Baixa visão	Superior completo	Professor
ENTREVISTADO J	M	32	Baixa visão	Ensino médio completo	Vendedor
ENTREVISTADO K	M	42	Cego total	Superior completo	Servidor público e radialista
ENTREVISTADO L	M	50	Cego total	Superior completo	Auxiliar de apoio técnico

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Portanto, com base nos questionamentos elencados por Lefevre e Lefevre (2012), observou-se o questionamento três apontado pelos autores, no qual cita que outros fatores podem ser elencados e levados em consideração no momento da definição da amostragem. Dessa forma, por tratar-se de uma pesquisa com deficientes visuais, elencou-se um outro fator que é de fundamental importância para a pesquisa. O fator grau de deficiência dos entrevistados foi levado em consideração, pois todos os entrevistados no grupo focal tratam-se de pessoas com deficiência visual. Além disso, todos os outros fatores foram levados em consideração, uma vez que todos foram fundamentais para a coleta dos dados.

4.4 INTERAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS COM O VESTUÁRIO

Este tópico apresenta as análises referentes aos dados coletados com a técnica do grupo focal. No que tange à análise dos dados, esta foi realizada a partir do desenvolvimento de categorias e subcategorias de análise com a transcrição de materiais gravados em áudio e com o registro e organização dos dados coletados durante o grupo focal, realizado nas dependências da ACEP. Para tanto, utilizou-se ainda o método de análise Discurso do Sujeito Coletivo, segundo Lefèvre e Lefèvre (2003).

O Método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que Lefèvre e Lefèvre (2003) conceituam como uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos por meio de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas e outros. Faz-se, assim, saber que o material a ser analisado neste tópico são os áudios gravados durante a realização do grupo focal.

O Discurso do Sujeito Coletivo consiste basicamente em analisar o material verbal coletado, extraíndo-se as ideias centrais e suas correspondentes expressões-chave. Com tais expressões extraídas das ideias centrais ou ancoragens semelhantes, compõe-se um ou vários discursos síntese na primeira pessoa do singular, ou seja, a fala do social (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2003).

Segundo Lefèvre e Lefèvre (2003), para a realização desse tipo de análise Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs), os autores destacam as seguintes figuras metodológicas:

- 1 Expressão Chave (ECH) – São trechos ou transcrições literais do depoimento, que devem ser sublinhadas, iluminadas, coloridas pelo pesquisador, e que

revelam a essência desse depoimento. É com a matéria-prima das Expressões Chave (ECHs) que se constroem os Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs).

- 2 Ideia Central (IC) – É um nome ou uma expressão linguística que revela e descreve, da maneira mais sintética e precisa possível, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de Expressões Chave (ECHs), que originam, posteriormente, os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC). É importante assinalar que as Ideias Centrais (ICs) não são uma interpretação, mas sim uma descrição do sentido de um depoimento ou de um conjunto de depoimentos.
- 3 Ancoragem (AC) – É a manifestação linguística explícita de uma teoria, ou ideologia, ou crença, que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, é usada pelo enunciador para “enquadrar” uma situação específica.

Para tanto é importante destacar, que para efeito da análise dos dados, foram utilizadas apenas duas figuras metodológicas, a Expressão Chave e Ideia Central. Pois, com base no material coletado durante o grupo focal, esse subsidiará a proposta de produto dessa dissertação que se apresentará no capítulo cinco. Para Lefèvre e Lefèvre (2012) essa metodologia é como a montagem de um quebra cabeça, ou seja, se constrói a partir de pedaços dos discursos entre os indivíduos entrevistados, com muitos discursos que se julguem necessários para expressar o pensamento de todos sobre o tema em debate.

Assim com base nas duas figuras metodológicas elencadas para utilização das análises, construiu-se o Discurso do Sujeito Coletivo com as falas dos deficientes visuais, buscando, nas ideias centrais e nas expressões chave, coincidentes ou semelhantes, um conhecimento compartilhado. Desta forma, para a realização das análises do presente estudo estabeleceu-se os seguintes passos no momento da execução como mostra o Quadro 16:

Quadro 16 – Etapas das análises do DSC

Passo 1 – Realizou-se a organização de todo material necessário para as análises, incluindo toda a transcrição dos áudios coletados durante o grupo focal, a fim de sistematizar as respostas e as ideias dos participantes da pesquisa, para posteriormente serem submetidos aos procedimentos analíticos.
Passo 2 – Definições das expressões-chave de cada depoimento.
Passo 3 - Agruparam-se todas as respostas homogêneas, sublinhando-se as expressões-chave.
Passo 4 - Obteve-se a ideia central de cada agrupamento das expressões chave.
Passo 6 - Destacaram-se as ideias centrais com as expressões-chave semelhantes, que a originaram, para compor o Discurso do Sujeito Coletivo.
Passo 7 - Para cada grupo de expressões-chave semelhantes construiu-se um novo Discurso do Sujeito Coletivo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Assim, com base no DSC, as informações foram organizadas e descritas nos instrumentos de análises de discurso sendo (I) Expressões-chave e Ideias centrais e (II) Expressões-chave e Discurso do sujeito coletivo. Apresentam-se, a seguir, os Instrumentos de Análise do Discurso **1 - Expressões-chave e Ideias centrais**: Quadros 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

Quadro 17 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Quais as principais dificuldades no ato da compra de vestuário?	
EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS
ENTREVISTADO A: na verdade, eu não compro roupa assim, <u>quem compra minha roupa assim é o pessoal lá onde eu moro</u> , e sempre eu gosto de comprar a calça jeans e uma camisa de botão sabe?	A principal dificuldade é na hora de identificar o preço ou a cor de uma roupa dentro das lojas.
ENTREVISTADO B: eu, a minha maior dificuldade é mesmo na minha própria pessoa, que as pessoas comprando para mim eu aceito de bom grado, mesmo que seja eu pagando as pessoas comprando para mim eu acho melhor por que eu mesmo sou indecisa <u>como eu tenho baixa visão dá para mim me sobressair na hora da escolha de roupa</u> .	Os vendedores não têm paciência quando estão nos atendendo, não sei se é porque quer vender logo ou porque não tem paciência com a gente. Os atendentes das lojas de vestuário infelizmente não sabem descrever ou precisar as características de uma roupa de moda para que consigamos fazer as nossas associações.
ENTREVISTADO C: <u>a minha dificuldade é na hora do preço ou então de alguma cor né</u> , aí quem vem me atender eu não gosto porque às vezes eu fico pegando numa peça e outra e <u>a pessoa não têm a paciência, acho que é porque quer vender logo, e não tem a paciência de esperar</u> , acho que minha dificuldade só é essa, entendeu? Mas às vezes dar certo.	Os vendedores não têm paciência de descrever corretamente uma imagem para a gente, não dão detalhes precisos, não sabem explicar um gráfico ou um desenho que tenha na camisa.
ENTREVISTADO D: <u>a minha dificuldade de comprar as roupas é a pessoa que tem que escolher para mim</u> .	Quando uma pessoa cega chega em uma loja de vestuário acompanhada de outra pessoa sem deficiência, o atendente nunca se direciona a nós pessoas cegas, sempre perguntam para a pessoa que está nos acompanhando como se a gente não existisse, como se não estivesse ali.
ENTREVISTADO E: <u>a minha maior dificuldade é o atendimento nas lojas porque os atendentes infelizmente não sabem descrever como que é uma peça para a pessoa cega</u> .	

<p>ENTREVISTADO F: <u>a minha maior dificuldade de comprar uma roupa é na questão dos vendedores, é de poder ter aquela paciência de descrever as imagens, algum desenho ou um gráfico que está ali tá na peça de uma blusa ali no caso né, e não sabem como poder descrever para que eu possa entender na minha cabeça, desenhar na minha cabeça aquela imagem, né? Então eles ficam perdidos acabam dando a informação errada, enganosa, então acaba passando isso despercebido e chega em casa mostra para os familiares dizendo por exemplo que é uma roupa do batmam e chega lá é do super-homem, então é diferente demais, né? Então, a minha maior dificuldade é a sinceridade dos vendedores com a gente</u></p>	<p>A minha maior dificuldade é na identificação do tamanho da roupa, na verdade na identificação da numeração da roupa.</p> <p>Embora eu saiba o tipo de roupa que vou comprar, ainda assim peço para que me deem todas as características daquela peça, mas o vendedor nunca sabe especificar detalhadamente para a gente que é cego, não sabem explicar alguns detalhes, acho que muitos não conhecem os tipos de tecidos, por exemplo, e a gente enfrenta muito esse tipo de dificuldade na hora da compra.</p>
<p>ENTREVISTADO G: <u>minha dificuldade em lojas é assim, para falar a verdade não é nem dificuldade, mas sempre quando eu fui comprar alguma roupa nas lojas eu sempre tive algum acompanhamento ou da minha mãe ou de uma pessoa que enxerga, mas o que eu tenho dificuldade é assim, quando eu chego em uma loja para comprar alguma roupa, alguma coisa o atendente ou a atendente no caso eles não percebem que no caso é que tem um deficiente visual ali para ver uma peça de roupa ou alguma coisa assim, eles não percebem mas também não perguntam se você enxerga ou não para pegar na peça, a pessoa tem que pegar para poder mostrar a eles que a pessoa não tá vendo, mas mais precisa sentir a peça com o tato da mão.</u></p>	
<p>ENTREVISTADO H: <u>para mim, já não têm muita dificuldade por que eu sou baixa visão e dá para entender um pouco e aquela peça que eu agrado eu já levo.</u></p>	
<p>ENTREVISTADO I: <u>a minha dificuldade é que eu tenho baixa visão e às vezes eu fico em dúvidas, é... por exemplo, nos detalhes das roupas, aí às vezes quando eu ando com alguém o atendente costuma perguntar para a outra pessoa essa aqui está boa? Não, a pessoa que vai realmente escolher para mim, quando na verdade eu quero que a pessoa descreva para mim, que o vendedor descreva para mim, poder comprar, a minha dificuldade é nisso daí.</u></p>	
<p>ENTREVISTADO J: <u>minha dificuldade, que eu tenho baixa visão também, mas eu tenho uma certa dificuldade para identificar o tamanho da roupa, na verdade a pontuação da roupa mesmo, só isso.</u></p>	
<p>ENTREVISTADO K: <u>a minha principal dificuldade é, como eu tenho cegueira total, é na identificação das roupas, normalmente o vendedor, pelo fato de querer bater meta ou pela</u></p>	

<p>questão subjetiva, é normalmente se eu for sozinho, estiver sem outra pessoa acompanhante, sempre dependendo de alguém, e aí o que ele escolhe a roupa normalmente ao gosto dele, né? E não ao meu gosto, que assim não procura saber qual é a minha preferência, né, mas sim colocam a roupa mais ao gosto dele do que ao meu próprio gosto. <u>A dificuldade eu acredito que seja é no próprio preparo de alguns dos vendedores.</u></p>	
<p>ENTREVISTADO L: a minha dificuldade, assim, por um lado não é tanta, porque eu sempre vou com alguém para comprar roupa, porque com alguém que enxerga, ou seja, um que vai descrever por que é o seguinte, <u>mesmo eu sabendo o tipo de roupa que eu vou comprar, mas eu peço para a pessoa dar todas as características da roupa porque todos nós enfrentamos essa dificuldade, não só nas questões voltadas para a roupa, como em outras coisas.</u> Às vezes perguntam o que que você quer, muitas vezes a gente vai saber o que é que tem exposto para a gente saber, é por isso que vai sempre uma pessoa comigo que ela vai dizer, olha, tem isso e isso, qual o tipo que você quer? E quando eu decido a peça que eu quero, aí tudo bem, nesse momento a pessoa que está comigo vai só descrever, pois a decisão final sou eu que dou.</p>	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 18 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Qual a principal dificuldade ao vestir uma peça do vestuário?	
EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS
<p>ENTREVISTADO A: <u>a minha dificuldade mesmo é para vestir uma camisa</u>, porque as camisas nem sempre são iguais. Camisa de botão é mais fácil de vestir, agora a camiseta básica é mais difícil de vestir porque não tem os botões para identificar.</p>	<p>A minha dificuldade de vestir uma peça de vestuário é quando é uma camisa sem botão.</p> <p>A minha é quando são roupas que eu não tenho costume de usar.</p> <p>Conseguir distinguir algum detalhe, ou diferenciar o que é costa e o que é frente.</p> <p>A minha dificuldade na hora de vestir alguma peça é quando estou dentro de algum provador de loja, pois é muito pequenininho lá dentro e não dá para se mover lá dentro quando vou experimentar alguma roupa.</p>
<p>ENTREVISTADO B: <u>A minha dificuldade é só em roupas que às vezes eu não tenho o costume, um hábito de usar</u>, essas que são de moda, que às vezes usa só de um lado, dependendo do modelo, mas as que eu habitualmente uso, eu não tenho dificuldade não, mas às vezes eu vou em alguma loja e acho interessante ali, quando eu estou vendo no manequim, mas quando eu vou vestir, aí eu não consigo, aí não tem ninguém para auxiliar e dizer como é aí tenho dificuldade. E assim, aí eu termino não comprando por conta disso.</p>	
<p>ENTREVISTADO C: <u>A minha dificuldade é em alguns detalhes na frente para distinguir, ou as vezes algo nas costas, se eu não conseguir</u></p>	

<p>diferenciar frente ou costa, eu não vou usar, tem que ter algum detalhezinho para fazer a diferença, só isso.</p>	<p>Minha maior dificuldade é a questão da etiqueta para saber onde fica o tamanho, pois algumas peças de roupas estão identificando o tamanho da peça por meio de desenho e daí não tem como a gente identificar, saber onde é frente e onde é costas.</p> <p>Se não tiver a etiqueta atrás, eu fico até perdido onde que é a parte da frente, onde a parte de trás da camisa.</p> <p>A questão da etiqueta, a questão de alguns detalhes que a gente não sabe se fica na frente atrás ou atrás.</p> <p>Quando a roupa não tem uma boa identificação, para eu saber onde é a frente e qual o lado correto.</p>
<p>ENTREVISTADO D: A minha dificuldade é só na hora de vestir a roupa que eu não consigo dobrar meu braço.</p>	
<p>ENTREVISTADO E: uma das maiores dificuldades que eu tenho é <u>na hora de vestir peças de vestuário em relação à loja</u>, pois o <u>vestiário que é muito pequenininho para se mover lá dentro na hora de experimentar uma roupa</u> e em casa eu não tenho nenhuma dificuldade, não de vestir camisa, calça, short, as coisas, ter dificuldade nenhuma. Não, graças a Deus.</p>	
<p>ENTREVISTADO F: a minha maior dificuldade de vestir uma roupa <u>é a questão da etiqueta, onde fica o tamanho</u>, que a maioria delas ficam atrás, por exemplo, de algumas blusas. Mas agora <u>ela estava tendo o tamanho desenhado e não tinha como identificar essa parte de saber onde é atrás e onde é a frente</u> e a gente acaba se adaptando, e para identificar a gente estica a blusa para identificar o lado qual é maior e mais baixo aí a gente sabe que é a frente, então, é a maior dificuldade é essa aí, por causa que tem algumas peças que não tem um papelzinho a etiqueta pendurado na parte de trás que é mais fácil de identificar para você vestir uma blusa, e quando não têm a etiqueta atrás essa é a minha maior dificuldade.</p>	
<p>ENTREVISTADO G: a minha dificuldade é bem parecida com a dos colegas que já responderam, No meu caso, é porque <u>se não tiver a etiqueta atrás, eu fico até perdido onde que é a parte da frente, onde a parte de trás da camisa</u> eu tenho toda essa dificuldade.</p>	
<p>ENTREVISTADO H: eu não experimento roupa em loja, eu compro as roupas pelo número que o corpo veste e levo para casa.</p>	
<p>ENTREVISTADO I: a maior dificuldade também é a mesma que os meninos falaram. Ali é <u>a questão da etiqueta, a questão de alguns detalhes que a gente não sabe se fica na frente ou atrás</u>. Aí eu tenho um pouco de dificuldade na hora de visualizar os desenhos que eu não sei o que é lado da frente ou lado de trás, mas se tiver a etiqueta aí eu consigo.</p>	
<p>ENTREVISTADO J: <u>Eu tenho uma dificuldade para vestir quando não tem etiqueta, quando a roupa, o vestuário não tem etiqueta, nem camisa, nem calça</u>. Aí já fica um pouco mais complicado para identificar, mas é só essa dificuldade mesmo.</p>	

<p>ENTREVISTADO K: a minha dificuldade maior é exatamente <u>quando a roupa não tem uma boa identificação para eu saber onde é a frente e qual o lado correto</u>. Então por isso se faz necessário ter sempre na roupa uma boa identificação, principalmente quando a roupa é de malha, quando é roupa que não tem... que é roupa fechada.</p>	
<p>ENTREVISTADO L: eu não tenho muita dificuldade, a não ser que essa <u>roupa seja nova e que a gente não tem ainda conhecimento</u>.</p>	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 19 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Como você acha que a moda pode inserir a pessoa com deficiência visual?	
EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS
<p>ENTREVISTADO A: Não, o seguinte, eu acho que a pessoa como no meu caso aqui é ficar sempre no que está, sabe? <u>Eu não tenho a dizer muitas coisas porque meu caso aqui é um pouco meio problemático</u>.</p>	<p>Preparar os vendedores para melhorar a orientação na hora que o deficiente vai escolher sua peça de roupa.</p>
<p>ENTREVISTADO B: Para que o deficiente esteja incluído na moda, é interessante que ela <u>prepare de forma mais acessível para as pessoas poder ter a facilidade de escolher seu vestuário de uma forma que eu não sei nem como explicar, ou preparar os vendedores para melhorar a orientação na hora que o deficiente vai escolher sua peça de roupa</u>. Tudo isso vai facilitar até mesmo o que nunca enxergou ter uma boa escolha na hora de se vestir. Porque no meu caso, como eu já frisei em todas as respostas, tenho baixa visão, facilita, mas para quem não enxerga nada, seria interessante o preparo do vendedor de forma que dissesse realmente se aquele determinado modelo fica bem na pessoa. Que às vezes você tem até o desejo de usar, mas às vezes você compra, termina nem usando porque depois você vai ver que aquela roupa não combina com você. Aquele modelo de roupa não combina com você.</p>	<p>Devem botar aí uns modelos de roupas com pessoas com deficiência.</p> <p>Colocar algo de identificação nas lojas, nas fábricas. Deveria melhorar mais a questão da orientação.</p> <p>A moda pode criar mais elementos para os cegos, pois, como falei, muitos gostam de estar sempre na moda.</p> <p>Desenvolver um aplicativo que descreva a roupa, diga quais são os tipos, os modelos, se a roupa tem detalhes.</p> <p>A metodologia da criação de um aplicativo para identificar as características das roupas seria uma forma de melhorar para a observação e inclusão do deficiente visual na moda.</p>
<p>ENTREVISTADO C: Tudo que eu tenho a dizer é a mesma coisa que a Chiquinha.</p>	<p>A pessoa que está orientando ser mais capacitada quanto à questão da acessibilidade e que deem mais condição da pessoa com deficiência visual realmente entender o que é aquela moda.</p>
<p>ENTREVISTADO D: <u>Tem que preparar os vendedores</u>, às vezes eu já fui à loja comprar roupa nem teve nenhuma que servisse em mim, eu larguei de mão.</p>	
<p>ENTREVISTADO E: Para mim, as lojas da Moda <u>devem botar aí uns modelos de roupas com pessoas com deficiência</u>, né? Para estimular mais as pessoas a se vestirem, e criar roupas com uma imagem bonita.</p>	

ENTREVISTADO F: Como é que ela pode estar ali melhorando e inserindo a pessoa cega, uma das melhorias que ela poderia fazer né? A questão é botar algo de identificação nas lojas, nas fábricas, em distribuidoras, né? Ali a identificação do que é, ou seja, a roupa ali identificada com etiqueta, as roupas vamos supor, aqui essa roupa é da cor amarela, né? Uma fileira de roupas amarelas, de blusas amarelas e outras de blusas pretas e ali terei as roupas etiquetadas em Braille. Colocar também, por exemplo, desenhos, não em tinta, mas com tipo de alto relevo que a gente possa tocar, identificar. Então a moda poderia tentar procurar uma maneira de fazer uns desenhos, um bordado para que a gente possa pegar e identificar que desenho é esse, para que a gente não precise de uma segunda opinião, de uma terceira pessoa para dizer “esse desenho é um desenho tal”, e você só pegando pode tentar descrever e adivinhar o que é aquilo ali e então fazer a sua própria escolha.

ENTREVISTADO G: E eu acho que deveria melhorar mais a questão da orientação também. A minha opinião e a dos colegas é que a pessoa poderia também descrever melhor, né? Como é essa roupa, coisa assim.

ENTREVISTADO H: Tem gente que só usa a roupa está na moda, todo tempo, eu uso... tanto faz se estou na moda ou não estou. Mas digamos assim, a moda pode criar mais elementos de moda para os cegos, pois, como falei muitos gostam de estar sempre na moda.

ENTREVISTADO I: E eu vejo que para ser massa, é... ser para as pessoas com deficiência visual é do jeito que o rapaz lá acabou de informar que está querendo desenvolver um aplicativo que descreva a roupa, diga quais são os tipos, os modelos, se a roupa tem detalhes. É isso daí. É, por exemplo, a etiqueta em braille para quem sabe braille. E ter um aplicativo realmente que descreva o tamanho da roupa, o design da roupa toda.

ENTREVISTADO J: Eu também acredito que se eles investissem um pouco em camisas com alto relevo, também com etiquetas onde pudesse dizer a cor da camisa, da calça, o modelo aí ficaria bem melhor e, assim, a moda estaria nos inserindo, além da preparação dos vendedores que vão mostrar as peças e preparação técnica de organização da própria loja também ajuda bastante.

ENTREVISTADO K: eu acredito que a metodologia da criação de um aplicativo para identificar as características das roupas seria uma forma de melhorar para a observação e inclusão

do deficiente visual na moda. E o uso dessas tecnologias pode melhorar muito na hora da identificação das roupas através de um aplicativo.	
ENTREVISTADO L: Olha, eu acredito que essas respostas todas elas vão se resumir numa resposta só, tanto a <u>pessoa que está orientando, ela ser mais capacitada quanto à questão em que se refere a acessibilidade e que deem mais condição da pessoa com deficiência visual realmente entender o que é aquela moda, o design dela, a cor dela, o tamanho dela, para que tipo de manequim ela serve. Que a moda seja mais preparada para atender o deficiente visual.</u>	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 20 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: No ato da compra, você é quem escolhe suas próprias roupas ou precisa da ajuda de terceiros para realizar essa atividade?	
EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS
ENTREVISTADO A: <u>Eu dependo das pessoas para me ajudar com relação na hora de comprar as roupas</u> , eu na verdade eu não vou só, eu sempre vou com uma pessoa que enxerga, para me orientar.	<p>Eu dependo das pessoas para me ajudar na hora de comprar as roupas;</p> <p>Às vezes eu dependo de alguém para me ajudar;</p> <p>Eu dependo de uma pessoa na hora da compra;</p> <p>De vez em quando, eu preciso de alguém para me ajudar ali na hora da compra;</p> <p>Às vezes, sim, eu dependo de alguém para me ajudar a auxiliar na roupa que eu quero;</p> <p>Às vezes eu dependo de alguns detalhes da roupa;</p> <p>Eu sempre ando com uma pessoa para descrever a questão da roupa.</p>
ENTREVISTADO B: Eu geralmente sou eu que compro. Não dependo de ninguém.	
ENTREVISTADO C: <u>Às vezes eu dependo sim de alguém para me ajudar.</u>	
ENTREVISTADO D: Assim, eu mesma escolho as minhas roupas.	
ENTREVISTADO E: <u>Eu dependo sim de uma pessoa na hora da compra, né?</u> De uma pessoa para me auxiliar.	
ENTREVISTADO F: <u>sim de vez em quando eu preciso de alguém para me ajudar ali na hora da compra. Comprar a minha roupa.</u>	
ENTREVISTADO G: <u>não é toda vez que eu preciso assim de alguma pessoa para poder escolher a roupa para mim</u> , só digo o tamanho e levo a roupa.	
ENTREVISTADO H: eu não dependo assim porque eu mesmo escolho a minha roupa aquela que a minha vendedora disser essa aqui está boa, então está show de bola pois é aquela que vai.	
ENTREVISTADO I: <u>as vezes sim eu dependo de alguém para me ajudar a auxiliar na roupa que eu quero.</u>	
ENTREVISTADO J: eu não dependo de alguém para escolher a roupa não.	
ENTREVISTADO K: <u>às vezes eu dependo de alguns detalhes da roupa</u> , então algumas roupas eu escolho sozinho, mas muitas delas eu preciso	

de alguém, principalmente quando eu quero saber a cor, né? E aí a gente pergunta a alguém, pede o auxílio de alguém.	
ENTREVISTADO L: Como já foi falado, <u>eu sempre ando com uma pessoa para descrever a questão da roupa</u> . O detalhe, tudo isso, mas assim, depende... quando, às vezes, a gente vai no vestiário de uma loja, vai provar uma roupa, aí a pessoa que enxerga vê se fica adequada, uma pessoa que enxerga vê se adequa melhor. Mas a questão de escolha mesmo da roupa eu escolho, mas depende, sim, de outras pessoas pois há momentos que a gente depende muito.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 21 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Você procura roupas alinhadas com as tendências de moda?	
EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS
ENTREVISTADO A: Eu na verdade eu tenho dificuldade assim, eu sou uma pessoa que <u>eu não entendo de moda</u> , quando eu chego em uma loja a primeira pessoa que eu procuro, um vendedor ou uma vendedora, eu examino como é que é a roupa, se é calça ou camisa se der para mim... eu tenho dificuldade com isso de moda.	Eu não entendo de moda; Eu procuro usar roupa que eu tenho costume de usar; Se der em mim, eu compro;
ENTREVISTADO B: Eu, geralmente, como eu já até falei, <u>eu procuro usar roupa que eu tenho costume de usar</u> . Geralmente as roupas de hoje tudo é muito devassa, eu não sou muito de utilizar roupa de moda, não, eu me sinto bem nas roupas mesmo de antigamente.	Eu tento acompanhar um pouco as tendências de moda, procuro o que me sinto bem com o que visto;
ENTREVISTADO C: Também sou simples, minhas roupas são leves, às vezes uso algumas estampadinhas, mas geralmente são peças mais baby look.	Antigamente, eu era muito vidrado de andar sempre na moda, mas a moda andou apresentando algumas coisas que não deixou meu gosto;
ENTREVISTADO D: Eu sempre pergunto aos vendedores que jeito é a roupa, qual o tamanho é a roupa, peço para me mostrar, eles me mostram e depois eu vou experimentar... <u>se der em mim, eu compro</u> .	Estando bem-vestido, para mim está tudo bem;
ENTREVISTADO E: Sim, <u>eu tento, tento acompanhar um pouco as tendências de moda, Procuro que me sinto bem com o que visto</u> . Mas tento sim acompanhar um pouco essas tendências, embora muitas vezes não têm nada de moda de tendências pensada para a gente.	Sim, eu sempre tento me atualizar na moda. Eu sempre gosto de andar bem-vestido e no estilo, no ritmo que vai à moda;
ENTREVISTADO F: <u>Antigamente, eu era muito vidrado em andar sempre na moda, mas a moda andou apresentando algumas coisas que não deixou meu gosto</u> , Não bateu com meu santo, então de vez em quando, quando a moda está me acompanhando eu a acompanho, quando ela não me acompanha eu não a acompanho.	Busco utilizar mais as roupas padronizadas; A moda atual deixa a pessoa em meio termo, nem nu e nem vestido.

ENTREVISTADO G: Eu para falar dessa questão de moda eu nunca fui assim em negócio de moda. Eu sempre quando ia comprar alguma roupa alguma coisa assim, <u>eu sempre só chegava na loja e como eu sempre vou com uma pessoa que me acompanha ela só olha o tamanho e tal</u> , mas negócio de moda eu nunca fui assim de estar na moda não.	
ENTREVISTADO H: Eu não tenho preconceito com quem gosta de estar na moda não, <u>estando bem-vestido para mim está tudo bem</u> .	
ENTREVISTADO I: <u>Sim, eu sempre tento me atualizar na moda. Eu sempre gosto de andar bem-vestido e no estilo, no ritmo que vai à moda</u> , seja no social ou no casual, normal do jeito que vai a moda eu tento acompanhar. É isso.	
ENTREVISTADO J: Não, nem sempre eu acompanho a moda não.	
ENTREVISTADO K: Assim, em relação à moda não costumo acompanhar a moda do momento, <u>busco utilizar mais as roupas padronizadas</u> . E eu não tenho muito apego pela moda. Eu utilizo mais o meu estilo do que a moda temporal.	
ENTREVISTADO L: Assim, eu vejo, como disse o meu amigo anteriormente, de usar uma moda mais padronizada, uma coisa social mais direitinho. Porque essa <u>moda atual deixa a pessoa em meio termo, nem nu e nem vestido</u> .	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 22 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Você consegue identificar sozinho as suas peças de vestuário em seu guarda-roupa? Como você organiza seus itens de vestuário no seu guarda-roupas?	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
ENTREVISTADO A: <u>Sim, eu consigo, organizo dentro de um guarda-roupa separando as calças das camisas, e dá para ficar tranquilo</u> .	Sim, eu consigo, organizo dentro de um guarda-roupa separando as calças das camisas, e dá para ficar tranquilo;
ENTREVISTADO B: Sim, eu consigo, <u>apesar de eu ter baixa visão, mesmo assim eu costumo separar as roupas que eu uso dentro de casa, no dia a dia das roupas que eu vou sair e também pra facilitar até na hora de às vezes da gente estar apressado eu já vou conhecendo</u> , reconhecendo as que eu costumo usar pela textura, pelo tecido, porque às vezes a gente já tem que se habituar pois quem tem baixa visão de um dia perder a visão, aí a gente pelo menos eu já vou logo me acostumando a isso. <u>Às vezes, quando está sem energia, eu geralmente reconheço minhas roupas, por isso, por conta de eu não ter muitas e além do tecido eu já boto separado uma em cima da outra, já dá pra</u>	<p>Apesar de eu ter baixa visão, mesmo assim eu costumo separar as roupas que eu uso dentro de casa, no dia a dia, das roupas que eu vou sair e para facilitar até na hora da gente estar apressado, eu já vou conhecendo;</p> <p>Sim, eu consigo, separo cada peça em cabides;</p> <p>Sim, eu consigo, e eu separo as minhas peças de roupa numa mochila, pois eu só uso vestidos mesmo;</p>

reconhecer o que é vestido, o que é saia, o que é blusa. Geralmente, eu separo pelo tecido e por ser calça, só calça de um lado, só vestido, só vestido do outro. E assim sucessivamente	Sim, eu consigo, eu sou bastante organizado em relação a isso;
ENTREVISTADO C: <u>Sim, eu consigo, separo cada peça em cabides.</u> Cabide de blusinhas, de shortinhos. Separo nas gavetas. Toalha de um lado, colcha de cama de outro. E assim sucessivamente.	Sim, eu consigo, através de uma organização, no meu caso eu utilizo muito o tato;
ENTREVISTADO D: <u>Sim, eu consigo, e eu separo as minhas peças de roupa numa mochila pois eu só uso vestidos mesmo.</u>	
ENTREVISTADO E: <u>Sim, eu consigo, eu sou bastante organizado em relação a isso.</u> O meu guarda-roupa tem uma porta que de um lado fica as blusas de sair, todas colocadas em cabide, tem uma arara que eu uso só minhas camisas no cabide que são as que eu uso no dia a dia e do outro lado da arara, eu uso minha roupa da academia e as gavetas eu divido entre os meus calções de vestir em casa e cuecas. Outra parte do guarda-roupa eu boto só calça, em outras coloco as bermudas jeans. E assim vou me organizando.	
ENTREVISTADO F: <u>Sim, eu consigo, minha organização no guarda-roupa é da seguinte forma: roupas, o guarda-roupa tem três portas, e na parte de cima são duas repartições, em uma das portas eu coloco dobradas as roupas do dia a dia, na parte de cima em uma das repartições eu coloca as calças e na outro coloco as bermudas, em outra porta eu coloco as roupas de sair para uma festa, por exemplo, todas em cabide e na outra eu organizo as roupas mais sociais, aí a minha organização é essa.</u>	
ENTREVISTADO G: <u>Sim, eu consigo, lá em casa é assim: quando eu vou sair de casa eu já separo logo a roupa que eu vou sair, eu já deixo ali tudo ali no lugarzinho que eu sempre coloco, que deixo definido e as outras que eu não vou usar eu deixo organizadas e dobradas em outra gaveta da cômoda e assim fica até fácil para mim, eu me arrumar e tudo mais.</u>	
ENTREVISTADO H: <u>Sim, eu consigo, as minhas são todas arrumadinhas, cada qual no seu local, as camisas separadas de calça, todas dobradinhas, tudo no lugar certo de eu pegar elas para usar. Só isso.</u>	
ENTREVISTADO I: <u>Sim, eu consigo, as minhas roupas eu costumo organizar em cada espaço no seu lugarzinho de camisa, calção, bermuda, calça comprida, e cueca. Então no caso eu consigo me localizar bastante bem, só isso.</u>	

<p>ENTREVISTADO J: <u>Sim, eu consigo, é... já ficam, já deixa tudo organizado numa forma padrão que eu já estabeleci conforme eu saiba encontrar.</u> Calças do dia a dia de um lado, calças casuais do outro, camisas básicas de um lado, camisas sociais de outro. A roupa toda sempre dividida no padrão.</p>	
<p>ENTREVISTADO K: <u>Sim, eu consigo, através de uma organização, no meu caso eu utilizo muito o tato.</u> E me organizo para que eu possa não ter dificuldade na hora de usar a roupa escolhida. Eu escolho com facilidade desde que estejam previamente organizadas em cabides, sem repartições, em locais que eu possa me identificar.</p>	
<p>ENTREVISTADO L: <u>Sim, eu consigo, como os outros companheiros, eu costumo fazer da mesma forma, ou seja, tem uma parte que eu utilizo a roupa de sair para o trabalho, aí eu coloco como divisão os ternos, pois uso como divisão com os ternos.</u> Daí de um lado fica a roupa de sair para o trabalho e na outra parte as gavetas a gente guarda cueca, meia e na outra parte mais de cima coloco as roupas de vestir em casa. Então a gente faz essa diferença e quanto a questão na hora da escolha é usado muito o tato. A gente sempre procura uma forma de identificar uma diferença de tecido e outras coisas, outras estratégias que a gente usa para conhecer um pouco e diferenciar as roupas.</p>	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 23 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Você realiza as tarefas de manutenção e conservação do vestuário?	
EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS
<p>ENTREVISTADO A: não ENTREVISTADO B: sim ENTREVISTADO C: sim ENTREVISTADO D: sim ENTREVISTADO E: sim ENTREVISTADO F: sim ENTREVISTADO G: sim ENTREVISTADO H: sim ENTREVISTADO I: sim ENTREVISTADO J: sim ENTREVISTADO K: não ENTREVISTADO L: sim</p>	<p>Por se tratar de uma rotina em que os deficientes visuais já vivem há muito tempo no seu dia a dia, eles fazem a manutenção e conservação de vestuário, como lavar, secar e guardar.</p>

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 24 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Quais informações você acredita serem mais importantes no interior das lojas de vestuário?	
EXPRESSÕES-CHAVE	IDEIAS CENTRAIS
<p>ENTREVISTADO A: Eu tenho um pouco assim é como eu acabei de falar tenho um pouco de dificuldade de ir em loja assim, porque sempre eu vou com uma pessoa e aí eu não vou só assim para comprar a roupa tenho um pouco de dificuldade assim sabe <u>eu sempre ando com uma pessoa me acompanhando.</u></p>	<p>Para atender a pessoa com baixa visão ou a pessoa deficiente visual total, é necessário que tenham o piso tátil, que as sessões sejam um pouco afastadas umas das outras, também deveria ter para a baixa visão as etiquetas bem grandes com nomes grandes, com valores, o preço da roupa grande para os de baixa visão, ter em <i>braille</i> ou então em audiodescrição para que tenha o aplicativo no celular;</p>
<p>ENTREVISTADO B: Se bem que eu gosto de alguém para auxiliar, mas para dizer a verdade <u>para atender a pessoa com baixa visão ou a pessoa deficiente visual total é necessário que tenham o piso tátil, que as sessões sejam um pouco afastadas uma das outras, porque quando a gente anda por essas loja as roupas, os blocos que fica roupa de criança, roupa de adulto, roupa infantil, roupa masculina, feminina, geralmente estão tão próximas umas das outra que não cabe nem cabe para colocar o piso tátil. E por conta também dos espaços que são pequenos e a demanda de escolhas são várias, com isso as lojas procuram diversificar o estoque, botam muita coisa e aí termina atrapalhando um pouco a gente. Também deveria ter para a baixa visão as etiquetas bem grandes com nomes grandes, com valores o preço da roupa grande para os baixa visão, e para quem é cego total com certeza tem que ter em <i>braille</i> ou então em audiodescrição para que tenha o aplicativo no celular</u> são vários os fatores que vão influenciar na autonomia do deficiente visual na hora da compra de vestuário para ele se sentir à vontade para escolher suas próprias roupas. Mas eu gosto de quando tem uma pessoa que saiba me atender que é difícil a gente encontrar em lojas.</p>	<p>Sem dúvida. Para mim, a segurança no vestiário;</p> <p>Para mim, é quando a gente entra numa loja e na hora que vai para procurar as roupas é muito apertado;</p> <p>Para mim, tem que ter um piso tátil, para que possamos andar com mais segurança dentro das lojas, uma identificação melhor onde tem as peças e os tipos de peças de roupas, também no início, na entrada da loja;</p> <p>Precisa melhorar a questão da acessibilidade no piso tátil para que a gente possa nos locomover dentro da loja com mais segurança;</p> <p>Aumentar um pouco mais o espaço para cada vestiário, e que a gente pudesse optar, ou seja, ou para o <i>braille</i> ou sintetizador;</p>
<p>ENTREVISTADO C: <u>Sem dúvida. Para mim, a segurança no vestiário.</u> Pois nunca têm uma pessoa ali. Só aquela moça que recebe as roupas e entrega, e no momento que a gente está lá dentro para provar uma roupa a gente não tem nenhuma segurança. No momento, ela pode virar as costas e entrar até outra pessoa. Sabe como estão as coisas hoje. Então precisamos de segurança dentro dos vestiários e mais o piso tátil também para facilitar, isso mesmo.</p>	
<p>ENTREVISTADO D: <u>Para mim, é quando a gente entra numa loja e na hora que vai para procurar as roupas é muito apertado, e é roupa masculina do lado da roupa feminina do outro lado é de roupa infantil e assim fica a dificuldade para nós deficientes visuais que às vezes nem todo atendente que está ali tem tempo para</u></p>	

atender e na maioria das vezes não quer nos atender.

ENTREVISTADO E: Para mim, tem que ter um piso tátil, para que possamos andar com mais segurança dentro das lojas, uma identificação melhor onde tem as peças e os tipos de peças de roupas, também no início, na entrada da loja. Também é muito importante o local indicando onde fica o vestiário, também e para as pessoas com baixa visão, interessante também que mudasse um pouco as portas, pois na grande maioria são todas portas de vidro. Já aconteceu de muitos amigos baixa visão ir lá e dar com rosto no vidro. Então tem que ter essa mudança toda. E outra coisa que as lojas poderiam ter ou implementar, como existe na própria lei a utilização de cão, pois já aconteceu de pessoas cegas que usam o cão guia, que foi tentado impedir o acesso dela no local, e ela teve que mostrar a lei.

ENTREVISTADO F: O que precisa melhorar é a questão da acessibilidade no piso tátil para que a gente possa nos locomover dentro da loja com mais segurança, com mais autonomia e as roupas serem etiquetada em braile. Para nós, pessoas com deficiência visual total e para os baixa visão, criar meios em alto relevo que é para que possamos ter maior autonomia para que a gente possa fazer nossa escolha sem depender de terceiros.

ENTREVISTADO G: Seria bom assim ter uma acessibilidade melhor. Aumentar um pouco mais o espaço para cada vestiário, e que a gente pudesse optar, ou seja, ou para o braille ou sintetizador. Assim, possibilitar meios e recursos para acessar a loja, as roupas, coisa assim para não ficar dependendo tanto de um atendente.

ENTREVISTADO H: O que importa para eu chegar dentro da loja é os atendentes prestar atenção, para que eu possa perguntar o preço das roupas, e eles me dizer normal para mim. E o que eu escolher na roupa ele me dizer o preço e as informações das roupas. E ficar do meu lado me auxiliando.

ENTREVISTADO I: Na questão o que eu acho que falta nas lojas hoje em dia são as pessoas mais capacitadas para atender as pessoas com deficiência visual em geral. Todo tipo de deficiência tanto surdo como deficiente visual, como cadeirante, todos os deficientes.

ENTREVISTADO J: Acredito que o piso tátil é muito importante também, seria muito interessante uma audiodescrição dentro das lojas para as pessoas com deficiência visual melhor se locomoverem dentro da loja, no caso de lojas

<p>grandes que seria mais possível isso. E uma outra questão é das vidraças, para as pessoas com baixa visão, eles devem ser mais assinalados. Para a pessoa conseguir ver, no caso de baixa visão consegui ver para não sair largando a cara nas portas das lojas que são de vidros. E o que a gente pode ver é que existem muitas leis que não são cumpridas, que poderia existir uma fiscalização mais rigorosa nesses ambientes para ver se estão atendendo as leis de fato.</p>	
<p>ENTREVISTADO K: <u>Eu acredito que pode ser melhorado o espaço onde fica o vestuário, também a identificação das roupas em braille</u> seria muito interessante para quem sabe ler em braille, bem também como a questão do desenvolvimento de uma própria metodologia onde as roupas serão colocadas de acordo com a idade com a faixa etária, isso irá muito ajudar no vestuário.</p>	
<p>ENTREVISTADO L: Como já foi citado se faz necessário para melhorar a vida do deficiente visual no interior dessas lojas de moda, <u>o piso tátil e também a organização como foi citado do espaço para a gente se locomover e também todo o detalhamento como a cor da roupa o tamanho, faixa etária, como já foi citado e outra coisa isso facilitaria também até para o atendente que não ia demorar muito tempo atendendo uma pessoa só, facilitaria para eles também e se tornaria mais acessível para nós, pois teríamos mais autonomia e acessibilidade no interior da loja.</u></p>	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 25 - Instrumentos de análises de discurso 1

Questionamento: Como é a experiência de compra de vestuários nas lojas físicas?	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>ENTREVISTADO A: eu quero dizer que é como eu acabei de falar. Eu sou uma pessoa que eu não ando só. Eu ando sempre com uma pessoa com um acompanhante para comprar as minhas coisas, minhas roupas. E <u>quando eu chego lá numa loja, que eu começo a falar com a vendedora lá e eu procuro me informar,</u> e é isso aí, eu vou lá me examino direitinho lá, eu vou, procuro vestir a roupa.</p>	<p>Quando eu chego lá numa loja e que eu começo a falar com a vendedora lá e eu procuro me informar;</p> <p>Eu fui fazer uma compra, e não comprei nada porque nada me agradou;</p>
<p>ENTREVISTADO B: a experiência na hora de fazer compra é muito diversificada, porque muitas vezes eu fico contente quando eu faço, mas outras vezes deixa muito a desejar. Dessa última vez mesmo que <u>eu fui fazer uma compra, eu não comprei nada porque nada me agradou,</u> aí eu também</p>	<p>Ao comprar alguma roupa assim, para mim, mas às vezes compro, às vezes não compro, às vezes fico satisfeita, às vezes não;</p>

<p>estava muito avexada e cansada e eu não tinha tempo de ficar caminhando em loja essa, loja aquela, porque exatamente como eu sou muito assim indecisa tenho, assim, na hora de escolher, tenho dificuldade de escolher pra mim mesma, aí eu acabei não escolhendo. Só comprei um vestido para mim e essa última compra eu não me senti à vontade. Não me senti contente, mas realmente eu já me senti muito feliz às vezes quando outras vezes que eu já fui fazer compras.</p>	<p>Às vezes chego em uma loja para comprar uma determinada roupa e não tem nenhuma roupa que me agrade;</p>
<p>ENTREVISTADO C: Também sou muito indecisa. <u>Ao comprar alguma roupa assim para mim, mas às vezes compro, às vezes não compro, às vezes fico satisfeita, às vezes não,</u> mas termino levando a peça qualquer coisa me agrada, porque como não é uma roupa pensada para a gente não têm muito nosso estilo.</p>	<p>Às vezes quando eu ia só o vendedor simplesmente pegava a roupa ali e me entregava a peça e sumia de perto de mim;</p>
<p>ENTREVISTADO D: eu também sou muito indecisa, por que <u>às vezes chego em uma loja para comprar uma determinada roupa e não tem nenhuma roupa que me agrada,</u> que eu gosto ou que tenha um pouco do meu estilo.</p>	<p>Para mim, é importante ter um bom atendimento nas lojas, mas isso nem sempre acontece porque os vendedores não têm um pouco de preocupação de nos atender bem;</p>
<p>ENTREVISTADO E: eu ultimamente gosto de sempre ir com uma terceira pessoa por conta de todas <u>as vezes quando eu ia só o vendedor simplesmente pegava a roupa ali e me entregava a peça e sumia de perto de mim,</u> e eu ficava sem saber para onde ir ou o que fazer, pois não me dava orientação e não têm nas lojas as sinalizações que a gente tanto precisa quando está dentro de uma loja de moda. Então isso era muito ruim para mim. E por esse motivo hoje eu sempre procurei com uma terceira pessoa para ir comigo nas compras de roupas.</p>	<p>Na hora da compra geralmente são cheias de muitos obstáculos, pois vejo que as lojas de moda não estão preparadas para nos receber nas lojas;</p>
<p>ENTREVISTADO F: também sempre preferi ir com uma terceira pessoa, pois na última vez que eu fui só, eu escolhi uma blusa polo e quando cheguei em casa que fui abrir a sacola tinha uma camiseta regata, e veja é muita diferença, demais, <u>o vendedor simplesmente na hora da escolha lá né por maldade, eu não sei né, quem sou eu pra julgar, mas acabou colocando outra peça de roupa na minha sacola e eu tive que pagar o preço de uma camisa polo sendo uma regata.</u> Não foi uma experiência muito boa.</p>	<p>Para a gente, é sempre uma surpresa quando somos bem atendidos em lojas de moda, por que em muitas vezes, como citei aqui, somos ignorados.</p>
<p>ENTREVISTADO G: <u>Eu sempre tive o acompanhamento de uma pessoa para comprar certa roupa,</u> alguma coisa do tipo, nunca comprei sozinho. Mas todos os atendimentos que já estive comprando uma peça de roupa sempre me dei bem.</p>	
<p>ENTREVISTADO H: <u>para mim, é importante ter um bom atendimento nas lojas, mas isso nem sempre acontece porque os vendedores não têm</u></p>	

<p>um pouco de preocupação de nos atender bem, como clientes como qualquer outro que não tem deficiência.</p>	
<p>ENTREVISTADO I: eu não tenho nada a falar sobre essa questão da compra em loja não. Geralmente todas que eu escolho é realmente a que eu procuro. É isso.</p>	
<p>ENTREVISTADO J: bom, as minhas experiências <u>na hora da compra geralmente são cheias de muitos obstáculos, pois vejo que as lojas de moda não estão preparadas para nos receber</u>, não sei se é por que não entendem as nossas necessidades ou é porque não querem mesmo fazer nada para a gente, mas a gente sabe né que a gente também precisa se vestir.</p>	
<p>ENTREVISTADO K: eu assim, eu nunca tive, nunca passei por experiência de não ficar satisfeito em relação a essa situação da escolha das roupas, não. Sempre quando eu fui comprar uma roupa eu tive sorte de encontrar a roupa que eu queria. E escolhi da forma realmente que eu queria. <u>Às vezes, o vendedor ou por vexame ou para bater a meta, ou às vezes por já estar cansado, ele demonstra que já está apressado e você tende a escolher uma roupa apressadamente.</u></p>	
<p>ENTREVISTADO L: uma experiência que eu tive foi que eu estava em uma determinada loja eu e outro deficiente visual e nós estávamos sendo atendidos por uma determinada pessoa lá, nós estávamos comprando justamente era roupa, aí estávamos vendo umas calças compridas, e no meio da compra a vendedora disse para nós “calam aí eu venho já”, demorou um pouco, chamamos ela e ela respondeu que estava atendendo um cliente como se nós também não fôssemos clientes aí deixou nós lá no meio da loja sem atendimento, daí quando ela bem quis, quando terminou de atender a outra pessoa, aí foi que veio terminar a venda com a gente. <u>Para nós, é sempre uma surpresa quando somos bem atendidos em lojas de moda, por que em muitas vezes, como citei aqui, somos ignorados, e não somos vistos como clientes, como essa vendedora deixou a entender.</u></p>	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Os participantes do grupo focal formado por deficientes visuais todos os frequentadores associados da ACEP responderam os questionamentos colocados em questão. Nos quadros acima, apresentou-se a identificação de várias expressões-chave, em que se extraiu as ideias centrais. Os Instrumentos de Análise do Discurso 2 apresentam-se na sequência (Quadro 26, Quadro 27, Quadro 28, Quadro 29, Quadro 30, Quadro 31, Quadro 32, Quadro 33 e Quadro

34), em que se apresentam o agrupamento das expressões-chave que deram origem à ideia central para formar o Discurso do Sujeito Coletivo.

Quadro 26 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: Falta de capacitação e treinamentos mais qualificados para os atendentes das lojas de vestuário, pois não têm paciência e não sabem precisar ou descrever as características de uma roupa de modo que consigamos fazer nossas associações.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO C: a pessoa não tem a paciência, acho que é por que quer vender logo, e não tem a paciência de esperar	A principal dificuldade no ato da compra é a identificação do preço ou da cor de uma roupa, pois os vendedores não têm paciência quando estão atendendo. Os atendentes das lojas de vestuário infelizmente não sabem descrever ou precisar as características de uma roupa de moda para que consigamos fazer as nossas associações, quando uma pessoa cega chega acompanhada de uma pessoa sem deficiência, os vendedores não se direcionam à pessoa cega, mas sim ao acompanhante. O vendedor nunca sabe especificar detalhadamente, não sabem explicar alguns detalhes, acho que muitos não conhecem os tipos de tecidos.
ENTREVISTADO D: a minha dificuldade de comprar as roupas é que a pessoa que tem que escolher para mim.	
ENTREVISTADO E: a minha maior dificuldade é o atendimento nas lojas porque os atendentes infelizmente não sabem descrever como que é uma peça para a pessoa cega.	
ENTREVISTADO F: minha maior dificuldade de se comprar uma roupa é na questão dos vendedores, é de poder ter aquela paciência de descrever as imagens, algum desenho ou um gráfico que está ali na peça de uma blusa.	
ENTREVISTADO G: quando eu chego em uma loja para comprar alguma roupa, alguma coisa, o atendente ou a atendente, no caso, eles não percebem que tem um deficiente visual ali para ver uma peça de roupa ou alguma coisa assim, eles não percebem, mas também não perguntam se você enxerga ou não para pegar na peça.	
ENTREVISTADO I: a minha dificuldade é que eu tenho baixa visão e às vezes eu fico em dúvidas é por exemplo nos detalhes das roupas.	
ENTREVISTADO J: eu tenho uma certa dificuldade para identificar o tamanho da roupa, na verdade a pontuação da roupa mesmo.	
ENTREVISTADO K: A dificuldade eu acredito que seja é no próprio preparo de alguns dos vendedores.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 27 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: as roupas não apresentam uma boa identificação, principalmente quando se fala das questões das etiquetas, pois são as etiquetas que nos fazem identificar alguns detalhes e saber o que é frente ou costa.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO A: a minha dificuldade mesmo é para vestir uma camisa.	

ENTREVISTADO B: a minha dificuldade é só em roupas que às vezes eu não tenho o costume, um hábito de usar.	Minha maior dificuldade é a questão da etiqueta para saber onde fica o tamanho, pois algumas peças de roupas estão identificando o tamanho da peça por meio de desenho e daí não tem como a gente identificar, saber onde é frente e onde é costas. Se não tiver etiqueta na parte que identifique a parte de trás, fico perdido. A questão da etiqueta, a questão de alguns detalhes que a gente não sabe se fica na frente ou atrás. Quando as roupas não apresentam uma boa identificação.
ENTREVISTADO C: a minha dificuldade é em alguns detalhes na frente para distinguir, ou às vezes algo nas costas, se eu não conseguir diferenciar a frente ou costa.	
ENTREVISTADO E: na hora de vestir peças de vestuário em relação à loja, pois o vestuário que é muito pequenininho para se mover lá dentro na hora de experimentar uma roupa.	
ENTREVISTADO F: é a questão da etiqueta onde fica o tamanho, ela estava tendo o tamanho desenhado e não tinha como identificar essa parte de saber onde é atrás e onde é a frente.	
ENTREVISTADO G: se não tiver a etiqueta atrás, eu fico até perdido onde que é a parte da frente, onde a parte de trás da camisa.	
ENTREVISTADO I: a questão da etiqueta, a questão de alguns detalhes que a gente não sabe se fica na frente ou atrás.	
ENTREVISTADO J: eu tenho uma dificuldade para vestir quando não tem etiqueta, quando a roupa, o vestuário não tem etiqueta, nem camisa nem calça.	
ENTREVISTADO K: quando a roupa não tem uma boa identificação, para eu saber onde é a frente e qual o lado correto.	
ENTREVISTADO L: roupa seja nova e que a gente não tem ainda conhecimento.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 28 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: desenvolver um aplicativo que descreva a roupa, diga quais são os tipos, os modelos, se a roupa tem detalhes, que leia audiodescrição.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO B: para que o deficiente esteja incluído na moda, é interessante que ela prepare de forma mais acessível para as pessoas poder ter a facilidade de escolher seu vestuário, preparar os vendedores para melhorar a orientação na hora que o deficiente vai escolher sua peça de roupa.	Desenvolver uma metodologia de criação de um aplicativo para identificar as características das roupas seria uma forma de melhorar para a observação e inclusão do deficiente visual na moda. Criar mais elementos de moda para pessoas cegas e preparar melhor os vendedores.
ENTREVISTADO D: Tem que preparar os vendedores.	
ENTREVISTADO E: devem botar aí uns modelos de roupas com pessoas com deficiência.	
ENTREVISTADO F: botar algo de identificação nas lojas, nas fábricas, a roupa ali identificada com etiqueta.	
ENTREVISTADO G: eu acho que deveria melhorar mais a questão da orientação.	

ENTREVISTADO H: a moda pode criar mais elementos de moda para os cegos, pois, como falei, muitos gostam de estar sempre na moda.	
ENTREVISTADO I: desenvolver um aplicativo que descreva a roupa, diga quais são os tipos, os modelos, se a roupa tem detalhes, a etiqueta em braille para quem sabe braille.	
ENTREVISTADO J: preparação dos vendedores que vão mostrar as peças e preparação técnica de organização da própria loja também ajuda bastante.	
ENTREVISTADO K: a metodologia da criação de um aplicativo para identificar as características das roupas seria uma forma de melhorar para a observação e inclusão do deficiente visual na moda.	
ENTREVISTADO L: a pessoa que está orientando ser mais capacitada quanto à questão da acessibilidade e que deem mais condição da pessoa com deficiência visual realmente entender o que é aquela moda.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 29 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: eu sempre ando com uma pessoa para descrever a questão da roupa na hora da compra. E para as pessoas com baixa visão, interessante também que mudassem um pouco as portas, pois na grande maioria são todas portas de vidro, já aconteceu de muitos amigos baixa visão ir lá e dar com rosto no vidro.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO A: eu dependo das pessoas para me ajudar na hora de comprar as roupas.	Sim, eu dependo de alguém para me ajudar a auxiliar na roupa que eu quero e por isso sempre ando com uma pessoa para descrever a questão da roupa. E para as pessoas com baixa visão, interessante também que mudassem um pouco as portas, pois na grande maioria são todas portas de vidro, já aconteceu de muitos amigos baixa visão ir lá e dar com rosto no vidro.
ENTREVISTADO C: às vezes eu dependo sim de alguém para me ajudar.	
ENTREVISTADO E: eu dependo sim de uma pessoa na hora da compra.	
ENTREVISTADO F: sim de vez em quando eu preciso de alguém para me ajudar ali na hora da compra.	
ENTREVISTADO I: as vezes sim eu dependo de alguém para me ajudar a auxiliar na roupa que eu quero.	
ENTREVISTADO K: às vezes eu dependo de alguns detalhes da roupa.	
ENTREVISTADO L: eu sempre ando com uma pessoa para descrever a questão da roupa.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 30 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: eu tento acompanhar um pouco as tendências de moda.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO A: eu não entendo de moda.	Sempre busco me atualizar com as tendências de moda, gosto de andar bem-vestido e dentro do estilo. Eu já fui mais antenado na moda, mas a moda andou sendo insuficiente e não deixou algumas coisas com meu gosto.
ENTREVISTADO B: procuro usar roupa que eu tenho costume de usar.	
ENTREVISTADO E: eu tento, tento acompanhar um pouco as tendências de moda, procuro me sentir bem com o que visto.	
ENTREVISTADO F: antigamente eu era muito vidrado de andar sempre na moda, mas moda andou apresentando algumas coisas que não deixou meu gosto.	
ENTREVISTADO G: eu sempre só chegava na loja e como eu sempre vou com uma pessoa que me acompanha ela só olha o tamanho.	
ENTREVISTADO H: estando bem-vestido para mim está tudo bem.	
ENTREVISTADO I: sim, eu sempre tento me atualizar na moda. Eu sempre gosto de andar bem-vestido e no estilo, no ritmo que vai à moda.	
ENTREVISTADO J:	
ENTREVISTADO K: busco utilizar mais as roupas padronizadas.	
ENTREVISTADO L: moda atual deixa a pessoa em meio termo nem nu e nem vestido.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 31 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: consigo organizar separando cada peça de vestuário e todas organizadas cada qual no seu lugar.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO A: sim eu consigo, organizo dentro de um guarda-roupa separando as calças das camisas, e dá para ficar tranquilo.	Organizo dentro do guarda-roupa, na mochila, separo as peças em cabides, tem uma parte que eu utilizo a roupa de sair para o trabalho, separo camisas de calças. Eu sou bastante organizado.
ENTREVISTADO B: apesar de eu ter baixa visão mesmo assim eu costumo separar as roupas que eu uso dentro de casa no dia a dia das roupas que eu vou sair e para facilitar até na hora da gente estar apressado eu já vou conhecendo.	
ENTREVISTADO C: sim eu consigo, separo cada peça em cabides.	
ENTREVISTADO D: sim eu consigo, e eu separo as minhas peças de roupa numa mochila pois eu só uso vestidos mesmo.	
ENTREVISTADO E: sim eu consigo, eu sou bastante organizado em relação a isso.	
ENTREVISTADO F: sim eu consigo, minha organização no guarda-roupa é da seguinte forma: roupas, o guarda-roupa tem três portas e na parte de cima são duas repartições.	

ENTREVISTADO G: sim eu consigo, lá em casa é assim, quando eu vou sair de casa eu já separo logo a roupa que eu vou sair.	
ENTREVISTADO H: sim eu consigo, as minhas são todas arrumadinhas, cada qual no seu local.	
ENTREVISTADO I: sim eu consigo, as minhas roupas eu costumo organizar em cada espaço no seu lugarzinho de camisa, calção, bermuda, calça comprida, e cueca.	
ENTREVISTADO J: sim eu consigo, e já ficam, já deixa tudo organizado numa forma padrão que eu já estabeleci conforme eu saiba encontrar.	
ENTREVISTADO K: sim eu consigo, através de uma organização, no meu caso eu utilizo muito o tato.	
ENTREVISTADO L: sim eu consigo, tem uma parte que eu utilizo a roupa de sair para o trabalho, aí eu coloco como divisão os ternos, pois uso como divisão com os ternos.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 32 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: sim, consigo realizar a manutenção e conservação das minhas peças de vestuário.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO A: não	Por se tratar de uma rotina em que os deficientes visuais já vivem há muito tempo, no seu dia a dia, todos fazem a manutenção e conservação de vestuário, como lavar, secar e guardar.
ENTREVISTADO B: sim	
ENTREVISTADO C: sim	
ENTREVISTADO D: sim	
ENTREVISTADO E: sim	
ENTREVISTADO F: sim	
ENTREVISTADO G: sim	
ENTREVISTADO H: sim	
ENTREVISTADO I: sim	
ENTREVISTADO J: sim	
ENTREVISTADO K: não	
ENTREVISTADO L: sim	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 33 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: implementação do piso tátil nas lojas, a utilização de etiquetas com escritas ampliadas e audiodescrição no interior da loja.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO B: para atender a pessoa com baixa visão ou a pessoa deficiente visual total é necessário que tenham o piso tátil, que as sessões sejam um pouco afastadas umas das outras. Também deveria ter para a baixa visão as etiquetas bem grandes com nomes grandes, com	Para mim, tem que ter um piso tátil para que possamos andar com mais segurança dentro das lojas, uma identificação melhor onde tem as peças e os tipos de peças de roupas. Seria muito interessante uma audiodescrição dentro das lojas

valores, o preço da roupa grande para os baixa visão, ter em braille ou então em audiodescrição para que tenha o aplicativo no celular.	para melhor identificação das peças de roupas. Também deveria ter para a baixa visão as etiquetas bem grandes com nomes grandes, com valores, o preço da roupa grande.
ENTREVISTADO C: Sem dúvida. Para mim, a segurança no vestiário.	
ENTREVISTADO D: para mim é quando a gente entra numa loja e na hora que vai para procurar as roupas é muito apertado.	
ENTREVISTADO E: para mim tem que ter um piso tátil para que possamos andar com mais segurança dentro das lojas, uma identificação melhor onde tem as peças e os tipos de peças de roupas, também no início, na entrada da loja, também é muito importante o local indicando onde fica o vestiário.	
ENTREVISTADO F: precisa melhorar é a questão da acessibilidade no piso tátil para que a gente possa nos locomover dentro da loja com mais segurança.	
ENTREVISTADO G: aumentar um pouco mais o espaço para cada vestiário, e que a gente pudesse optar, ou seja, ou para o braille ou sintetizador.	
ENTREVISTADO H: o que importa para mim é chegar dentro da loja e os atendentes prestarem atenção, para que eu possa perguntar o preço das roupas.	
ENTREVISTADO I: o que eu acho que falta nas lojas hoje em dia são as pessoas mais capacitadas para atender as pessoas com deficiência visual em geral.	
ENTREVISTADO J: acredito que o piso tátil é muito importante também, seria muito interessante uma audiodescrição dentro das lojas.	
ENTREVISTADO K: eu acredito que pode ser melhorado o espaço onde fica o vestiário, também a identificação das roupas em braille.	
ENTREVISTADO L: o piso tátil, espaço para a gente se locomover, o detalhamento como a cor da roupa o tamanho.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Quadro 34 - Instrumento de Análise de Discurso 2

IDEIA CENTRAL: a hora da compra geralmente é cheia de muitos obstáculos, pois vejo que as lojas de moda não estão preparadas para nos receber.	
EXPRESSÕES-CHAVE	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO
ENTREVISTADO A: quando eu chego lá numa loja e que eu começo a falar com a vendedora lá e eu procuro me informar.	Quando vou fazer compras, às vezes desisto porque nem sempre encontro roupas que me agrade. Os vendedores às vezes só te entregam uma peça de roupa e saem de perto. Os vendedores acabam colocando as peças erradas na nossa sacola e só percebemos quando chegamos em casa. É importante ter um bom
ENTREVISTADO B: eu fui fazer uma compra, eu não comprei nada porque nada me agradou.	
ENTREVISTADO C: ao comprar alguma roupa assim para mim, mas às vezes compro, às vezes não compro, às vezes fico satisfeita, às vezes não.	

ENTREVISTADO D: às vezes chego em uma loja para comprar uma determinada roupa e não tem nenhuma roupa que me agrade.	atendimento nas lojas, não sei se por vexame ou pressa ou para bater a meta eles se mostram sempre desinteressados.
ENTREVISTADO E: às vezes quando eu ia só o vendedor simplesmente pegava a roupa ali e me entregava a peça e sumia de perto de mim.	
ENTREVISTADO F: o vendedor acabou colocando outra peça de roupa na minha sacola e eu tive que pagar o preço de uma camisa polo sendo uma regata.	
ENTREVISTADO G: eu sempre tive o acompanhamento de uma pessoa para comprar certa roupa.	
ENTREVISTADO H: para mim é importante ter um bom atendimento nas lojas, mas isso nem sempre acontece porque os vendedores não têm um pouco de preocupação de nos atender bem.	
ENTREVISTADO I:	
ENTREVISTADO J: a hora da compra geralmente é cheia de muitos obstáculos, pois vejo que as lojas de moda não estão preparadas para nos receber.	
ENTREVISTADO K: às vezes o vendedor ou por vexame ou para bater a meta, ou às vezes por já estar cansado ele demonstra que já está apressado e você tende a escolher uma roupa apressadamente.	
ENTREVISTADO L: para a gente é sempre uma surpresa quando somos bem atendidos em lojas de moda, por que em muitas vezes como citei aqui somo ignorados.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

4.4.1 GERAÇÃO DO CONHECIMENTO COM A ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O Discurso do Sujeito Coletivo contribuiu de forma positiva para chegar-se aos resultados que se almejava com a presente pesquisa, permitindo, assim, identificar as diferentes características presentes nos discursos dos sujeitos, bem como a extração das semelhanças e significâncias, de modo a permitir a realização e as interpretações que possam vir a ser validadas diante do contexto das lojas de varejo de vestuário para a acessibilidade e autonomia no ato da compra de vestuário por pessoas com deficiência visual. Portanto, destaca-se que as subjetividades presentes nas interpretações e conclusões podem ser percebidas de diversas perspectivas quando analisadas dentro do contexto dos deficientes visuais e das lojas de varejo de vestuário.

Assim, nesta etapa da dissertação, contempla-se a “Geração do conhecimento”, na qual obteve-se por meio das discussões juntamente com a teorização do problema de pesquisa e que assim realizou-se o confronto com a base teórica apresentada na dissertação. Portanto, apresentam-se os dados, as informações e as análises a fim de estruturar o conhecimento gerado.

Dessa forma, aponta-se que a fundamentação teórica da pesquisa ofereceu suporte importante para a realização e aplicação da pesquisa de campo, contribuindo de forma a propor soluções e reflexões para o problema de pesquisa. A pesquisa de campo foi aplicada com um grupo focal composto por pessoas com deficiência visual e com isso constituiu-se as análises dos resultados com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo apresentados nos instrumentos de análises de discurso 1 e 2.

Portanto, a organização dos dados desenvolveu-se por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, possibilitou desta forma identificar 10 ideias centrais a partir dos discursos do grupo focal, originados de 6 temas, na qual estão ordenadas de acordo com as questões aplicadas com o grupo e organizadas conforme as semelhanças e significações dos discursos. A seguir, apresentam-se as ideias centrais identificadas com seus respectivos Discurso do Sujeito Coletivo para a análise e reflexão com a teoria apresentada no capítulo 2.

TEMA 1: Capacitação dos atendentes de lojas de varejo de vestuário

Quadro 35: Discurso do Sujeito Coletivo

Ideia Central - Falta de capacitação e treinamentos mais qualificados para os atendentes das lojas de vestuário, pois não têm paciência e não sabem precisar ou descrever as características de uma roupa de modo que consigamos fazer nossas associações.
Discurso do Sujeito Coletivo
A principal dificuldade no ato da compra é a identificação do preço ou da cor de uma roupa, pois os vendedores não têm paciência quando estão atendendo. Os atendentes das lojas de vestuário infelizmente não sabem descrever ou precisar as características de uma roupa de moda para que consigamos fazer as nossas associações. Quando uma pessoa cega chega acompanhada de uma pessoa sem deficiência, os vendedores não se direcionam à pessoa cega, mas sim ao acompanhante. O vendedor nunca sabe especificar detalhadamente, não sabem explicar alguns detalhes, acho que muitos não conhecem os tipos de tecidos.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Algumas informações nos depoimentos, como a ausência de profissionais sensibilizados e capacitados, corroboram com os problemas de acessibilidade apresentados por Sousa (*et al.*, 2022). Isso acontece mesmo sendo previsto em Lei, como no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que os estabelecimentos devem estar preparados para o recebimento desse público que por muito não considerados potenciais consumidores.

Outro aspecto está em relação ao atendimento por parte dos colaboradores das lojas de varejo de vestuário, pois não há uma sensibilidade ou preocupação por parte destes colaboradores, em buscar conhecer de fato as limitações do deficiente e buscar promover uma experiência satisfatória a esse deficiente. E isso é, outros aspectos em que as lojas de varejo de vestuário não buscam criar capacitações ou treinamentos para estes colaboradores de modo a buscar ações mais sensibilizadas com as limitações dessas pessoas com deficiência.

Tal situação contribui com o que diz Pinto e Freitas (2013), o ato de compra, que representaria um estado de felicidade, dessa forma passa a ser um momento de exclusão, constrangimento e desconforto. Isso porque, tais fatores mantem a pessoa com deficiência dependente da ajuda de outras pessoas, desestimulando seu consumo.

Como mostrou Sousa *et al.* (2022), ao depender da ajuda de terceiros no ato da compra de vestuário, a pessoa cega fica condicionada ao outro, sem autonomia de escolha daquilo que deseja vestir. Assim, essa situação se resolveria, como dito anteriormente, com leis mais rígidas precedidas de fiscalização. Os autores mostraram que a capacitação e sensibilização de atendentes, vendedores e profissionais que lidam com o público em geral, seria uma das possibilidades de contribuição para a melhoria do acesso às pessoas com deficiência visual no interior das lojas de varejo de vestuário. Além disso, como mostra Faria e Silva (2015), faz-se necessária uma mudança urgente, também, por parte dos varejistas para tornar o processo de compra menos dependente.

Nesse sentido, é preciso pensar uma moda mais democrática, de modo que os direitos de inclusão da pessoa com deficiência visual no cenário da moda sejam mais valorizados. Contudo, Souza (2016) aponta que a moda só passará a ser democrática de fato, quando passar a incluir a pessoa com deficiência visual neste contexto.

TEMA 2: Etiquetas *braille*, táteis, relevo e *QR CODE*

Quadro 36: Discurso do Sujeito Coletivo

Ideia Central - as roupas não apresentam uma boa identificação, principalmente quando se fala das questões das etiquetas, pois são as etiquetas que nos fazem identificar alguns detalhes e saber o que é frente ou costa.

Discurso do Sujeito Coletivo

Minha maior dificuldade é a questão da etiqueta para saber onde fica o tamanho, pois algumas peças de roupas estão identificando o tamanho da peça por meio de desenho e daí não tem como a gente identificar, saber onde é frente e onde é costas. Se não tiver etiqueta na parte que identifique a parte de trás fico perdido. A questão da etiqueta, a questão de alguns detalhes que a gente não sabe se fica na frente ou atrás. Quando as roupas não apresentam uma boa identificação.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

O Discurso do Sujeito Coletivo (Quadro 36) demonstra o quanto um sistema em *braille* tornaria o cliente com deficiência visual uma pessoa independente na hora de identificar o preço e as informações em relação a uma peça de vestuário como cores, formas e texturas. Isso resolveria, também, a questão da falta de treinamento adequado dos vendedores em relação ao atendimento, não só para atender esses clientes, visto que estes teriam acesso às principais informações sobre a peça de roupa de forma autônoma, mas também em relação à falta de conhecimento para facilitar o processo de escolha, uso e manutenção da peça de vestuário (ORSI *et al.*, 2015).

Tal como as falas de Grave (2004), a mobilidade, a textura, a maleabilidade, as medidas, o caimento, entre outros detalhes são fundamentais na usabilidade. Mas como considera França (2015), ainda não há lei que obrigue as empresas a produzirem essas etiquetas ou peças aprimoradas para esse público.

A etiqueta em *braille* é um dos recursos mais antigos existentes para a acessibilidade e alfabetização da pessoa com deficiência visual, e a partir desse recurso foram se desenvolvendo outros meios, que possibilitassem a pessoa com deficiência visual se comunicar e desenvolver suas atividades diárias. Outros recursos foram sendo desenvolvidos como por exemplo, recursos táteis com relevo, que foram citados pelos entrevistados durante o grupo focal. Com isso, percebeu-se que em se tratando da identificação de uma peça por deficientes visuais no ato da compra, além do *braille*, outros tipos de etiquetas podem ser desenvolvidas.

Outro aspecto abordado durante o grupo focal foram os QR CODE que se relaciona diretamente as tecnológicas digitais. Segundo Reinaldi e Calazans (2011) as tecnologias são fatores importantes na promoção de inclusão da pessoa com deficiência visual, especialmente quando se trata de inclusão digital.

TEMA 3: Desenvolvimento de um aplicativo para celular

Quadro 37: Discurso do Sujeito Coletivo

Ideia Central – poderia desenvolver-se um aplicativo que descreva a roupa, diga quais são os tipos, os modelos, se a roupa tem detalhes, que leia audiodescrição.
Discurso do Sujeito Coletivo
Acho que seria importante desenvolver uma metodologia para criação de um aplicativo para identificar as características das roupas, seria uma forma de melhorar para a observação e inclusão do deficiente visual na moda. Criando mais elementos de moda para pessoas cegas e preparar melhor os vendedores.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Em se tratando de recursos assistivos, no Brasil existe o CAT (Comitê de Ajudas Técnicas) que regulamenta os recursos de tecnologias assistivas, ou seja, recursos esses que as lojas de varejo de vestuário podem se utilizar como referência para a criação e implementação de meios acessíveis dentro destes estabelecimentos comerciais e assim promover a valorização da inclusão da pessoa com deficiência visual.

Para Sartoreto e Bersch (2013) as tecnologias assistivas são importantes na vida diária do deficiente visual, pois estas tecnologias existem como um meio de proporcionar e ampliar as habilidades das pessoas com algum tipo de deficiência. Desta forma, pontua-se que uma vez que as lojas de varejo de vestuário despertem e apostem nos recursos de tecnologias assistivas, como importantes ferramentas de inclusão, isso passa a influenciar de maneira significativa na vida diária dessas pessoas com deficiência visual, especialmente no ato da compra de vestuário. Corroboram (BERSCH, 2013; GALVÃO FILHO, 2013; FRANZ *et al.*, 2019) ao afirmar que as tecnologias assistivas são importantes ferramentas que facilitam em muito na vida diária da pessoa com deficiência.

TEMA 4: Audiodescrição no interior das lojas

Quadro 38: Discurso do Sujeito Coletivo

Ideia Central - eu sempre ando com uma pessoa para descrever a questão da roupa na hora da compra.
Discurso do Sujeito Coletivo
eu sempre dependo de alguém para me ajudar a auxiliar na roupa que eu quero e por isso sempre ando com uma pessoa para descrever a questão da roupa. Acho que a audiodescrição dentro das lojas melhoraria muito para a gente, assim não dependeríamos tanto de terceiros, teríamos mais autonomia. e para as pessoas com baixa visão, interessante também que mudasse um pouco as portas, pois na grande maioria são todas portas de vidro, já aconteceu de muitos amigos baixa visão ir lá e dar com o rosto no vidro.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

A audiodescrição leva em consideração que tudo o que pode ser visto pode ser descrito, sendo um serviço de apoio à comunicação, cujo objetivo é traduzir o evento visual de qualquer tipo de mensagem, podendo ser considerada um produto de acessibilidade e um recurso da tecnologia assistiva, dando acesso à informação. Isso poderia contribuir com a localização dos deficientes visuais no interior das lojas, que seria mais um entrave na autonomia desse público para o processo de compra.

Todavia, ainda que haja leis estabelecidas para incentivar a acessibilidade, são poucas as empresas que se adaptam para receber toda população dentro do seu estabelecimento de forma que todos possam exercer de maneira independente suas ações, embora com limitações.

Como observado por Cunha (2021), a norma NBR 9050 reconhece o direito à acessibilidade nos espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos. Todavia, como confirmado, os discursos demonstram que ainda há falta de conhecimento sobre tal assunto por parte do mercado, dos proprietários e funcionários das lojas. Tudo isso ainda faz o cliente com deficiência passar por diversas barreiras, seja em ambientes físicos ou ambientes virtuais, na hora de comprar alguma mercadoria.

Sendo assim, ainda é preciso que as empresas considerem e proporcionem melhores condições para esse público, enxergando-os como potenciais comprados e não como problemas. E proporcionar a audiodescrição dentro das lojas é importante e pode contribuir com a inclusão, acessibilidade e autonomia da pessoa com deficiência visual na loja.

TEMA 5: Pisos táteis nas lojas e recursos ampliados para baixa visão

Quadro 39: Discurso do Sujeito Coletivo

Ideia Central – a implementação do piso tátil nas lojas, a utilização de etiquetas com escritas ampliadas e audiodescrição no interior da loja.
Discurso do Sujeito Coletivo
Para mim, tem que ter um piso tátil para que possamos andar com mais segurança dentro das lojas, uma identificação melhor onde tem as peças e os tipos de peças de roupas. Seria muito interessante uma audiodescrição dentro das lojas para melhor identificação das peças de roupas. Acho importante que deveria ter para os deficientes visuais com baixa visão as etiquetas bem grandes com nomes grandes, com valores, o preço da roupa grande.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Apesar do Estatuto da Pessoa com Deficiência postular que o poder público deverá promover mecanismos para tornar acessível a estrutura física dos ambientes, com adaptações que devem promover o amplo acesso por todas as pessoas, como colocado anteriormente, é comum haver lojas somente com escadas, não havendo elevadores ou rampas de acesso, tornando-se inadequado o acesso por pessoas com deficiência física. Assim, tais barreiras impedem o pleno acesso do usuário portador de deficiência. Fazem-se necessárias, então, adaptações para eliminação dessas barreiras, atendendo as normas de acessibilidade.

Além disso, as normas (NBR 9050/2020) determinam que haja desde entrada com rampa até balcão de atendimento, de tal forma que o estabelecimento se adapte a todos seus clientes e, principalmente, aos que possuem algum tipo de deficiência ou dificuldade de locomoção. No entanto, é preciso pensar o design universal de modo efetivo, pois as adaptações não são bem-vistas pelas pessoas com deficiência, pois o tempo todo estão tendo que se adaptar ao que não foi pensado na perspectiva universal.

Mesmo com as legislações supracitadas, Sousa *et al.* (2022) mostra, em sua pesquisa recente, que a presença de escadas sem identificação; a disposição de corredores com obstáculos não sinalizados; a dificuldade de acesso à loja física; a ausência de atendentes para auxiliar na leitura das etiquetas de vestuário; e o descumprimento às normas vigentes são ainda entraves encontrados pelas deficientes visuais. Isso corrobora com o Discurso Coletivo do sujeito coletivo (Quadro 39).

TEMA 6: Espaço entre as araras e departamentos de roupas

Quadro 40: Discurso do Sujeito Coletivo

Ideia Central - a hora da compra geralmente é cheia de muitos obstáculos, pois vejo que as lojas de moda não estão preparadas para nos receber.
Discurso do Sujeito Coletivo
Quando vou fazer compras, às vezes desisto porque nem sempre encontro roupas que me agradem. Os vendedores às vezes só te entregam uma peça de roupa e saem de perto. Os vendedores acabam colocando as peças erradas na nossa sacola e só percebemos quando chegamos em casa. É importante ter um bom atendimento nas lojas, não sei se por vexame ou pressa ou para bater a meta eles se mostram sempre desinteressados. Acho que se os espaços dentro da loja fossem mais ampliados, nos ajudaria muito.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

É possível observar que o cliente até tem interesse em realizar compras, mas encontra problemas ao chegar nos estabelecimentos. Os resultados mostram que as experiências vividas pelas pessoas com deficiência visual no ato da compra de vestuário, não são boas, pois não são atendidas as questões de acessibilidade, mobilidade e autonomia no interior dessas lojas de varejo de vestuário.

As experiências que ocorreram na loja no atendimento as pessoas cegas ou com baixa visão nem sempre são satisfatórias ou até mesmo concluída, e isso se torna cada vez mais frustrante para eles, pois, o respeito visto como uma das principais características e virtudes do ser humano segundo eles isso não ocorre, fazendo com que as pessoas com deficiência visual sejam cada vez mais excluídas do contexto e convívio social, dificultando-se assim a autonomia que tanto buscam especialmente quando se trata do contexto da moda.

Sousa *et al.* (2022) mostram que os desafios são ainda maiores quando se trata do reconhecimento da pessoa com deficiência visual como reais e potenciais consumidores na indústria da moda. Com base na teoria de legislação federal de acessibilidade, a lei 10.098/2000, determina que é obrigação dos locais públicos e privados e principalmente de estabelecimentos comerciais, especificar e garantir o acesso das pessoas com deficiência. O que não acontece na prática, segundo do Discurso do Sujeito Coletivo (Quadro 40).

Schneider *et al.* (2021) aponta que as experiências das pessoas com deficiência visual também devem estar relacionadas com as adaptações, no que se refere às questões voltadas para a mobilidade e acessibilidade dentro dos ambientes das lojas de varejo de vestuário, assim como também as informações necessárias que são de fundamental importância estarem explícitas nas peças de vestuário, e que isso raramente estão especificados.

Portanto, as lojas de varejo de vestuário não disponibilizam recursos assistivos que possibilitem e promovam o acesso, a inclusão e autonomia desse deficiente em seus ambientes.

4.4.2 CONCLUSÕES

As análises realizadas no presente estudo sobre os Discursos do sujeito coletivo revelaram que, apesar da legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei 13.146/15), reconhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), bem como as diretrizes sobre Acessibilidade na norma NBR 9050/2020, as Pessoas com Deficiência ainda enfrentam muitos entraves na hora de fazer uma compra em uma loja de roupas. Embora com a realização de políticas públicas, a criação de leis que dão direitos a essas pessoas, ainda assim, a sociedade não está preparada para atender essas pessoas. Em se tratando de moda, isso é muito mais perceptível ainda, pois é visível dentro do contexto da moda essa exclusão da pessoa com deficiência visual.

Essa afirmação, de visibilidade da exclusão de pessoas com deficiência visual no universo da moda, se dá com base na Lei 10.098/2000 quando determina como obrigação dos locais públicos e privados e principalmente de estabelecimentos comerciais promover o direito de acessibilidade das pessoas com deficiência e em muito desses ambientes não se percebe a preocupação da inclusão e não há especificações ou informações que identifique o local como acessível.

Outro aspecto em que se pode observar a exclusão da pessoa com deficiência visual no contexto da moda, se dá com base na NBR 9050/2020 quando determina que é obrigatório o uso de simbologia gráfica nos ambientes, cuja finalidade além de promover a inclusão está em identificar esses ambientes como acessíveis. Mas isso de fato não ocorre, pois na grande maioria das lojas de vestuário, quando se trata de estabelecimentos comerciais, não é possível identificar tais especificações, embora estas obrigações estejam previstas em leis.

Dessa forma, observa-se que a democratização da moda com os direitos de inclusão ainda anda a passos lentos, e que as lojas de departamento ainda têm muito a fazer para que de

fato se tenha uma moda mais inclusiva e democrática para com as pessoas com deficiência visual.

Tais dificuldades já iniciam na porta da loja com problemas de acessibilidade, como a falta de pisos táteis, corrimãos, descrições em *braille* dentre tantos outros fatores. Constatou-se com os resultados da pesquisa de campo, como é importante para esse público se sentir independente, autônomo e capaz de realizar atividades, mesmo que necessitem de auxílio, uma vez que querem ser vistos pela sociedade, não como problema, e sim como clientes em potencial.

Sendo assim, faz-se necessária uma fiscalização mais rigorosa por parte do poder público para o cumprimento das leis. Os lojistas precisam se conscientizar, investindo mais em capacitação de seus funcionários, visto que esse é um dos problemas mais recorrentes. A sociedade em geral também precisa despertar ainda mais para essa realidade.

Diante do exposto, nos Discursos do Sujeito Coletivo selecionaram-se, entre os temas das categorias de análise, os principais elementos para compor a proposta do guia com diretrizes para auxiliar a acessibilidade e autonomia de deficientes visuais no ato da compra de vestuário em lojas de varejo de moda. No capítulo 5, apresenta-se o guia com as propostas de diretrizes para promover a inclusão das pessoas com deficiência visual no universo da moda.

5 GUIA INFORMACIONAL PARA AUXILIAR NA ACESSIBILIDADE DOS DEFICIENTES VISUAIS NO ATO DE COMPRA DE VESTUÁRIO NO INTERIOR DA LOJA FÍSICA

Com o objetivo de propor um guia com diretrizes voltadas para a acessibilidade e autonomia no ato da compra por pessoas com deficiência visual em lojas de varejo de vestuário, a proposta está apresentada com base na teoria abordada na dissertação, na entrevista realizada com o grupo focal, nas pesquisas documentais, assim como na experiência e vivências do autor dentro das lojas de varejo de vestuário, na qual já vivenciou e presenciou diversas situações de pessoas com deficiência visual no ato da compra de vestuário e moda.

O guia foi pensado de modo que desperte a atenção da indústria da moda, dos lojistas, empresários, colaboradores e de quem se fizer necessário, para fazer com que os olhares sejam voltados para as pessoas com deficiência visual e, assim, promover a inclusão dessas pessoas nesses contextos. As diretrizes apresentadas estão asseguradas com base nas leis já estabelecidas pela LBI nas teorias e com possíveis adaptações que visam a melhorar a vida diária dos deficientes, e outras foram pensadas com base no discurso do sujeito coletivo bem como nas falas dos entrevistados durante a realização do grupo focal.

O guia apresenta ilustração de acordo com as diretrizes elaboradas e pensadas, mas para além das diretrizes, apresentam-se outros fatores importantes a serem observados e que por muitos passam despercebidos, como, por exemplo, as datas em que se comemoram o dia da pessoa com deficiência, dicas, leis e outras informações que estão presentes no guia.

As diretrizes de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual em lojas de varejo de vestuário propostas pautam-se nas Ideias Chave do Discurso do Sujeito Coletivo, fundamentando-se na base teórica da dissertação e pontua-se que dentro de algumas expressões-chave identificam-se mais de uma possibilidade de diretrizes.

1ª Ideia Central – **Colaboradores treinados**: Falta de capacitação e treinamentos mais qualificados para os atendentes das lojas de vestuário, pois não têm paciência e não sabem precisar ou descrever as características de uma roupa de modo que se consiga fazer nossas associações.

2ª Ideia Central - **Etiquetas *braille*, táteis, relevo e QR CODE**: as roupas não apresentam uma boa identificação, principalmente quando se fala das questões das etiquetas, pois são as etiquetas que podem trazer alguma identificação da peça de vestuário e detalhes como frente ou costa.

3ª Ideia Central – **Aplicativo para celular**: poderia ser desenvolvido um aplicativo que descreva a roupa com audiodescrição, identificando os tipos, os modelos e demais detalhes.

4ª Ideia central – **Audiodescrição na loja**: geralmente é a pessoa acompanhada o deficiente visual que descreve os detalhes da roupa na hora da compra. As portas das lojas também foram citadas, sugerindo mudanças nas portas, pois a maioria são portas de vidro, que podem ocasionar acidentes a pessoas de baixa visão, como bater com o rosto no vidro.

5ª Ideia central - **Pisos táteis nas lojas e recursos ampliados para baixa visão**: a implementação do piso tátil nas lojas, a utilização de etiquetas com escritas ampliadas e audiodescrição no interior da loja.

6ª Ideia central - **Espaço entre as araras e departamentos de roupas**: na hora da compra, as lojas geralmente são cheias de muitos obstáculos porque as lojas de moda não estão preparadas para receber os deficientes visuais.

Dessa forma, os participantes da pesquisa apontam que as pessoas com deficiência visual não buscam e nem querem ser tratadas de forma especial ou como incapacitadas. Diferente disso, os deficientes visuais deixam claro que buscam pela equiparação de igualdade, ou seja, embora exista uma limitação no exercício de algumas atividades diárias, mas que, se forem tratados com mais naturalidade e sem discriminação, podem socializar e realizar qualquer atividade.

Dentro do contexto da moda, os deficientes visuais apontam a importância de serem percebidos dentro da indústria, com a disponibilidade de mais elementos de moda, que os representasse, com estilo, tendências e conceitos que sejam pensados para eles. A inserção desses elementos faz-se importante, pois poder olhar para uma peça de vestuário, um calçado, um acessório idealizado e projetado para ele, isso vai fazer com que se sintam mais pertencentes ao universo da moda. A exclusão é percebida dentro da indústria da moda, quando não se identifica um painel de público-alvo, uma persona ou um painel de tendência, que seja pensado e planejado para uma pessoa com deficiência visual.

Portanto, diante das questões apresentadas e das diretrizes identificadas, a partir do discurso do sujeito coletivo, assim como da teoria abordada, apresenta-se o guia, desenvolvido como produto da presente dissertação e que tem como objetivo garantir a acessibilidade e autonomia de deficiente visual em loja de varejo de vestuário no ato da compra.

GUIA PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTE VISUAL EM LOJA DE VAREJO DE VESTUÁRIO



Jailson Oliveira Sousa

orientadora: Icléia Silveira



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

**PPG
MODA
UDESC**
/////

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM MODA

CEART

CENTRO DE ARTES, DESIGN E MODA

An illustration of a woman with short brown hair and glasses, wearing a black turtleneck and a long green skirt, walking with a cane on a sidewalk. In the background, there is a clothing store window with mannequins wearing green and white outfits. The sidewalk has a red tactile paving strip. The background is a light orange wall.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE ARTES, DESIGN E MODA - CEART
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODA – PPGMODA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESIGN DE VESTUÁRIO E MODA

**GUIA PARA A ACESSIBILIDADE DE
DEFICIENTE VISUAL EM LOJA DE VAREJO DE
VESTUÁRIO**

Jailson Oliveira Sousa / Orientadora: Icléia Silveira

Florianópolis

2023

GUIA PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTE VISUAL EM
LOJA DE VAREJO DE VESTUÁRIO

Autor: Jailson Oliveira Sousa

Orientação: Icléia Silveira

Editoração: Jailson Oliveira Sousa

Ilustrações: Heloisa Boing Barni

Voz da audio descrição: Luana Nascimento Fontenele

APRESENTAÇÃO

O caminho para a inclusão da pessoa com deficiência ainda ocorre em um processo muito lento, especialmente quando se fala de inclusão no contexto da moda, e isso se percebe de modo que a todo momento precisa falar-se de inclusão dentro da indústria. Esse processo de compreensão por parte da indústria da moda se faz cada vez mais necessário, pois, a todo momento, as pessoas com deficiência precisam “gritar” para que possam ser vistas, percebidas e ouvidas. E, com isso, compreende-se que, para que haja maior conscientização, se faz necessário informar cada vez mais a respeito do contexto da pessoa com deficiência, a respeito dos anseios em relação à moda.

Quando se trata de discussões a respeito da inclusão de pessoas com deficiência visual dentro da indústria da moda, ainda se mostra um processo que requer mudanças significativas, que vai desde o comportamento individual e social da sociedade como um todo até a criação e implementação de políticas públicas para promover a inclusão de fato dessas pessoas. As pessoas com deficiência visual assim como todas as outras deficiências, não querem serem vistas pela sociedade com olhares de estranhamento ou de pena ou sequer serem vistas como pessoas incapazes de exercerem suas atividades diárias. Que as mudanças de comportamento da sociedade e da indústria possam fazer com que haja um tratamento mais adequado e sem discriminação com as pessoas com deficiência.

Assim, no sentido de orientar, informar e conscientizar a sociedade, o indivíduo, as lojas de varejos de vestuário, assim como toda a cadeia produtiva da indústria da moda, sobre os anseios, desejos e necessidades da pessoa com deficiência visual, diante de todos esses cenários, especialmente no que tange ao ato da compra de vestuário em lojas de varejo de vestuário, este guia apresenta diretrizes que possam vir a ser implementadas nos ambientes de lojas de varejo, de tal modo que atendam as limitações e barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual no seu dia a dia no momento da realização de compras de vestuário, assim como se busque promover a inclusão dessas pessoas dentro do cenário do vestuário e moda e, com isso, possibilitar a autonomia e acessibilidade das pessoas com deficiência visual no interior das lojas de varejo de vestuário.

ÍNDICE

Apresentação.....	04
Como se referir à pessoa com deficiência.....	06
Importante saber.....	08
Para quem?.....	09
Diretrizes.....	10
Treinamento de colaboradores.....	11
Etiqueta em braille.....	12
Etiqueta tátil (relevo).....	13
QR <i>CODE</i>	14
Aplicativo para celular.....	15
Audiodescrição.....	16
Piso tátil.....	17
Recursos ampliados.....	18
Departamentos de vestuário inclusivo.....	19
Referências.....	21

COMO SE REFERIR À PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

É comum as pessoas sem deficiência terem dúvidas de como se direcionar a uma pessoa com deficiência e, muitas vezes, essas pessoas têm medo ou sentem-se desconfortáveis diante de uma pessoa com deficiência, seja por medo de falar termos errôneos ou de constranger a pessoa ou ainda por sua ignorância ou simplesmente pelo fato de não saber quais termos devem ser usados. Mas o fato é que, para que não ocorra isso, as pessoas sem deficiência devem estar mais atentas às diferenças que podem ser observadas ao seu redor e buscar conhecer e aprofundar-se em relação ao universo da pessoa com deficiência. Um fato importante:

Há pessoas que já nascem com deficiência e pessoas que se tornam deficientes temporários ou permanentes.

Não precisa ter algum tipo de deficiência para buscar conhecimentos sobre o assunto.

A principal questão que se deve compreender e entender para não se expressar erroneamente diante de uma pessoa com deficiência é o significado da palavra “portar”, pois, por muito tempo a sociedade se referia às pessoas com deficiência como “pessoas portadoras de deficiência” e faz-se entender que portar quer dizer alguém que leva algo ou carrega algo, como se isso fosse uma opção da pessoa.

De acordo com a SEID (2017):

“[...] não é correto dizer que uma pessoa é portadora de deficiência, porque quem porta alguma coisa pode a qualquer momento deixar de portá-la. Por exemplo, não dizemos que uma pessoa é “portadora de olhos castanhos” e sim, que a pessoa tem olhos castanhos”. Ter olhos castanhos é uma característica de propriedade da pessoa, assim como ter uma deficiência” (SEID, 2017, p. 11).

Para tanto, faz-se saber que a Lei nº 12.435/2011, que altera a Lei nº 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, já adota a nova terminologia desde julho de 2008 (“pessoa com deficiência”) e faz constar da lei alterada, em seu art. 20, §2º, I, o conceito de pessoa com deficiência trazido pela Convenção da ONU e, assim, está consentânea com o

sistema constitucional brasileiro. Desta forma, esse é um primeiro passo a saber quando se direcionar a uma pessoa com deficiência.

Outro ponto importante e que não deve ser usado ao se direcionar a uma pessoa com deficiência são termos como “aleijadinho” “incapacitado” “coitadinho” “ceguinho”, pois todos esses termos passam uma ideia de negatividade, de constrangimento e isso não é bem recebido pelas pessoas com deficiência, além de passar uma ideia de diminuição da pessoa. Portanto, o mais recomendado ao direcionar-se a uma pessoa com deficiência é chamá-la por seu nome, e se, por ventura, você não a conhece, o primeiro passo é perguntar como ela se chama e em seguida apresentar-se.

Nunca se refira a uma pessoa com deficiência pela sigla “PCD”.

Em relação a referir-se a uma pessoa com deficiência visual cega, sempre pergunte o nome dela, em seguida se apresente falando seu nome, e um ponto essencial em sua apresentação é fazer sua descrição, especialmente se este for seu primeiro contato com ela, pois a partir disso a pessoa cega vai construir no seu consciente as características em relação a sua pessoa. Nunca grite ou fale em tom mais alterado diante de uma pessoa cega, pois elas têm a audição mais apurada, caso seja necessário falar mais alto, ela vai pedir que você altere o tom de voz.

Respeito às diferenças, tratamento de igualdade e bom senso são princípios importantes para a relação com pessoas com deficiência.

IMPORTANTE SABER!

O decreto federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, enquadra as deficiências em cinco tipos: física, auditiva, intelectual e múltipla; a lei 12.764, de 27 de dezembro, passa, também, a considerar a pessoa com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência.

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nas áreas do transporte, da comunicação e da sinalização.

A lei 11.126, de 27 de junho de 2005, dispõe sobre o direito da pessoa cega ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia.

A lei nº 4.169, de 04 de dezembro de 1962, oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o código de contrações e abreviaturas Braille.

PARA QUEM?

Esse guia foi desenvolvido para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência visual, e quem pode se utilizar dele são as lojas de varejo de vestuário de pequeno, grande e médio porte, que tenham interesse de promover a inclusão e que queiram proporcionar um ambiente acessível e com características que permita a pessoa com deficiência visual ser autônoma e consiga exercer o ato de compra com mais facilidade e que esta possa escolher suas próprias peças de vestuário, ainda pode se utilizar desse guia todo e qualquer tipo estabelecimento de qualquer seguimento que tenha o interesse de promover a inclusão podendo assim adaptar, aprimorar e propor outras diretrizes inclusivas. Destaca-se assim, que este guia apresenta na sua essência e de modo geral a abordagem da universalidade. Para isso, Melo (2006, p.17) “O Design Universal (*Universal Design*), ou Design para Todos (*Design for All*), diz respeito ao desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado.”. Desse modo, faz-se necessário compreender que as diretrizes propostas neste guia são com intuito de promover a inclusão da pessoa com deficiência visual no contexto da moda, assim como contribuir para a execução das ações dessas pessoas nas suas vivências e experiências no ato da compra de vestuário em lojas de varejo, de modo a facilitar a execução dessas ações. Ademais, destaca-se a importância de sempre pensar a universalidade com base nos sete princípios do design universal a fim de promover, implementar e projetar para todos sem distinção.



DIRETRIZES INCLUSIVAS

CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES

Conforme Sousa *et al.* (2022), esse é um dos principais entraves quando se trata da inclusão de pessoa com deficiência visual no varejo de moda, entrave esse que impossibilita cada vez mais a inserção e a inclusão dessas pessoas no varejo de moda, assim como pode ser observado no discurso do sujeito coletivo quando se trata da falta de um atendimento mais humanizado.

Observa-se que, diante dessa questão, pode se pensar maneiras e possibilidades de capacitação dos colaboradores no ambiente de lojas de varejo de vestuário, de modo a começar a se pensar uma maior sensibilização com a forma com que se trata a pessoa com deficiência visual no momento da compra de vestuário.

Essa diretriz tem como proposta buscar formas de preparar e capacitar o colaborador de uma loja de varejo de vestuário, o primeiro passo na capacitação é a apresentação das leis vigentes pela LBI, é deixar o colaborador ciente dessas leis que elas existem e precisam ser cumpridas, outra forma é a inserção desse colaborador no universo da pessoa com deficiência visual para que haja uma sensibilização.

E por fim, o colaborador deve conhecer todo o contexto da loja e dos produtos especialmente as características relacionadas ao vestuário, para que possam fazer a descrição mais precisa possível para a pessoa com deficiência visual.



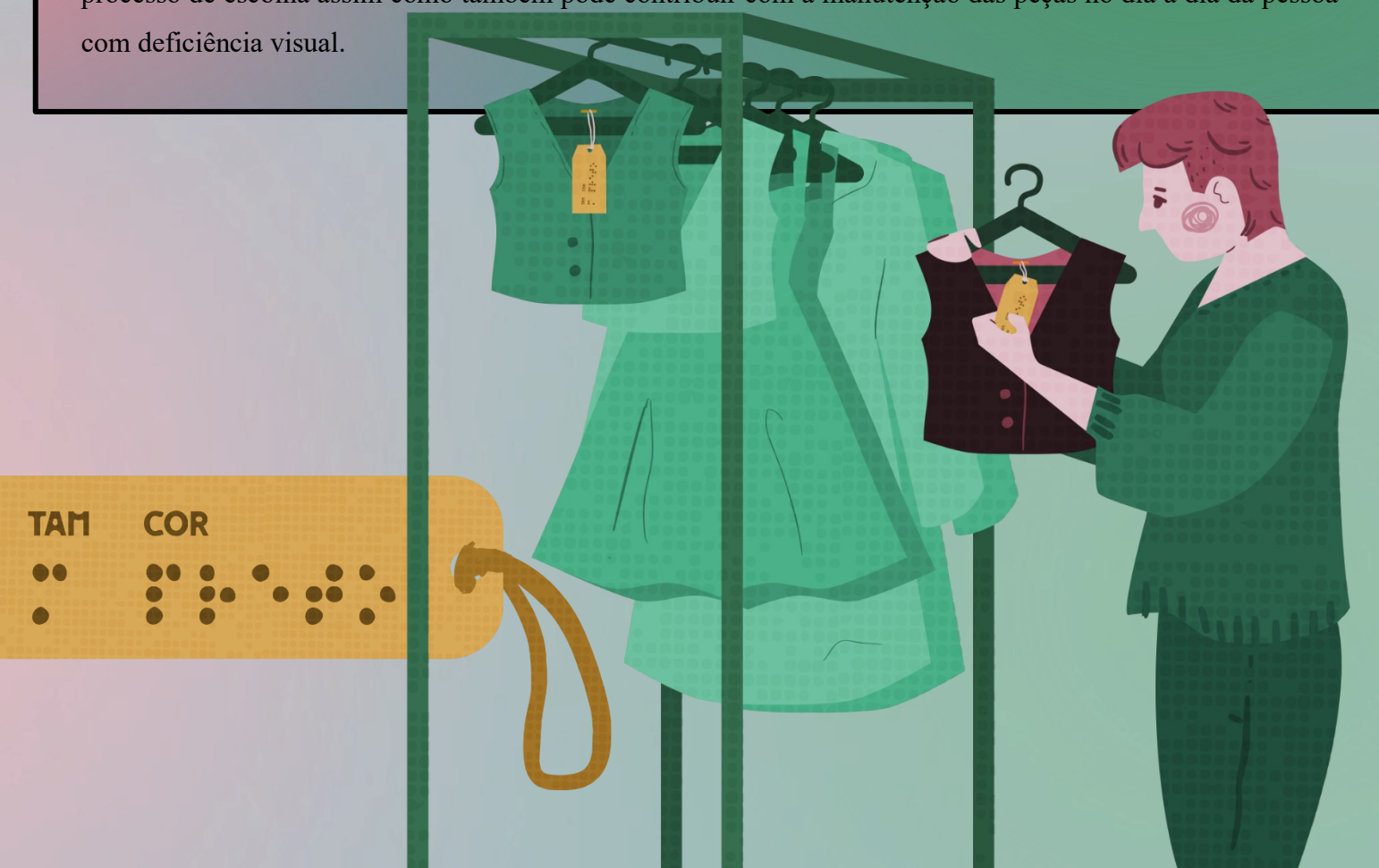
ETIQUETAS EM BRAILLE

Orsi *et al.* (2015) apontam o sistema *Braille* como um dos principais recursos existentes para o auxílio da pessoa com deficiência visual. Destaca-se o *Braille* como um sistema de leitura e escrita em relevo, é por meio desse sistema que se faz a alfabetização da pessoa com deficiência visual.

O uso do *Braille* como diretriz a ser implementada pelas lojas de varejos de vestuário pode contribuir de forma significativa para a acessibilidade e autonomia no ato de compra de vestuário por pessoas com deficiência visual, pois o uso de etiquetas em *Braille* facilita o processo de compra pelo deficiente.

Nas etiquetas em *Braille* podem serem impressas tanto os aspectos estéticos quanto os simbólicos de uma peça de vestuário, assim como as características da peça por exemplo as cores, as formas, as texturas, os modelos e outros. Ainda, as especificações como o preço e tamanho.

Desta forma observa-se que o Braille contribui de forma significativa na vida diária da pessoa com deficiência visual, proporcionando assim maior autonomia no momento da compra de vestuário, pois por meio do Braille a pessoa com deficiência visual pode obter as informações necessárias facilitando assim o seu processo de escolha assim como também pode contribuir com a manutenção das peças no dia a dia da pessoa com deficiência visual.



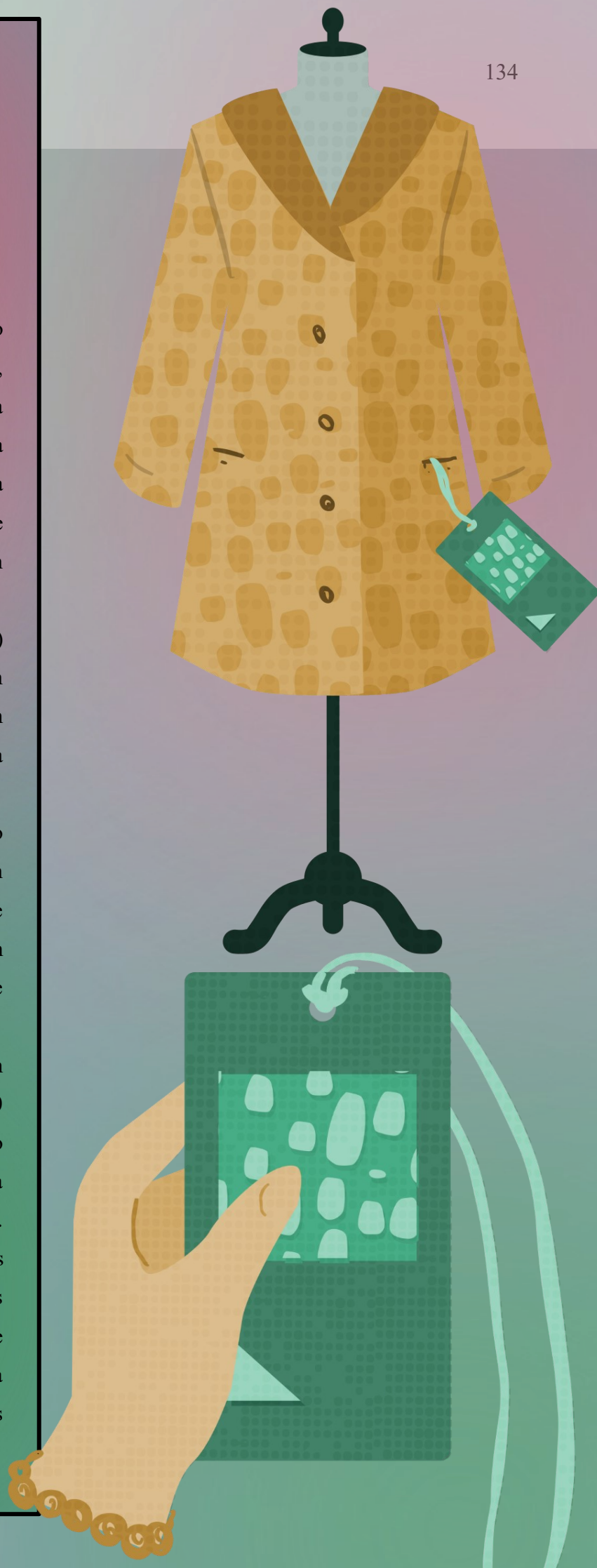
ETIQUETAS TÁTIL (RELEVO)

A partir da teoria de Bersh (2017) quando apresenta as categorias de tecnologias assistivas, a autora aponta que essas categorias atendem a objetivos específicos e funcionais de cada categoria elaborada. Com isso, quando a autora cita as categorias quanto aos recursos de acessibilidade a autora pontua a impressão em alto relevo.

Nunes, Dandoline e Souza (2014) também pontuam alguns recursos em que foram utilizados o alto relevo como por exemplo um relógio com a identificação dos número e uma caneta que produz em alto relevo.

Com isso, o discurso do sujeito coletivo também pontuou a elaboração de etiquetas em relevo, pois seria uma outra forma de acessibilidade e autonomia da pessoa com deficiência visual identificar os elementos e características de uma peça de vestuário.

Com isso, propõem-se a etiqueta tátil em relevo, com base nas normas da NBR 9050 (2020) quando da simbologia gráfica quando apresentadas por meio de uma figura ou forma devendo ser legível e de fácil compreensão. Assim, com essa diretriz a etiquetas táteis (relevo) podem serem apresentadas as especificações de uma estampa de um peça de vestuários, em que apresente as formas dessa estampas assim como os elementos constituintes na estampa.



ETIQUETAS QR CODE

O discurso do sujeito coletivo apontou que a criação de etiquetas em QR CODE também facilitaria muito quando se fala de acessibilidade e autonomia no ato da compra de vestuário, pois está diretamente relacionado aos recursos tecnológicos.

Para Reinaldi, Camargo Júnior e Calazans (2011), as tecnologias são fatores importantes na promoção de inclusão da pessoa com deficiência visual, especialmente quando se trata de inclusão digital.

Contudo, essa diretriz abarca uma série de possibilidades que podem ser implementadas quando se trata dos recursos de tecnologias, pois o que pode ser observado dentro do grupo focal é que nem todos tem domínio de leitura em *Braille*, mas todos tem acesso a um aparelho de celular e todos conseguem mexer.

Desta forma a etiqueta em QR CODE pode apresentar característica como a audio descrição, que está como outra diretriz proposta nesse guia, pois a pessoa com deficiência visual utiliza-se desse recurso no aparelho celular na qual utilizam o sistema *talk back* que já vem implantados nos aparelhos de celular.

Com a diretriz do QR CODE as lojas de varejo de vestuário podem colocar diversas informações, especificações das peças como modelagem, estilo, tendências e outros que vai auxiliar na acessibilidade e autonomia da pessoa com deficiência visual no ato da compra de vestuário.



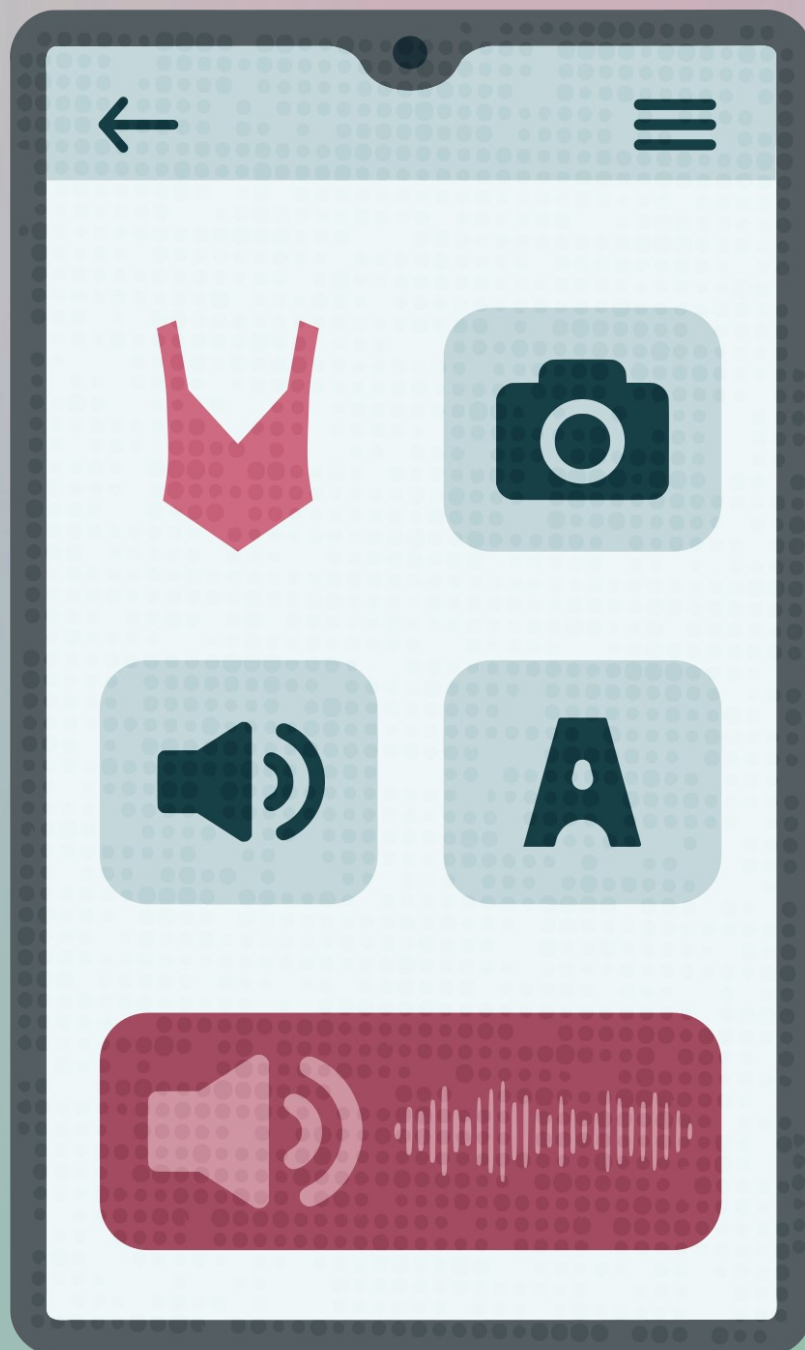
APLICATIVO PARA CELULAR

Com base no discurso do sujeito coletivo, que consiste na elaboração de uma metodologia para a criação de um aplicativo que objetiva identificar as características de uma peça de vestuário, pensou-se estabelecer esse aplicativo como uma diretriz.

Quando se trata da acessibilidade e inclusão digital para Bittar (2013, p. 14) “Acessibilidade pode ser interpretada como a possibilidade de utilização de recursos de maneira universal, sem barreiras ou utilizando vias alternativas para seu acesso e utilização.”

Contudo, a presente diretriz tem como objetivo mais que apenas identificar características de uma peça de vestuário, mas que com esse aplicativo a pessoa com deficiência visual possa acessar o ambiente de uma loja com muito mais autonomia, podendo chegar à determinada arara de roupa, ao vestiário, ao caixa sem que seja necessária a intervenção de terceiros.

Com o aplicativo podem serem consideradas várias ações que possibilite o acesso do deficiente visual no interior da loja, e se assim for pensado e desenvolvido um aplicativo com consciência, baseado na realidade e dificuldades enfrentadas pelo deficiente visual e implementados boas práticas no desenvolvimento pode-se assim promover cada vez mais a inclusão nas lojas de varejos.



AUDIODESCRIÇÃO NAS LOJAS

A audiodescrição foi identificada durante o discurso do sujeito coletivo, pois o discurso aponta a importância de implementação desse recurso no interior das lojas; esse fator não somente melhoraria a descrição de peças de vestuário como também facilitaria a mobilidade no interior da loja.

É observado que as lojas de varejo não dispõem de tal recurso, impossibilitando, assim, o melhor desempenho do deficiente visual no ato da compra, além de fazer com que o deficiente seja sempre dependente de terceiro, ou seja, não se percebe uma preocupação das lojas de varejo quando se trata da acessibilidade, o que faz com que não se perceba atitudes reais por parte dessas lojas.

Desta forma, a audiodescrição como diretriz pode promover a acessibilidade e autonomia de moda que sejam pensadas e implementadas no interior da loja recurso auditivos que possam descrever as características internas da loja, de forma a proporcionar ao deficiente visual mobilidade.

A audiodescrição ou identificador pode ser fundamental para a pessoa cega e com baixa visão, pois um fato recorrente apontado pelo discurso do sujeito coletivo é em relação as portas de vidros, pois quando não identificadas a pessoa com baixa visão sempre dar de cara com o vidro, então essa diretriz pode contribuir de modo a identificar um elemento como esse.

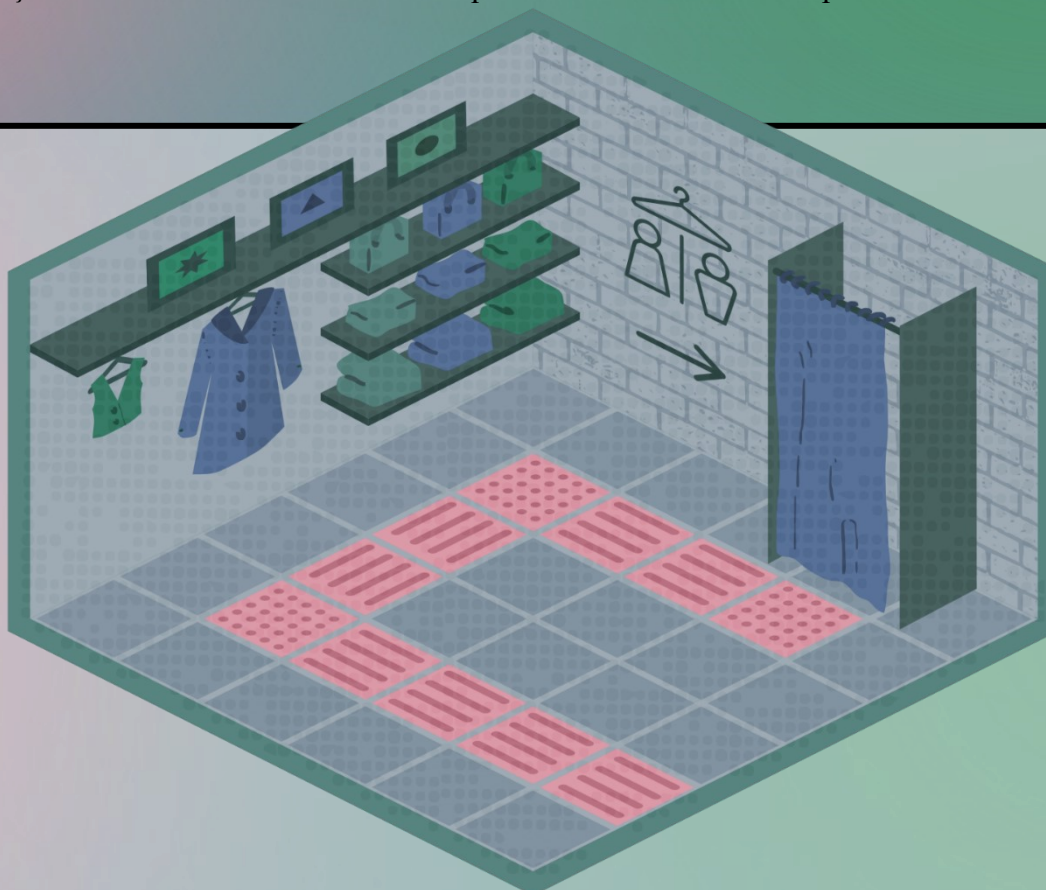


PISOS TÁTEIS

Conforme Sousa *et al.*, (2022), os desafios ainda são muitos quando se trata da inclusão de pessoas com deficiência visual no universo da moda, pois a indústria da moda não atende a esse público como potenciais consumidores. Mas o fato é que, embora havendo leis que determinam a obrigatoriedade de implementação de recursos acessíveis nos locais públicos e privados, e principalmente em estabelecimentos comerciais, ainda assim não está garantido o direito de acesso da pessoa com deficiência visual, conforme consta na Lei 10.098/2000.

Nessa diretriz proposta, o discurso do sujeito coletivo mostrou que nem uma loja de varejo de vestuário implementa o piso tátil, pois esse é um dos principais recursos de acessibilidade da pessoa com deficiência visual especialmente quando se trata de mobilidade. Ainda segundo o discurso do sujeito coletivo, é com o piso tátil que a pessoa com deficiência visual pode andar com mais segurança, e uma vez que as lojas implementem o piso, além de garantir a segurança, também pode melhorar a experiência de compra de vestuário dentro das lojas de varejo.

Portanto, conforme dispõem o art. 28 da LBI é preciso a garantir condições de acesso por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.



RECURSOS AMPLIADOS

Para Bersh (2013), quando se refere a recursos voltados para pessoas com baixa visão ou visão subnormal, existem auxílios ópticos, lentes, lupas manuais e lupas eletrônicas; os softwares ampliadores de tela. Apresentam-se esses aspectos considerando o discurso do sujeito coletivo quando apontou essa necessidade dentro do ambiente da loja, que deveriam ser implementados recursos ampliados, para facilitar para uma deficiente visual com baixa visão poder identificar os preços, a descrição dos produtos.

Portanto, a implementação de recursos ampliados pode se dar por diversas formas, seja por meio de escrita com letras e numerações maiores, seja por meio de recursos tecnológicos, como já apontado nas diretrizes do *QR CODE*, do aplicativo e da audiodescrição.

É importante que as lojas de varejo de vestuário percebam que com a advento dos avanços tecnológicos esses tem facilitado cada vez mais o acesso à informação e especialmente a inserção e a interação do deficiente visual no contexto social.

Portanto, é preciso pensar a acessibilidade sob a perspectiva universal, de modo que não somente se adapte para o deficiente, mas que seja pensado para um todo.



DEPARTAMENTO DE ESTILOS

É muito comum observar, em lojas de varejo de vestuário, a divisão dos departamentos por estilo, casual, contemporâneo, glamour, *street*, dentre todos os outros estilos que podem ser identificados, todos esses departamentos estão direcionados e planejados para um público específico e foram pesquisados a partir de desejos e necessidades desse público.

Quando se trata de pensar a moda inclusiva, o fator retorno financeiro é o mais questionado, que não há viabilidade e que não dá para fazer. Mas as lojas de varejo precisam de fato começar a executar o design universal com base em todos os princípios.

Com isso, essa diretriz visa o desenvolvimento de departamentos específicos para pessoas com deficiência visual, com intuito de facilitar a acessibilidade e autonomia desse usuário no interior da loja e ainda promover a inclusão no universo da moda.

Isso se torna possível, pois, observa-se que dentro das lojas de varejo têm sempre uma equipe de criadores para cada departamento presente dentro da loja, assim como as pessoas sem deficiência as pessoas com deficiências mais que apenas necessidades elas também têm desejo, assim como gostam de andar na moda. No discurso do sujeito coletivo foi identificado que eles apontam que deveria se criar elementos de moda pensados para eles e que os melhor representasse.



Promover a inclusão da pessoa com deficiência visual no universo da moda é muito mais que adaptar uma peça de roupa. Promover a inclusão é pensar moda, planejar estilos e executar as tendências para todos, de forma universal.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Tecnologia e Educação. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3p4glFp>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, s.p. Disponível em: <https://bit.ly/3l8WKly>. Acesso em: 09 set. 2021.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Disponível em: <https://bit.ly/3mWmYZf>. Acesso em: 8 set. 2021.

JABUR BITTAR, Thiago. **Um abordagem de apoio as boas práticas para o desenvolvimento de aplicações web acessíveis**. Tese (Doutorado - Programa de pós graduação em Ciência da Computação E Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-19042013-150117/pt-br.php> Acesso em: 28 de fev. De 2022.

SOUSA, J. O.; BABINSKI JÚNIOR, V.; DA ROSA, L.; SILVEIRA, I. Acessibilidade no varejo de moda: entraves e possibilidades no atendimento aos consumidores cegos. **Revista Poliedro**, Pelotas, Brasil, v. 6, n. 8, p. 055–073, 2022. DOI: 10.15536/2594-4398. 2022.v6.n8. pp.055-073.2705. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/poliedro/article/view/2705>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ORSI Medola, Fausto, Rossi, Andressa, Paschoarelli, Luis Carlos, de Oliveira, Driéli Valério, Faganello, Laís Regina. **Aspectos Inclusivos da Moda com Foco nas Pessoas com Deficiência Visual**. ModaPalavra e-periódico [en linea]. 2015.

REINALDI, L. R.; CAMARGO JÚNIOR, C. R. de; CALAZANS, A. T. S. **Acessibilidade para pessoas com deficiência visual como fator de inclusão digital**. Universitas: Gestão e TI, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 35-61, 9 nov. 2011. Centro de Ensino Unificado de Brasília. Disponível em: <https://bit.ly/3v3Az4Y>. Acesso em: 20 set. 2021.

Superando as diferenças: Dicas e orientações de como se relacionar com pessoas com deficiência / Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com deficiência (SEID) / Ed. 2017. 32p.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa e os resultados encontrados são frutos da inquietação do autor desde quando apresentou sua primeira pesquisa sobre moda inclusiva, assim como sua vivência e sua trajetória dentro de uma loja de varejo de vestuário. Enquanto atuava como visual *merchandising* em uma loja de *fast fashion*, em 2017, na cidade de Teresina-PI, pôde perceber muitos problemas quando se tratava de inclusão das pessoas com deficiência visual no ambiente dessa loja, assim como de várias outras lojas, quando o autor buscava entender se acontecia o mesmo que observava onde trabalhava.

A exclusão foi percebida desde a falta de produtos pensados para a pessoa com deficiência visual, como a falta de acessibilidade e autonomia para os deficientes nesse espaço. Além disso, foram observadas questões como a falta de humanidade por parte dos colaboradores no atendimento de pessoas com deficiência visual. A grande questão era, portanto, o que fazer para que a pessoa com deficiência visual pudesse ter mais acesso ao espaço físico da loja de varejo de vestuário, de modo que tivesse autonomia de escolha e que esse ambiente da loja fosse mais acessível no ato da compra de vestuário por pessoa com deficiência visual e, assim, com esse questionamento se deu o ponto de partida para a definição do problema de pesquisa e a definição do objetivo deste estudo.

Diante do problema de pesquisa, retoma-se o objetivo geral, que foi propor o desenvolvimento de um guia que auxilie na acessibilidade e autonomia dos deficientes visuais no ato da compra de vestuário. Com isso, elencam-se os objetivos específicos referentes à teoria apresentada; realizou-se a caracterização dos deficientes visuais, este objetivo foi embasado e cumprido por meio da fundamentação teórica, que tratou do contexto dos deficientes visuais, das especificidades, características e nomenclaturas corretas; os princípios do design universal foram contemplados e apresentados com base na teoria dos sete princípios do desenho universal. O papel das tecnologias assistivas foram elucidados, o que mostrou que esses recursos existem e podem ser explorados para que aconteça de fato a inclusão da pessoa com deficiência visual nos diferentes contextos, bem como auxiliá-la na vida diária. Por fim, o último objetivo específico foi cumprido, pois abordou as diretrizes básicas de acessibilidade, conforme exposto na lei 10.098.

Diante desse contexto apresentado nos objetivos específicos, foi possível concluir que mesmo existindo essa lei, as lojas de varejo de vestuário não buscam promover e tampouco implementam os critérios de acessibilidade impostos pela lei, e uma vez que não são cumpridas as diretrizes de acessibilidade, percebe-se que se torna cada vez mais difícil promover a inclusão

da pessoa com deficiência visual no contexto da moda. Portanto, identificou-se que ainda há muito a fazer quando se trata desse contexto de inclusão e acessibilidade, e um dos meios a se fazer é a implementação e a realização de fiscalização mais eficiente nos ambientes de lojas de varejo, para garantir o cumprimento das leis implementadas.

Para além da fundamentação teórica, foi realizada uma pesquisa de campo com os deficientes visuais da instituição de apoio ao deficiente visual, a Associação dos Cegos do Piauí (ACEP), da cidade de Teresina-PI. Dessa forma, com base nos discursos dos participantes, constatou-se que os deficientes visuais demonstram que seus desejo e interesse de serem vistos por meio da moda são reais e, mais ainda, que eles sejam vistos como pessoas que também possuem estilo próprio e, especialmente, desejam ser vistos como potenciais consumidores.

Com os resultados da pesquisa, verificou-se uma série de informações necessárias a partir das quais é possível promover a inclusão da pessoa com deficiência visual no contexto da moda, assim como também evidenciou-se que, embora a pessoa com deficiência visual, não seja considerada como um público alvo em potencial, ela se mostra muito presente na indústria da moda, uma vez que está sempre em busca de informações relacionadas ao vestuário, que possam atender às suas necessidades e desejos enquanto consumidor.

No entanto, são notórias as muitas barreiras existentes, o que impossibilita cada vez mais o acesso dos deficientes. Nesse sentido, observou-se que a indústria da moda ainda se mostra muito excludente, principalmente quando se trata das questões econômicas, pois a indústria da moda acredita não ser lucrativo criar e desenvolver vestuário pensado nos aspectos inclusivos. No entanto, esse pensamento se mostra infundado e contraditório, considerando que no Brasil existem mais de 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência e, no caso específico de Piauí, ocupa o quarto lugar dos estados brasileiros com maior índice de pessoas com deficiência. Dessa forma, entende-se que o que existe mesmo é uma falta de vontade e de interesse por parte da indústria em promover a inclusão das pessoas com deficiência no contexto da moda.

Assim, a proposta apresentada atende ao objetivo geral da presente pesquisa, que é de propor um guia com diretrizes que auxilie e que faça com que as lojas de varejo de vestuário possam adotar meios de serem mais acessíveis e que promova a autonomia da pessoa com deficiência visual no ato da compra de vestuário. Sendo assim, a proposta pode contribuir de forma que a moda possa ser mais inclusiva e reconheça a pessoa com deficiência visual como potencial consumidora.

Nesse sentido, acredita-se que as diretrizes propostas no guia, além de garantirem a acessibilidade e a autonomia do deficiente visual, possam também promover maior

conscientização, humanização e sensibilidade por parte da indústria da moda como um todo e, principalmente, das lojas de varejo de vestuário, pois isso fará com que o deficiente visual se sinta inserido na sociedade como um todo e, assim, sentir-se motivado e capaz de realizar suas compras de vestuário com mais autonomia.

Destaca-se que a presente pesquisa aborda valores com vistas a contribuir para ampliação e discursão acerca do contexto da moda inclusiva, a fim de conscientizar e convidar pesquisadores futuros a aprofundarem-se na temática e, assim, desenvolver, na prática, as questões da inclusão na moda.

Por fim, conclui-se que há muito a ser feito. Contudo, acredita-se que com um pouco mais de esforço e perseverança, novas pesquisas irão aprofundar esse conhecimento produzido e abordado na presente pesquisa, e que apresentem novas formas e meios de abordar as questões inclusivas na moda.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 9050. ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS, 2015. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/pessoa-comdeficiencia/acessibilidade-a-edificacoes-mobiliario-espacos-e-equipamentosurbanos/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores Sociales. 7. Ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ARAÚJO, V. L. S.; CARVALHO, W. J. de A.; PRAXEDES FILHO, P. H. L. **A locução na audiodescrição para pessoas com deficiência visual:** uma contribuição à formação de audiodescritores (LOAD). Projeto de Pesquisa. Laboratório de Tradução Audiovisual (LATAV). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA). Universidade Estadual do Ceará (UECE). 2013.

BAPTISTA, A. H. N.; VILLAROUÇO, V.; MARTINS, L. B. **Método do Espectro de Acessibilidade.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23., 2003, Minas Gerais. Anais [...]. Ouro Preto: ENEGEP, 2003. p. 1-8. Disponível em: <https://bit.ly/3FoOYgx>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Tecnologia e Educação. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3p4glFp>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BEST, J. W. **Como investigar em educación.** 2. ed. Madri: Morata, 1972.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967. Disponível em: Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL, Retina. **Novos recursos da lupa do iOS.** 2020. Disponível em: <https://retinabrasil.org.br/tag/aplicativos-para-baixa-visao/>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 08/04/2021.

BRASIL. LEI Nº 10.098 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou

com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 25 dez. 2020.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Recomendações de Acessibilidade para Construção e Adaptação de Conteúdos do Governo Brasileiro na Internet. Departamento de Governo Eletrônico. Versão 3.0. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/eMAGv31.pdf>. Acesso: 01 mar. 2012.

BRITO, R. G. Go.; MELO, J. W. R. de. **Inclusão digital para pessoas com deficiência visual**: uma análise da acessibilidade nos sítios *web* do sistema de justiça do Tocantins. Humanidades & Inovações: Ciência, Tecnologia e Inovação para o avanço da sociedade, Tocantins, v. 8, n. 49, p. 251-264, 14 out. 2021. Mensal. Disponível em: <https://bit.ly/3HWJNWK>. Acesso em: 25 nov. 2021.

CAMPANA, A. R. **Análise da qualidade e usabilidade dos softwares leitores de tela visando a acessibilidade tecnológica às pessoas com deficiência visual**. Dissertação de Mestrado apresentado no curso de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da UNESP – Universidade Estadual Paulista, sob a orientação da professora Adj. Maria Cristina Gobbi, Bauru, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150749>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CARLETTTO, A. C. CAMBIAGHI, S. **Desenho universal**: um conceito para todos. Mara Gabrilli: São Paulo, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2YwAj2f>. Acesso em: 9 set. 2021.

CARVALHO, V. F.; SILVA, F. C.; OLIVEIRA, K. B.; SILVA, M. B.; BUOSI, R. B.; SIMÕES, V. A. P. **Tecnologias assistivas aplicadas a deficiência visual**: recursos presentes no cotidiano escolar e na vida diária e prática. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, v. 16, n. 1, p. 61-74, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2YMrvoQ>. Acesso em: 09 set. 2021.

COELHO, L. A. L. (Org). **Conceitos-chave em design**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Novas Ideias, 2008.

COELHO, Pedro Felipe da Costa; ABREU, Nelsio Rodrigues de. As Consequências das Falhas nos Encontros de Serviço em Shopping Centers: um estudo com consumidores deficientes visuais. **Revista Brasileira de Marketing**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 230-242, 30 jun. 2017. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/remark.v16i2.3475>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471755324001.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CONDE, A. J. M. **Definição de cegueira e baixa visão**. 2017. Disponível em: <https://www.stargardt.com.br/100-2/#:~:text=Ant%C3%B4nio%20Jo%C3%A3o%20Menescal%20Conde.,determinar%20formas%20a%20curt%C3%ADssima%20dist%C3%A2ncia>. Acesso em: 09 maio 2020.

CORREIA, P. V.; RIBEIRO, D. F. **Acessibilidade e usabilidade na web:** recursos utilizados para inclusão de usuários. *In: Revista Interface Tecnológica da FATEC Taquaritinga*. p. 7-17, jun. de 2016. ISSN online 2447-0864. Disponível em: www.fatectq.edu.br/Interfacetecnologica. Acesso em: 26 nov. 2021.

COSTA, L. C. A. da. **Acessibilidade web móvel para usuários cegos:** checklist para websites do comércio eletrônico. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Ppgci/Ufpb, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Cap. 6.

CUNHA, Diego Assunção. **Inovação como forma de garantir o direito à inclusão de estudantes deficientes** – uma breve revisão bibliográfica Universidade Federal do Triângulo Mineiro dissertação. Uberaba MG 2021.

CUSIN, Cesar Augusto; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. **Inclusão digital via acessibilidade web.** [Digital incluon via web accessibility. Liinc em Revista, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3189/2851>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

DIAS, C. **Usabilidade na web:** criando portais mais acessíveis. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

FARIA, Marina Dias de; SILVA, Jorge Ferreira. **COMPOSTO PARA RESTAURANTES: ATENDENDO CONSUMIDORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL**. Revista de Administração Revista FACES, 2015. ISSN: 1517-8900. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=194019752002>. Acesso em: 10 um. 2023.

DURAN, M. G.; ESTEVES, R. G. **Ações integradas para acessibilidade em escolas:** um caminho para a inclusão. *In: PRADO, A. R. de A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (Org.).*

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. **INTRODUÇÃO A AUDIODESCRIÇÃO**. Diretoria de Educação Continuada SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5299/1/Mod_1_Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Audiodescri%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

LEFEVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social:** um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do discurso do sujeito coletivo. Brasília, DF: Liber Livro, 2012. 224 p. (Pesquisa (Liber Livro); 20). ISBN 9788579630088.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul, RS: Edusc, 2003.

FARIA, Marina Dias; SIQUEIRA, Rodrigo Pereira; CARVALHO, José Luis Felício. Diversidade no Varejo: impactos de acessibilidade e inclusão na intenção de compra. **Revista Brasileira de Marketing**, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 231-259, 6 dez. 2013. University Nove de

Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/remark.v12i3.2343>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471747477010>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FREITAS, Ícaro Vitor Fernandes de; MELO, Francisco Vicente Sales. Acessibilidade no varejo brasileiro: o que pensa o consumidor deficiente? **Revista Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, Espanha, n. 30, p. 1-12, 2015. Outubro-Diciembre 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/04/consumo.html>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FONSECA, W. de N. T. da. **O uso do software dos vox na educação dos deficientes visuais**. 2012. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Mídias na Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012. Cap. 5. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/dosvox_educacao_waldercy_de_nazare_tavares_da_fonseca.pdf Acesso em: 27 nov. 2021.

FRAZ, J. N. *et al.* **Tecnologia assistiva**: produtos e serviços disponíveis na internet. Ponto de acesso, Bahia, v. 13, n. 3, p. 70-84, 17 mar. 2020. Quadrimestral. Disponível em: <https://bit.ly/2YBwWYc>. Acesso em: 29 set. 2021.

GABELLINI, Laryssa. **Quanto custa um aplicativo?** 2016.. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/laryssa-gabellini>. Acesso em: 21 jul. 2022.

GABRILLI, Mara; CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHIS, Silvana. **Desenho universal**: um conceito para todos. Disponível em: https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 5 de fevereiro de 2021.

GALVÃO FILHO, T. A. **A construção do conceito de Tecnologia Assistiva**: alguns novos interrogantes e desafios. Revista Entreideias, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3au3RAe>. Acesso em: 25 set. 2021.

GALVÃO FILHO, Teófilo. **Tecnologia assistiva para uma escola**: apropriação, demanda e perspectivas. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) –149 59 Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>. Acesso em: 28 jul 2022.

GALVÃO FILHO, Teófilo A. e DAMASCENO, Luciana L. As novas tecnologias e a tecnologia assistiva: utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial. Fortaleza, **Anais do III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação Especial**, MEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: GEN/Atlas, 2016a.

GRAVE, M. F. **A moda-vestuário e a ergonomia do hemiplégico**. São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: Disponível em: <https://bit.ly/3mWmYZf>. Acesso em: 8 set. 2021.

INOCÊNCIO, G. N. **O papel do gestor de TI na inclusão de pessoas com deficiência visual**. 2021. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação, Departamento Acadêmico de Saúde e Serviços, Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Cap. 5. Disponível em: <https://bit.ly/3cMjgN9>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ISO 9241-11 (ABNT, 2008) disponível em:
http://www.inf.ufsc.br/~edla.ramos/ine5624/_Walter/Normas/Parte%2011/iso9241-11F2.pdf

JABUR BITTAR, Tiago. **Um abordagem de apoio as boas práticas para o desenvolvimento de aplicações web acessíveis**. Tese (Doutorado - Programa de pós graduação em Ciência da Computação E Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-19042013-150117/pt-br.php> Acesso em: 28 de fev. De 2022.

LIMA, P. C.; FONSECA, L. P. **Recursos Digitais Adaptados ou Construídos para o Ensino a Distância de Deficientes Visuais**. In: Congresso brasileiro de ensino superior à distância / II congresso internacional de educação superior a distância, 132., 2016, Minas Gerais. Anais [...]. São João Del-Rei: Esud, 2016. p. 1-14.

MARCHI, Sandra Regina. **Design Universal de Código de Cores Tátil: Contribuição de Acessibilidade Para Pessoas Com Deficiência Visual** Curitiba. 2019. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Cap. 6. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/225576600>. Acesso em: 10 maio 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 373 p. ISBN 9788597010701 (broch.).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 312 p. ISBN 9788597012811 (broch).

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 200

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses**. 25ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAGNO, Ricardo. **Padrões iOS**. 2017. Disponível em: <https://www.nostrum.com.br/MMXVI/2017/02/13/padrees-ios/#:~:text=Arquitetura,b%C3%A1sica%20encontrada%20no%20Mac%20OS>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MELO, Gardênia Lúcia Val de. **Pessoas com deficiência: conquistando direitos, construindo cidadania**. Teresina: SEID, 2009.

MORAN, José Manuel; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação à distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo; 2010.

MORCELLI, Rodrigo Dias; SEABRA, Rodrigo Duarte. Inclusão digital e deficiência visual: análise do uso de ferramentas de comunicação pela Internet. **Informática na Educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 201-219, jan./jun. 2014.

MUELLER, Conrad G. *et al.* **Luz e Visão**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.a., 1969. 197 p.

NASCIMENTO, R. M. **E-commerce no Brasil: perfil do mercado e do e-consumidor brasileiro**. 2011. 77 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado Executivo) – Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8182/Rafael%20Moraes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 set. 2022.

Nielsen, J. **Heuristic evaluation**. In: Nielsen, J., and Mack, R.L. (Eds.), *Usability Inspection Methods*, John Wiley & Sons, New York, NY, 1994. Disponível em: <https://www.nngroup.com/books/usability-inspection-methods/>. Acesso em: 22 set. 2022.

NORMAN, Donald. **The design of everyday things**: Revised and expanded edition. Basic Books (AZ), 2013.

NUNES, Elton Vergara; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur de. As tecnologias assistivas e a pessoa cega. **Datagramazero: Revista de Informação**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 1, p. 1-11, 14 fev. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gertrudes-Dandolini-2/publication/263419917_As_tecnologias_assistivas_e_a_pessoa_cega/links/0a85e53ac4c055dca9000000/As-tecnologias-assistivas-e-a-pessoa-cega.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

OLIVEIRA, Driéli Valério de, *et al.* **Aspectos Inclusivos da Moda com Foco nas Pessoas com Deficiência Visual**. *Moda Palavra E-periódico*, Florianópolis, v., n. 9, p.116-139, out. 2015.

MEDOLA Fausto Orsi, *et al.* **Aspectos Inclusivos da Moda com Foco nas Pessoas com Deficiência Visual**. *ModaPalavra e-periódico [en linea]*. 2015.

OTSUKA, Daniela. **Braille**. 2010. Disponível em: <https://www.infoescola.com/portugues/braille/>. Acesso em: 06 maio 2023.

PINHO, Gabriel Paes; OLIVEIRA, José Fernando Rodrigues. **Desenvolvimento de aplicativos híbridos multiplataforma para dispositivos móveis**. 2014. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Itaituba, 2014.

PINTO, Marcelo de Rezende; FREITAS, Rodrigo Cassimiro de. O que os olhos não veem o coração não sente? investigando experiências de compra de deficientes visuais no varejo de roupas. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.387-405, 1 jul. 2013. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP.

PORTUGAL, Cristina. **Design, educação e tecnologia** (online). Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/cristina-portugal/design-educacao-e-tecnologia/504082024>. Acesso em: 29 jul. 2022.

REINALDI, L. R.; CAMARGO JÚNIOR, C. R. de; CALAZANS, A. T. S. **Acessibilidade para pessoas com deficiência visual como fator de inclusão digital**. Universitas: Gestão e TI, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 35-61, 9 nov. 2011. Centro de Ensino Unificado de Brasília. Disponível em: <https://bit.ly/3v3Az4Y>. Acesso em: 20 set. 2021.

ROCHA, Hilton *et al.* **Ensaio sobre a problemática da cegueira**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987. 354 p.

ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. **Design de Interação: Além da Interação Humano-Computador**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SACRAMENTO, Carolina. **Curso de acessibilidade e princípios do SUS**. Parte II. Módulo 3. Acessibilidade: barreiras e soluções / Carolina Sacramento; Aline da Silva Alves; coordenação de Valéria Machado da Costa. – Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2019.

SAFER, Dan. **Designing for Interaction: Creating Innovative Applications and Devices**. Editora: New Riders Publishing, 2nd ed. Edição, 2009.

SANTOS, L. E. G. dos; RIBEIRO, J. A. **Análise sobre as ferramentas digitais para deficientes visuais: um referencial teórico**. Tecnologias Emergentes na Saúde: inovações e tendências na gestão dos cuidados em saúde, [S.L.], p. 33-42, 2021. Editora Científica Digital. <http://dx.doi.org/10.37885/210303853>.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. **Assistiva: Tecnologia e Educação**. 2013. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SCATOLIM, R. L. **A importância da acessibilidade como mediadora da informação na internet para os deficientes visuais**. In: Congresso brasileiro de ciências da comunicação, 32., 2009, Curitiba. Congresso. Curitiba: Intercom, 2009. p. 1-11.

SCHNEIDER, Jéssica et al. Etiquetas têxteis em braille: uma tecnologia assistiva a serviço da interação dos deficientes visuais com a moda e o vestuário. **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 65-85, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3hkKygf>. Acesso em: 8 set. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Cortez, 23. Ed. 2007.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder: Edusp, 1965.

SCHENCKEL, M. R.; SOARES, S. L. **Tecnologias assistivas para deficientes visuais no estudo a distância utilizando moodle**. Revista Connect Ead, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 147-157, 02 abr. 2018. Anual. Disponível em: <https://bit.ly/3cSFv40>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SCHMITT, Bernd H. **Marketing experimental**. Harvard Deusto Márketing y Ventas, n. 37, p. 30-33, 2000.

SILVA, J. S. da; CORDEIRO, T. V. F.; SILVA, W. R. da. **“Wearing what” - ferramenta de auxílio à compra de vestimentas para deficientes visuais**. 2013. 74 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Bacharel em Sistemas de Informação, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Cap. 7. Disponível em: <https://bsi.uniriotec.br/wp-content/uploads/sites/31/2020/05/201308SilvaCordeiroSilva.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SILVA, Kelly Renata Lopes. **Desenvolvimento de etiqueta em braille, visando a autonomia e inclusão social de deficientes visuais**. Trabalho de conclusão de curso (TCC) Apucarana. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

SILVA, Giorgio Gilwan da. **Diretrizes de acessibilidade para deficientes visuais a programação da tv digital interativa: CONTRIBUIÇÕES**. 2011. 222 f. Dissertação - Curso de Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Cap. 7. Disponível em: <file:///C:/Users/usu%C3%A1rio/Downloads/295251.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SOUSA, J. O.; BABINSKI JÚNIOR, V.; DA ROSA, L.; SILVEIRA, I. Acessibilidade no varejo de moda: entraves e possibilidades no atendimento aos consumidores cegos. **Revista Poliedro**, Pelotas, Brasil, v. 6, n. 8, p. 055–073, 2022. DOI: 10.15536/2594-4398. 2022.v6.n8. pp.055-073.2705. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/poliedro/article/view/2705>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SONZA, A. P.; SANTAROSA, L. M. C. **Ambientes digitais virtuais: acessibilidade aos deficientes virtuais**. Novas tecnologias da Educação – UFGRS, v.1, n.1, 2003.

SOUZA, L. N. **Proposta de metodologia para adaptação de vestuário para pessoas com deficiência física (cadeirante)**. 2016. 148 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100133/tde-28092016-140729/publico/Dissertacao_Versao_Corrigida_Leticia_Nascimento.pdf. Acesso em: 30 maio. 2022.

SOUZA, Mariana Aranha de. **Acessibilidade na educação a distância: possibilidades tecnológicas para estudantes com deficiência**. Taubaté/SP-2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329387525_.

ACESSIBILIDADE_NA_EDUCACAO_A_DISTÂNCIA_POSSIBILIDADES_TECNOLOGICAS_PARA_ESTUDANTES_COM_DEFICIENCIA. Acesso em: 1 de março de 2021. Souza, Rita de Cácia Santos (org.). A tecnologia assistiva a serviço da inclusão social / Organizadores: Rita de Cácia Santos Souza, Lucas Aribé Alves e Nelma de Cássia. S. S. Galvão. – 1. ed. – Aracaju-SE: Criação Editora, 2020.

TEIXEIRA, F. **Introdução e Boas Práticas em UX Design**. São Paulo. Casa do Código, 2014, p. 217.

TRUJILLO FERRARI, Afonso. **Metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Saiba identificar o significado das cores das bengalas utilizadas por pessoas com deficiência visual**. 2021. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Agosto/saiba-identificar-o-significado-das-cores-das-bengalas-utilizadas-por-pessoas-com-deficiencia-visual#:~:text=Bengala%20branca%3A%20%C3%A9%20utilizada%20por,baixa%20vis%C3%A3o%20ou%20vis%C3%A3o%20subnormal..> Acesso em: 12 jun. 2023.

VENTAVOLI, Fabíola Magda Andrade. **Os Recursos Computacionais Auxiliando os Deficientes Visuais**. Publicado em 2010. Disponível em: <http://www.profala.com/artdef11.htm>. Acesso em: 28 jul. 2022.

W3C. **Web Content Accessibility Guidelines 2.0**. 2008. Disponível em: <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/WCAG20-pt-br-20141024/>. Acesso em: 30 set. 2022

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACEPI

1. Como é formada a estrutura para funcionamento da ACEPI- Associação de cegos do Piauí?
2. Quantos deficientes visuais são atendidos em média na ACEPI?
3. Quanto à escolaridade:
 - a) () total com ensino fundamental
 - b) () total com ensino médio
 - c) () total com curso superior
3. Todos leem ou tem domínio de leitura em Braille?
4. Quais são os programas voltados para a mobilidade da vida diária dos deficientes visuais?
5. Quais os principais veículos de informações a que costumam ter acesso?
6. A acessibilidade atende às necessidades dos deficientes visuais?

APÊNDICES

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA COM OS DEFICIENTES VISUAIS

A aplicação das entrevistas foi conduzida por questionamentos semiestruturados, podendo, assim, a partir do diálogo entre entrevistado e pesquisador, surgir novas perguntas.

Fase 1 – Identificação do perfil dos entrevistados

1. Sexo: Feminino () Masculino () Outros ()
2. Idade _____
3. Grau de deficiência:
() Perda parcial da visão - Grau de visão residual _____
() Perda total da visão
4. Nível de escolaridade:
() Ensino Fundamental completo
() Ensino Fundamental incompleto
() Ensino Médio completo
() Ensino Médio incompleto
() Ensino Superior completo
() Ensino Superior incompleto
5. Possui alguma atividade profissional? Qual?

Fase 2 – Interação dos deficientes visuais com o vestuário

1. Quais as principais dificuldades no ato da compra de vestuário?
2. Qual a principal dificuldade ao vestir uma peça do vestuário?
3. Como você acha que a moda pode inserir a pessoa com deficiência visual?
4. No ato da compra, é você quem escolhe suas próprias roupas ou precisa da ajuda de terceiros para realizar essa atividade?
5. Você procura roupas alinhadas com as tendências de moda?
6. Você consegue identificar sozinho as suas peças de vestuário em seu guarda-roupa? Como?

7. Como você organiza seus itens de vestuário no seu guarda-roupas?
8. Você realiza as tarefas de manutenção e conservação do vestuário?
9. Quais informações você acredita serem mais importantes no interior das lojas de vestuário?
10. Como é a experiência de compra de vestuários nas lojas físicas?

ANEXOS

ANEXO A: AUTORIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO PIAUÍ – ACIC



GABINETE DO REITOR

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, os representantes legais das instituições envolvidas no projeto de pesquisa intitulado "**Aplicativo para a acessibilidade de deficientes visuais em loja de varejo de vestuário**" declaram estarem cientes com seu desenvolvimento nos termos propostos, lembrando aos pesquisadores que no desenvolvimento do referido projeto de pesquisa, serão cumpridos os termos da resolução 466/2012, 510/2016 e 251/1997 do Conselho Nacional de Saúde.

Teresina(PI) – 01 de novembro de 2022 .

Ass: Pesquisador Responsável

Ass: Responsável pela Instituição de origem

Nome:
Cargo:
Instituição:
Número de Telefone:

Ass: Responsável de outra instituição

Nome: IONADSON MARQUES BASTOS
Cargo: PRESIDENTE
Instituição: ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO PIAUÍ
Número de Telefone: 86- 99924 7554

Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, CEP 88035-901, Florianópolis, SC, Brasil.
Telefone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
SRTV 701, Via W 5 Norte – Lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040
Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br



Assinaturas do documento



Código para verificação: **5S9LX27H**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **DAIANE DORDETE STECKERT JACOBS** (CPF: 041.XXX.369-XX) em 03/11/2022 às 17:44:19
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:44:17 e válido até 30/03/2118 - 12:44:17.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwMDE4NjdMTg2OV8yMDIyXzVTOUxYMjdl> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00001867/2022** e o código **5S9LX27H** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ANEXO B: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UDESC



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: APLICATIVO PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTE VISUAL EM LOJA DE VAREJO DE VESTUÁRIO

Pesquisador: JAILSON OLIVEIRA SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64800322.2.0000.0118

Instituição Proponente: Centro de Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.822.307

Apresentação do Projeto:

Trata-se da segunda versão apresentada ao CEP de protocolo relacionado ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "APLICATIVO PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTE VISUAL EM LOJA DE VAREJO DE VESTUÁRIO", do Programa de Pós-Graduação em Moda, do Centro de Artes, Design e Moda - CEART/UDESC, sob responsabilidade do mestrando Jailson Oliveira Sousa, e orientação da Professora Dra. Icléia Silveira.

De acordo com o resumo do projeto, "As pessoas com deficiência têm conquistado cada vez mais espaço e oportunidades na sociedade e com isso adquirido mais qualidade de vida. No entanto, essa é uma realidade do atual contexto contemporâneo considerando-se o advento dos avanços tecnológicos, sendo estes um dos principais meios que vêm proporcionando e garantindo maior inclusão das pessoas com deficiência, que por muito tempo foram excluídas do contexto social e vítimas de preconceitos, sendo vistas como um peso para a sociedade e seus familiares, e para que alguns dos direitos já conquistados viessem acontecer foram necessários a criação de leis que assegurassem esses direitos. No universo da moda a aquisição de peças do vestuário por pessoas com deficiência visual apresentam-se muitas barreiras enfrentada por eles, sejam em ambientes físicos ou virtuais, em um mercado que historicamente não enxerga este público como potencial consumidor. Assim, este estudo tem como objetivo propor um aplicativo para pessoas com deficiência visual que auxilie na acessibilidade e no ato compra de vestuário no interior da loja.

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 5.822.307

Diante disso, compreende-se que o aplicativo dê maior autonomia a esse usuário na escolha de suas peças, locomoção e acessibilidade no interior da loja. A pesquisa caracteriza-se como pesquisa de natureza aplicada, de caráter descritivo e qualitativo. Quanto aos procedimentos técnicos para coleta de dados realizar-se-á uma pesquisa de campo com aplicação de entrevista semiestruturada com os deficientes visuais, junto a Associação de Cegos do Piauí – ACEPI. A abordagem teórica apresenta-se os temas acerca dos Deficientes Visuais, abordados pelos autores Nunes e Lomônaco (2010), Farina (2011), Guimarães (2004), Nowill (2016) e Reinaldi, Camargo Júnior e Calazans (20011), Design Universal Cambiaghi (2012), Lima (2007), Baptista, Villarouco e Martins (2003), Diretrizes Básicas de Acessibilidade, NBR 9050, Tecnologias Assistivas Bersch (2013), Campana (2017), Brito e Melo (2021) e Scatolim (2009) e Galvão filho (2013) e Estrutura Funcional de Aplicativo, Silva, Cordeiro e Silva (2013), Ferraz (2020) e Carvalho e Quadros (2015) e Bittar (2013). Quanto aos resultados espera-se que a proposta do aplicativo e as possíveis interfaces sejam apresentadas a partir das necessidades apontadas pelos deficientes visuais.”

Participantes da pesquisa:

De acordo com as informações do Projeto Básico, participarão da pesquisa um total 20 pessoas com deficiência visual, integrantes e frequentadores da ACEPI, e que são classificados com cegueira, cego, baixa visão com limitações severas. Devem ser maiores de 18 anos, entre homens e mulheres que frequentem lojas físicas de varejo e vestuário de moda.

Instrumentos de pesquisa:

Conforme metodologia descrita no Projeto Básico, “1)Para o método de coleta de dados será utilizado como ferramenta os questionários e entrevistas semiestruturadas com os deficientes visuais da Associação de Cegos do Piauí - ACEPI. 2)Como amostra de pesquisa serão os deficientes visuais classificados com cegueira, cego e baixa visão maiores de 18 anos, entre homens e mulheres. 3)A partir de observação não participante será caracterizado a estrutura e os produtos de vestuário e moda ofertados pela loja de departamento de varejo. 4)Fazer um levantamento de aplicativos utilizados como recursos de tecnologias assistivas existentes atualmente que auxilia os deficientes visuais em suas rotina diárias com buscas nas bases de dados, nas lojas de aplicativos android e iOS e pesquisas no google. 5)E por fim apresentar possibilidades de interfaces do aplicativo a ser desenvolvido na pesquisa. Assim, por se tratar de participantes com deficiência visual (objeto de estudo da presente pesquisa), destaca-se de que forma será a interação com os participantes: Os participantes da presente pesquisa serão reunidos em uma sala de aula da ACEPI,

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 5.822.307

e realizá- se-a a leitura do termo de consentimento livre escarecido - TCLE assim como a leitura dos demais documentos como o termos de consentimento para fotografias, vídeos e gravações e declaração de ciência e concordância de participação por parte da ACEPI, assinada pelo presidente da instituição. Desta forma, para maior seguridade dos participantes, compreende-se que, faz se necessário a transcrição do TCLE em uma via para o sistema Braille, para que um representante deficiente visual (que tenha domínio de leitura em Braille) possa atestar a informações contidas no TCLE no momento da leitura do documento pelo pesquisador. Para a análise dos dados será realizado a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. O Método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que Lefèvre e Lefèvre (2003) conceituam como uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, papers, revistas especializadas e outros. Para a elaboração dessa proposta, os autores citados se utilizaram das seguintes figuras metodológicas: Expressão Chave (ECH); Ideia Central (IC); Ancoragem (AC). O Discurso do Sujeito Coletivo consiste basicamente em analisar o material verbal coletado, extraindo-se as ideias centrais e suas correspondentes expressões-chave. Com tais expressões extraídas das ideias centrais ou ancoragens semelhantes, compõe-se um ou vários discursos- síntese na primeira pessoa do singular, ou seja, a fala do social (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2010)."

Metodologia de análise de dados:

Conforme descrito no Projeto Básico, "Para a análise dos dados será realizado a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. O Método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que Lefèvre e Lefèvre (2003) conceituam como uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, papers, revistas especializadas e outros. Para a elaboração dessa proposta, os autores citados se utilizaram das seguintes figuras metodológicas: Expressão Chave (ECH); Ideia Central (IC); Ancoragem (AC). O Discurso do Sujeito Coletivo consiste basicamente em analisar o material verbal coletado, extraindo-se as ideias centrais e suas correspondentes expressões-chave. Com tais expressões extraídas das ideias centrais ou ancoragens semelhantes, compõe-se um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular, ou seja, a fala do social (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2010)."

Orçamento, fonte dos recursos, discriminação detalhada:

O pesquisador informa que o projeto terá financiamento próprio, com um custo total de R\$

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 5.822.307

8.000,00 referente à deslocamento.

Cronograma proposto pelo pesquisador informado no PB:

Desenvolver o capítulo 4 (resultados da pesquisa de campo): 01/03/2023 a 30/03/2023

Defesa: 01/07/2023 a 31/07/2023

Tabulação, Síntese e Análise dos dados da entrevista e do questionário; confirmar novas categorias de análise (vindas do campo): 01/02/2023 a 31/03/2023

Revisar o caminho metodológico, elaborar o roteiro de entrevista semiestruturada e o questionário: 01/11/2022 a 15/12/2022

Desenvolver o capítulo 5 (Aplicativo) e revisar a dissertação: 01/04/2023 a 30/04/2023

Aplicação das entrevistas: 02/01/2023 a 31/01/2023

Primeira visita para selecionar os membros que irão compor o grupo focal: 15/12/2022 a 30/12/2022

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário está descrito no Projeto Básico como: "Propor um aplicativo para pessoas com deficiência visual que auxilie na acessibilidade e no ato compra de vestuário no interior da loja física."

Quanto aos objetivos secundários: "Os objetivos Específicos explicitarão os detalhes e desdobramentos do objetivo geral. Desta forma os objetivos específicos referem-se a: (I) referente à base teórica e (II) referentes ao caminho metodológico, com isso permitirá atingir o objetivo geral. 1.3.2.1 Objetivos específicos correlacionados a fundamentação teórica: a) Caracterizar o universo dos deficientes visuais e os recursos do sistema braile e da áudio-descrição, com aplicabilidade no vestuário; b) Apresentar os princípios do design universal contemplando o acesso à web; c) Abordar as diretrizes básicas de acessibilidade da lei federal nº 10.098 e quanto a aplicação em lojas físicas de vestuário com vistas a autonomia e independência dos deficientes visuais; d) Identificar os princípios da usabilidade para a Web com vista ao acesso dos deficientes visuais; e) Elucidar o papel das tecnologias assistivas na inclusão digital das pessoas deficiência visual; f) Descrever o formato e a estrutura funcional para aplicativos de dispositivos móveis (tablete e celulares) com base nas ferramentas da tecnologia digital. 1.3.2.2 Objetivos específicos correlacionados ao caminho metodológico: a) Aplicar entrevista com um grupo de deficientes visuais para investigar suas experiências no ato de compra de vestuário; b) Realizar entrevista semiestruturada com agendamento prévio com representantes da ACEP – Associação de cegos do

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 5.822.307

Piauí e da loja Armazém Paraíba para conhecer a instituição, seus programas e projetos; c) Buscar as características, estrutura e produtos da loja de departamento armazém paraíba da cidade de Teresina (PI)."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No Projeto Básico o pesquisador informa que "Os riscos destes procedimentos serão riscos mínimos relacionados a locomoção dentro do ambiente à qual os deficientes visuais frequentam nesse caso a ACEPI, isso pode ocasionar incidentes como esbarrar em objetos e/ou em pessoas, como riscos médios em virtudes das altas temperatura local pode haver queda de pressão arterial, e quanto aos riscos altos está relacionado com o percurso de deslocamento dos deficientes visuais até a instituição ACEPI por envolver o deslocamento e o possível desconforto de falar na entrevista as limitações enquanto pessoa com deficiência visual, desta forma, como meios de minimizar esses riscos, o pesquisador fará uso de assistentes colaboradores da própria instituição ACEPI para auxiliar os participantes da pesquisa no momentos de locomoção e de responder a entrevista, bem como fará uso de um profissional da saúde (Enfermeiro) para caso de algum dos entrevistado precisar de atendimento. No atual contexto da pandemia da COVID-19, há o risco de contágio pelo vírus, dessa forma serão seguidos os protocolos impostos pelo Ministério da Saúde como: Máscaras, álcool em gel e distanciamento mínimo etc."

Em relação aos Benefícios, é informado: "Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão promover e ampliar os discursos acerca da inclusão no contexto social da moda bem como no contexto local da capital Teresina, promovendo assim autonomia e independência ao exercer o ato de compra de vestuário em loja de departamento de vestuário na cidade. Ampliar o desenvolvimento de recurso de tecnologias assistivas que auxilie nas atividades diária de compras e locomoção em ambientes internos de lojas de vestuário e moda e ampliar os discursos sobre a moda inclusiva no país, apresentando-se desta forma as pessoas com deficiência como potenciais consumidores de moda e que o vestuário e a moda atendam às necessidades dessas pessoas, além ainda de apontar problemas aos estilistas, criadores de moda, marcas e empresários do contexto local e mundial."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O Projeto de Pesquisa está adequadamente estruturado e fundamentado para a análise ética da pesquisa.

Os objetivos são apresentados nos documentos pertinentes: Projeto Básico (PB), Projeto Detalhado

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 5.822.307

(PD) e TCLE.

Em relação aos riscos, o pesquisador informa nos documentos que serão mínimos e médios, de acordo com o momento da pesquisa, além de informar a forma de minimizá-los.

O cronograma de execução descrito no PB está detalhado e o período de coleta de dados considera o tempo hábil para tramitação no CEP.

Quanto a coleta de dados, é informado na metodologia que “Para o método de coleta de dados será utilizado como ferramenta os questionários e entrevistas semiestruturadas com os deficientes visuais da Associação de Cegos do Piauí – ACEPI”. O roteiro/questionário está descrito de forma geral no PD e inserido na Plataforma Brasil.

Ainda em relação a fase de coleta de dados, considerando que os participantes são deficientes visuais, o pesquisador informa que “...faz-se necessário a transcrição do TCLE em uma via para o sistema Braille, para que um representante deficiente visual (que tenha domínio de leitura em Braille) possa atestar as informações contidas no TCLE no momento da leitura do documento pelo pesquisador.”

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos inseridos na Plataforma Brasil:

- Folha de Rosto devidamente preenchida;
- Projeto de Pesquisa Básico gerado pela plataforma;
- Projeto de Pesquisa Detalhado;
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – maiores de 18 anos;
- Declarações de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas;
- Declaração de cuidador especializado na equipe de pesquisa;
- Consentimento para Fotografias, vídeos e gravações - maiores de 18 anos;
- Instrumento de pesquisa.

Recomendações:

Sem recomendações.

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 5.822.307

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerações sobre as pendências apontadas na primeira versão:

1) Uniformizar as informações quanto aos riscos e benefícios em todos os documentos. (vide detalhes na seção “Comentários e Considerações sobre a Pesquisa”)

(PENDÊNCIA ATENDIDA)

2) Esclarecer como se dará a forma de interação com os participantes em relação aos documentos escritos. (vide detalhes na seção “Comentários e Considerações sobre a Pesquisa”)

(PENDÊNCIA ATENDIDA)

3) Inserir os Instrumentos de Pesquisa na Plataforma Brasil (Questionários e Roteiro de Entrevista), e como Apêndice no PD.

(PENDÊNCIA ATENDIDA)

4) No PB, inserir o cuidador especializado, Francisco das Chagas Santos de Assis, como membro da equipe de pesquisa, visto que durante a coleta de dados ele terá acesso aos dados brutos.

(PENDÊNCIA ATENDIDA)

Considerando que as pendências listadas foram plenamente atendidas, conclui-se o protocolo de pesquisa como APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado APROVA o Protocolo de Pesquisa e informa que, qualquer alteração necessária ao planejamento e desenvolvimento do Protocolo Aprovado ou cronograma final, seja comunicada ao CEP via Plataforma Brasil na forma de EMENDA, para análise sendo que para a execução deverá ser aguardada aprovação final do CEP. A ocorrência de situações adversas durante a execução da pesquisa deverá ser comunicada imediatamente ao CEP via Plataforma Brasil, na forma de NOTIFICAÇÃO. Em não havendo alterações ao Protocolo Aprovado e/ou situações adversas durante a execução, deverá ser encaminhado RELATÓRIO FINAL ao CEP via Plataforma Brasil até 60 dias da data final definida no cronograma, para análise e aprovação. Lembramos ainda, que o participante da pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, bem como o pesquisador

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo - sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

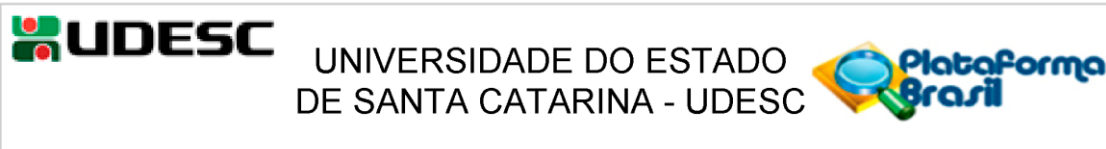
UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br



Continuação do Parecer: 5.822.307

responsável, deverão rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2030049.pdf	30/11/2022 14:51:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	modeloprojetodepesquisajailsoncomajustes.pdf	30/11/2022 14:44:30	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	questionariroteirodeentrevistadapesquisa.pdf	30/11/2022 14:43:25	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	cartacompendenciaatendidas.pdf	30/11/2022 14:42:08	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	ConsentimentoParaFotografiasVdeoseGravaesmaiores18anos.pdf	03/11/2022 18:15:38	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Outros	DeclaracaodeCuidadorEspecializado.pdf	03/11/2022 18:12:53	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracaocienciaeconcordancia.pdf	03/11/2022 18:09:04	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/11/2022 18:07:03	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	modeloprojetodepesquisajailson.pdf	03/11/2022 18:04:57	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinado.pdf	03/11/2022 18:02:50	JAILSON OLIVEIRA SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC
Bairro: Itacorubi **CEP:** 88.035-001
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3664-8084 **Fax:** (48)3664-7881 **E-mail:** cepsh.reitoria@udesc.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - UDESC



Continuação do Parecer: 5.822.307

FLORIANOPOLIS, 16 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Renan Thiago Campestrini
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Madre Benvenutta, 2007, Reitoria - Térreo -sala CEP/UDESC

Bairro: Itacorubi

CEP: 88.035-001

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3664-8084

Fax: (48)3664-7881

E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br

ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE 18 ANOS



GABINETE DO REITOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada “**Aplicativo para a acessibilidade de deficientes visuais em loja de varejo de vestuário**” que fará aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas, ambos os instrumentos utilizados serão aplicados à pessoas com deficiência visual maiores de 18 anos entre homens e mulheres, tendo como objetivo geral Propor um aplicativo para pessoas com deficiência visual que auxilie na acessibilidade e no ato compra de vestuário no interior da loja física e como objetivos específicos Caracterizar o universo dos deficientes visuais e os recursos do sistema braille e da audiodescrição, com aplicabilidade no vestuário; Apresentar os princípios do design universal contemplando o acesso à web; Abordar as diretrizes básicas de acessibilidade da lei federal nº 10.098 e quanto a aplicação em lojas físicas de vestuário com vistas a autonomia e independência dos deficientes visuais; Identificar os princípios da usabilidade para a Web com vista ao acesso dos deficientes visuais; Elucidar o papel das tecnologias assistivas na inclusão digital das pessoas com deficiência visual; Descrever o formato e a estrutura funcional para aplicativos de dispositivos móveis (tablete e celulares) com base nas ferramentas da tecnologia digital. Serão previamente marcados a data e horário para a aplicação do questionário e das entrevistas utilizando gravadores, celulares, câmeras fotográficas, agendas de anotações e outros meios que julgar-se necessário. Estas medidas serão realizadas na Associação de Cegos do Piauí – ACEPI.

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de danos, decorrentes da pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão riscos mínimos relacionados a locomoção dentro do ambiente à qual os deficientes visuais frequentam nesse caso a ACEPI, isso pode ocasionar incidentes como esbarrar em objetos e/ou em pessoas, como riscos médios em virtudes das altas temperatura local pode haver queda de pressão arterial, e quanto aos riscos altos está relacionado com o percurso de deslocamento dos deficientes visuais até a instituição ACEPI por envolver o deslocamento e o possível desconforto de falar na entrevista as limitações enquanto pessoa com deficiência visual, desta forma, como meios de minimizar esses riscos, o pesquisador fará uso de assistentes colaboradores da própria instituição ACEPI para auxiliar os participantes da pesquisa no momentos de locomoção e de responder a entrevista, bem como fará uso de um profissional da saúde (Enfermeiro) para caso de algum dos entrevistado precisar de atendimento. No atual contexto da pandemia da COVID-19, há o risco de contágio pelo vírus, dessa forma serão seguidos os protocolos impostos pelo Ministério da Saúde como: Máscaras, álcool em gel e distanciamento mínimo etc.

A sua identidade será preservada pois cada indivíduo será identificado por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão promover e ampliar os discursos acerca da inclusão no contexto social da moda bem como no contexto local da capital Teresina, promovendo assim autonomia e independência ao exercer o ato de compra de vestuário em loja de departamento de vestuário na cidade. Ampliar o desenvolvimento de recurso de tecnologias assistivas que auxilie nas atividades diária de compras e locomoção em ambientes internos de lojas de vestuário e moda e ampliar os discursos sobre a moda inclusiva no país, apresentando-se desta forma as pessoas com deficiência como potenciais consumidores de moda e que o vestuário e a moda atendam às necessidades dessas pessoas, além ainda de apontar problemas aos estilistas, criadores de moda, marcas e empresários do contexto local e mundial.

Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, CEP 88035-901, Florianópolis, SC, Brasil.

Telefone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – Lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

As pessoas que acompanharão os procedimentos serão os pesquisadores o estudante de mestrado Jailson Oliveira Sousa, a professora responsável Doutora Icléia Silveira e o Enfermeiro Francisco das Chagas Santos de Assis.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: **JAILSON OLIVEIRA SOUSA**

NÚMERO DO TELEFONE: **(86) 99454-2798**

ENDEREÇO: **RUA JOSÉ WAGNER, 36, AP 03 – IBIRAMA/SC**

ASSINATURA DO PESQUISADOR:



Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UEDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, CEP 88035-901, Florianópolis, SC, Brasil.

Telefone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – Lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

ANEXO D: CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES – MAIORES DE 18 ANOS



GABINETE DO REITOR

CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES

Permito que sejam realizadas (X) fotografia, (X) filmagem ou (X) gravação de minha pessoa para fins da pesquisa científica intitulada **“Aplicativo para a acessibilidade de deficientes visuais em loja de varejo de vestuário”**, e concordo que o material e informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados em eventos científicos ou publicações científicas. Porém, a minha pessoa não deve ser identificada por nome ou rosto em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As (X) fotografias, (X) vídeos e (X) gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

_____, ____ de _____ de _____
Local e Data

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do responsável ou do Participante


ANEXO E: DECLARAÇÃO DE CUIDADOR ESPECIALIZADO

Florianópolis, 29 de outubro de 2022.

DECLARAÇÃO

Eu, **Francisco das Chagas Santos de Assis**, portador do **RG nº [REDACTED]** - órgão Emissor: SSP-PI - emitido em 14/12/2010, do **CPF [REDACTED]**, especializado em **Enfermagem**, estando habilitado a prestar serviço de assistência aos deficientes visuais, estando presente no momento da aplicação das entrevistas, para eventuais mal-estar dos participantes.

Para tanto, declaro estar ciente da pesquisa, sobre minha contribuição e suas normativas éticas, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), sendo realizada com seres humanos.

Francisco das Chagas S de Assis

COREN-PI 712518-ENF

Francisco Das Chagas santos De Assis
Enfermeiro - Coren- PI 000.712.518